

João Batista Cardoso



UMA EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO:

Da metodologia da ciência à redação acadêmica

João Batista Cardoso

UMA EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO:

Da metodologia da ciência à redação acadêmica

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Uma epistemologia do conhecimento aplicado: da metodologia da ciência à redação acadêmica

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: João Batista Cardoso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C268 Cardoso, João Batista
Uma epistemologia do conhecimento aplicado: da metodologia da ciência à redação acadêmica / João Batista Cardoso. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0925-0
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.250232301>

1. Epistemologia (teoria do conhecimento). 2. Pesquisa científica. I. Cardoso, João Batista. II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Esta obra destina-se a todos — estudantes ou público em geral — que buscam a produção de textos com as qualidades exigidas pela academia. O título parece restringi-la a um certo público, pela natureza da metodologia da pesquisa acadêmica, no entanto, sua aparência como manual de produção de projetos de pesquisa não completa seu conteúdo, haja vista que se trata de obra também voltada à produção textual. Tem-se, portanto, reunido num mesmo livro, orientações sobre montagem de projetos de pesquisa científica e teoria e prática de produção de textos. Os dois elementos mencionados aqui não se posicionam em polos distintos do pensamento e da ação científica. Ao contrário, estão reunidos no mesmo eixo que sustenta as bases da exposição do pensamento científico, pois, se de um lado, apresenta a dinâmica da atuação que culmina na produção de projetos de pesquisa, do outro, reúne as estratégias de elaboração dos discursos que explicitam os resultados das pesquisas que têm nos projetos sua ação primeira e necessária.

Não há como dissociar os dois elementos, pois todo projeto consiste numa lista de ações interligadas, cuja finalidade é servir de norte para a realização de um estudo. É por isso que os projetos de pesquisa começam por um texto introdutório que explica sua gênese, que expõe sucintamente seus métodos e que se reporta aos estudos mais conhecidos da área escolhida. Completada a parte introdutória, continua com a descrição do tema e a exposição de sua delimitação, de modo a atravessar os objetivos e demais partes até concluir na redação das referências.

Todo o esforço de um pesquisador seria vão e inútil se depois de passar pelas fases e etapas do projeto, não registrar em um texto, quão amplo quanto necessário, as conclusões a que chegou com sua pesquisa e, se possível, descrever as dificuldades encontradas e as soluções levantadas para o enfrentamento dos problemas que apareceram. É por isso que um livro que se restringe a falar apenas de projetos de pesquisa sem expor a teoria e a prática da produção do texto acadêmico é como uma mesa à qual falta um de seus suportes. A mesa certamente não se sustenta em pé.

Há excelentes obras sobre projeto de pesquisa, mas em algumas delas, por faltar a parte relativa à produção de texto, força o estudante a suprir essa defasagem estudando outras obras. Espero que ao colocar os dois temas no mesmo livro dei uma contribuição adicional não só pelo suprimento da defasagem a que fiz referência acima como também porque os assuntos estão interligados. Por exemplo, quando na parte de produção do texto acadêmico

exponho sobre coesão e coerência, não só explícito uma questão imprescindível para a construção do texto acadêmico como também necessária ao projeto de pesquisa. Enfim, projeto de pesquisa e textos acadêmicos estão interligados. Para reforçar essa argumentação lembro ao leitor que os esclarecimentos sobre a estrutura da introdução de um projeto somente ocorrem após a exposição sobre essa estrutura, pois a exposição mencionada encontra-se “diluída” na parte destinada ao texto acadêmico.

Quando me ocorreu a necessidade de escrever esta obra fui assaltado pela dúvida sobre se eu publicaria como a terceira edição de um livro já publicado por mim, em segunda edição e que versa sobre leitura e produção de texto, ou se publicá-la-ia como obra inédita. Preferi a segunda opção, pois nesta obra eu aproveitei o conteúdo da que foi publicada, mas fiz um redirecionamento desse conteúdo de modo a adequá-lo ao texto acadêmico e ao projeto de pesquisa. Concluindo, estamos diante de um livro que aborda o projeto de pesquisa, aproveitando, no entanto, as lições sobre produção de texto publicadas no livro anterior.

Por questão de natureza prática, não aparecem, nesta obra, os aspectos formais de apresentação do texto acadêmico, ou do relatório ou texto de pesquisa, ou do Projeto de Pesquisa. A omissão se justifica porque o pesquisador tem a sua disposição as normas da ABNT que esgotam o tema. Para proceder à apresentação de trabalhos acadêmicos, pode-se recorrer à NBR 14724. Se a preocupação tiver direcionamento diverso, qual seja a elaboração de referências e a citação em documentos, pode-se consultar a NBR 6023 e a 10.520 respectivamente. A apresentação do sumário e a preparação do resumo estão explicadas nas Normas 6027 e 6028. Todas essas normas estão disponíveis na Internet e podem ser acessadas em no máximo três cliques no mouse ou nas teclas do computador.

Todas as citações foram adaptadas à Nova Ortografia da Língua Portuguesa.

PROJETO DE PESQUISA	1
Noções introdutórias	1
Do Projeto para o Relatório	4
Primeiras anotações e rascunho	6
Especificação de uma tese	7
Seleção e classificação	9
Hierarquização: introdução, desenvolvimento, conclusão	10
PLANEJAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA	13
Primeiras reflexões	13
Escolha do título	14
Definição do Tema	14
Delimitação do tema	15
Introdução ao Projeto	18
Levantamento da situação problema	19
Criação de perguntas de pesquisa	23
Hipóteses	26
Algumas hipóteses possíveis para perguntas já formuladas em nesta obra	33
Justificativa	34
Pequeno modelo de justificativa de Projeto	35
Fixação dos objetivos	35
Revisão de literatura	38
Pequeno modelo de Revisão de Literatura	41
Primeiro movimento	42
Fichamento	42
Metodologia	44
Cronograma	46
Recursos	47

Resultados esperados	48
Redação das referências.....	48
PRODUÇÃO DO TEXTO ACADÊMICO	49
Estrutura e construção do parágrafo: a frase-sujeito e a frase-predicado	49
Frase-predicado 1	50
Frase-predicado 2	50
Frase-predicado 3/4	50
Frase-predicado 5	50
Da construção do parágrafo à construção do texto	51
QUALIDADES INERENTES AO TEXTO ACADÊMICO	53
Coesão Textual.....	53
Leitura	54
Coesão Integrativa e Coesão Remissiva	55
Coerência textual: imanência e técnica de redação	56
Coerência por progressão linear	58
Leitura	58
Coerência por progressão circular.....	61
Leitura	61
Coerência por progressão em espiral	65
Leitura	65
A ARGUMENTAÇÃO E O TEXTO EXPOSITIVO-ARGUMENTATIVO	68
Leitura	68
Clareza e concisão.....	72
Funções da linguagem.....	75
Referencial ou denotativa	77
Emotiva ou expressiva	77
Conativa ou apelativa	78

Fática	79
Metalinguística	79
Poética	80
ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA DISSERTAÇÃO	82
Ideia principal	82
Leitura	82
Tese	84
Leitura	84
PROGRESSÃO TEMÁTICA E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO.....	86
O conceito de amarração empregado ao texto.....	87
Os conceitos de constante e variáveis empregados ao texto	88
Variáveis textuais que modificam e variáveis modificadas	89
Leitura	89
MODO DE ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA	94
Recursos de argumentação e de progressão do texto	94
Da redação escolar à dissertação stricto sensu.....	96
Do parágrafo de introdução ao capítulo que introduz.....	97
Dos parágrafos de desenvolvimento aos capítulos que desenvolvem	100
Do parágrafo de conclusão ao capítulo que conclui.....	102
TEXTOS INSTRUCIONAIS	104
Resumo	104
Leitura	104
Resenha	113
Leitura	113
Paráfrase	117
Leitura	117

Síntese	119
Leitura	119
Intertextualidade.....	121
Leitura	121
Analogia.....	127
Leitura	127
Inferência	128
Leitura	128
DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES.....	130
Habilidade para exprimir-se com clareza e concisão.....	130
Habilidade para organizar ideias.....	133
Habilidade para formular hipóteses.....	137
Habilidade para produzir textos.....	139
Habilidade para estabelecer relações lógicas e semânticas.....	146
Habilidade para interpretar dados e fatos	147
ORTOGRAFIA	150
EMPREGO DE LETRAS.....	150
EMPREGO DE G, J.....	150
Algumas palavras escritas com G	150
Algumas palavras escritas com J	151
EMPREGO DO S.....	151
Algumas palavras escritas com S	152
EMPREGO DO Z.....	152
Emprega-se a consoante Z.....	152
Algumas palavras que se escrevem com Z.....	152
EMPREGO DO C (Ç).....	152
Algumas palavras que se escrevem com C ou Ç	153

EMPREGO DO X.....	153
Algumas palavras escritas com X	153
TERMINAÇÕES ESA, EZA, EZ.....	153
TERMINAÇÕES ISAR, IZAR	154
TERMINAÇÕES ISA, IZA	154
TERMINAÇÕES ÍSSIMO, IÍSSIMO	154
Emprego do hífen (-).....	155
EMPREGO DO ACENTO GRAVE: Crase.....	161
Proibição do acento grave indicativo de crase.....	162
Emprego de certas palavras.....	164
Porque, porquê, por que, por quê	164
Se Não, Senão.....	165
Há, a.....	165
Mal, mau	166
Más, mas, mais	166
Onde, aonde, donde	166
Verbo haver.....	167
Acentuação gráfica.....	167
Monossílabos tônicos.....	167
Proparoxítonos	168
Paroxítonos	168
Oxítonos	169
Acentuação especial	169
Hiatos	170
REFERÊNCIAS	172
SOBRE O AUTOR	174

PROJETO DE PESQUISA

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

A metodologia da pesquisa científica tem como fim o desenvolvimento das ciências, letras e artes, a partir de uma sequência de atos relacionados entre si. Pesquisa é uma forma especial de abordar o mundo, para explicá-lo ou para gerar novos modos de explicação. É, em outras palavras, uma maneira de esclarecer um aspecto da realidade. “Podemos definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2009, p. 17). A solução dos problemas não tem valor em si mesma, independentemente de uma pesquisa ser pura ou aplicada; isto é, independente de uma pesquisa ter a mera pretensão de esclarecer aspectos do conhecimento ou de ter seus resultados aplicados a alguma área de ação.

A rápida formulação acima indica que o espaço do conhecimento onde a pesquisa tem seu endereço permanente é o mesmo da ciência que, por sua vez, é uma ação voltada à explicação dos fenômenos; isto é, a ciência explica os fenômenos, enquanto o projeto indica o caminho para se chegar a essa explicação. “Para isso, observa, analisa, levanta hipóteses e as verifica [...], induzindo, assim, a lei, que vai ser sucessivamente colocada num contexto mais amplo, por meio da teoria. Trata-se de operações que se desenvolvem num clima de objetividade e neutralidade” (RAMPAZZO, 2011, p.42). Nesta conclusão de Rampazzo, há duas palavras às quais todo pesquisador deve prestar atenção: **teoria e lei**.

Toda teoria pode se tornar lei, mas isso só ocorre quando for testada várias vezes, por distintos pesquisadores, de modo a que sua validade seja comprovada. De acordo com Acevedo e Nohara (2013, p. 9), o “foco central da ciência é investigar as causas dos fenômenos, ou seja, explicar as relações entre os fenômenos”. Para esses pesquisadores, a “ciência está preocupada em **como é a realidade, no que consiste a realidade, por que a realidade é como é**. A ciência objetiva conhecer a realidade e representá-la por meio de modelos” (ACEVEDO e NOHARA, 2013, p. 10). As perguntas que restam não respondidas na última citação acima, de Acevedo e Nohara é: 1) que modelos são esses? 2) quais são as representações semânticas do vocábulo *modelos* nesse contexto?

Pode-se ilustrar a questão com o seguinte exemplo: se o pesquisador empreender esforços para explicar as razões por que vem aumentando os níveis de violência na sociedade, não convém pensar na realidade toda, mas separar uma parte do universo social e explicar o todo por meio dessa parte. Assim, o pesquisador não tem diante e si a sociedade em seu conjunto, porque é impossível chegar a resultados sem a devida particularização, ou seja, sem separar do conjunto universo uma parte. No caso da violência e seu aumento na sociedade, é necessário circundar o objeto a partir da escolha

do fenômeno na parte do núcleo social em que ele ocorre com mais frequência e empregar essa parte como uma representação do todo. Assim, temos um modelo. No caso em tela, pode-se pensar, por exemplo, no aumento da quantidade de armas colocadas no mercado e vendidas aos jovens. O pesquisador separou, portanto, uma faixa etária e um fato concreto que vem ocorrendo nessa faixa.

Por meio da pesquisa, o estudioso interfere no seu campo de atuação. Essa interferência ocorre porque qualquer pesquisa realizada de modo responsável acrescenta novos dados ao seu próprio campo de conhecimento, assim como pode corrigir conclusões equivocadas de estudos anteriores. Aliás, aproveitando-se a expressão *estudos anteriores*, convém asseverar que nenhuma pesquisa pode ser feita com a pretensão de esgotar seus próprios limites. Toda pesquisa é a continuidade de estudos anteriormente feitos e abre espaço para sua continuidade em estudos futuros. A propósito, Rampazzo (2011, p. 14) afirma que pesquisa “é uma atividade de investigação capaz de oferecer (e, portanto, de produzir) um **conhecimento novo** a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe a respeito da área ou do fenômeno”. Além de sistematizar a área ou *fenômeno em relação ao que se sabe*, abre novas possibilidades de abordá-lo.

O ato de pesquisar tem grande importância na academia. É por meio da investigação que a universidade gera novos conhecimentos, ou descobre novas formas de abordar este ou aquele aspecto da realidade, ou elimina parte das arestas de conclusões levantadas em estudos concluídos. Salomon (2010, p. 221) adianta que a “importância da pesquisa científica se mede pelas mudanças que acarreta em nosso corpo de conhecimentos e/ou pelos novos problemas que suscita” (SALOMON, 2010, p. 221). Entretanto, a pesquisa só chega a bons termos se for feita seguindo rigorosamente os critérios fixados na e pela metodologia do trabalho acadêmico ou fixados na e pela **metodologia científica** que, nas conclusões de Rampazzo (2001, p. 13), é a “disciplina que ensina o ‘caminho’, quer dizer, as normas técnicas que devem ser seguidas na **pesquisa científica**”. Dentre os critérios a se obedecer na atividade de pesquisa, o primeiro a que o pesquisador deve se apegar é o respeito à norma culta da língua vernácula.

O respeito a essa norma deve se dar porque o público a que a pesquisa se destina é o público da academia; isto é, as pesquisas de cunho acadêmico são realizadas em institutos ou instituições de ensino, ou mesmo em instituições especificamente voltadas para esse fim. Outro fato que justifica o emprego da norma culta da língua é porque qualquer relatório que atenda aos critérios de coesão, coerência, construção sintática da frase constrói-se sem **ambiguidade** que é, por seu turno, o maior inimigo de qualquer relatório de pesquisa, porque tem potencial para anular conclusões apresentadas anteriormente.

O relatório de pesquisa ou o texto da pesquisa deve ser escrito em frases curtas, para que o texto fique claro, para não abrir espaço à ambiguidade e até mesmo para evitar que, aqui e ali, o autor não submeta certas conclusões ao seu próprio ponto de vista, transformando em subjetivo algo que só se sustenta pelo respeito às normas da objetividade. O autor não deve se sentir à vontade para inserir figuras de estilo, de linguagem, de palavras ou sintáticas que só são aceitas na poesia. Convém evitar, também, palavras de origem estrangeira. Estas só podem ser empregadas se não houver na língua vernácula vocábulos que deem conta da figuração semântica completa do referente. Mesmo assim, essas palavras devem ser escritas em itálico ou entre aspas. Aqui aparece, ainda, a questão do mau gosto que ocorre quando o autor espera que seus leitores passem a admirá-lo pela sua elevada inteligência e cognição, a partir do entendimento de que o emprego de palavras de outras línguas pode indicar que ele tem cultura avançada e conhecimento insuperável.

Dentre outros problemas que aparecem na pesquisa e que deixam o leitor desorientado, está a falta de rigor no emprego de certas afirmações. Rampazzo (2001, p. 14) exemplifica a falta de rigor, quando afirma que há, em trabalhos escolares, frases do tipo: “como dissemos na página anterior”, mas o aluno não copiou a página anterior; ou ‘conforme o exemplo dado acima’, mas o aluno não transcreveu o exemplo; ou ‘como provaremos a seguir’, mas o aluno cansou-se e parou a cópia antes das provas subsequentes”. A conclusão a que se chega é que o pesquisador não foi rigoroso, não acompanhou com atenção cada página escrita, não tem consciência do que transcreveu na página anterior. Fica a pergunta: como um estudioso desleixado com seu estudo pode pretender que o leitor venha a se atentar a algo de que nem ele mesmo tem consciência?

Nas **citações**, que é aquela parte do relatório de pesquisa em que o pesquisador emprega trechos de textos de outros autores, o estudioso precisa transcrever da mesma forma em que aparece no original. Mesmo que no original alguma palavra esteja escrita erradamente, o erro deve ser mantido. Não vou insistir neste ponto, pois se espera que aquele que pesquisa tenha ao seu lado as normas da ABNT. No caso das citações, a norma que deve ser seguida é a NBR 10.520.

Projeto de Pesquisa e relatório de pesquisa são duas construções distintas. O projeto é aquela sequência de ações que, se seguidas fielmente, dão origem aos resultados da pesquisa. Esses resultados devem ser transcritos em um relatório. Se o pesquisador fizer um bom projeto não terá dificuldade para se chegar ao resultado; isto é, ao relatório.

Cada área do conhecimento a ser pesquisada deve ser preparada inicialmente em um projeto. Há um modelo padrão de projeto que pode ser utilizado em qualquer área; entretanto, variam os instrumentos, o modo de abordagem e os recursos. Numa pesquisa

na área da física, da engenharia e outras áreas a estas conexas empregam-se instrumentos que possibilitam uma abordagem observacional, experimental e empírica.

Os observatórios astronômicos, por exemplo, que são úteis e necessários numa pesquisa sobre os astros não são convenientes quando o foco da pesquisa se direcionar para as ciências sociais. Da mesma maneira o microscópio — que não pode faltar em boa parte da pesquisa na área da ciência biológica — é inútil quando o pesquisador focalizar um aspecto da literatura, a menos que o texto sob investigação apresentar palavras cuja grafia não resistiu aos desgastes do tempo. Entretanto, o emprego de recursos bibliográficos impressos, tais como revistas especializadas e livros, ou mesmo da Internet devem ser empregados em pesquisas de qualquer área.

O pesquisador deve ter em mente que está lidando com uma sequência do conhecimento. Segundo Rampazzo (2011, p. 17), no “processo do conhecimento, o sujeito cognoscente se apropria, de certo modo, do objeto conhecido. Se a apropriação é física, sensível, o conhecimento é sensível. [...] Se a apropriação não é sensível [...] o conhecimento é intelectual”. Para uma apropriação de um objeto endereçado nos limites do conhecimento sensível, os recursos precisam prover uma relação pela experiência entre o estudioso e seu objeto de abordagem, se a apropriação for intelectual, os recursos precisam ser, sobretudo, bibliográficos.

Os pesquisadores precisam ter o cuidado de realizar pesquisas que sejam exequíveis, isto é, que sejam possíveis de se realizar e cujos resultados possam apresentar utilidade ao campo de estudo abordado; para tanto, deve verificar se em sua região há recursos humanos e materiais necessários para a realização da atividade. Não adianta alguém pesquisar a literatura russa se não tiver conhecimento da língua vernácula local e se não tiver acesso a uma biblioteca onde possa encontrar livros que versam sobre essa literatura. Outro elemento fundamental que o pesquisador deve atentar antes de iniciar a pesquisa é se o assunto o atrai, ou seja, se ele gosta do que vai pesquisar.

Na eventualidade da pretensão se restringir à montagem de um Projeto de Pesquisa para estudar a literatura brasileira e se a vertente dessa literatura que mais o atrai for o Romantismo, terá mais chance de ser bem sucedido se pesquisar Gonçalves Dias do que se ficar nos limites das poucas obras românticas de Machado de Assis. Se der preferência à educação de adultos sobre a educação de crianças, então não faz sentido pesquisar os procedimentos de aquisição da escrita na escola de educação infantil. Seria melhor estudar os processos de educação continuada.

DO PROJETO PARA O RELATÓRIO

O princípio mais elementar da habilidade para organizar ideias diz respeito à

capacidade de esquematizar um roteiro antes de iniciar a escrita do texto propriamente dito. Isso porque ao desenvolver um texto, a primeira fase consiste no surgimento de ideias acerca do assunto. Elas surgem, no entanto, embaralhadas, confusas e desconexas. O autor tem dois caminhos a sua frente: lançá-las no papel da forma como surgem ou **organizá-las, esquematizá-las, selecioná-las, ..., planejar**.

A primeira reação de quem vai compor uma redação é a dúvida que, se não for controlada, pode levar ao apagamento das ideias, deixando o redator desorientado. Seguindo alguns passos ou técnicas relativas à organização das ideias, ele pode impedir que a dúvida evolua e estrague seu esforço de composição.

O tema surge, portanto, normalmente embaralhado e desconexo. O redator não pode se desorientar em face disso, mas ter calma e maturidade. Não é o fim do mundo! Deve (como diz um clichê) *dar um tempo* a si mesmo, permitindo que seu pensamento divague, passeando pelo tema. Nesse passeio muitas ideias vão surgindo. Com lápis e papel na mão, vai anotando cada uma dessas ideias, cada palavra ou expressão que se relacione ao tema a ser desenvolvido.

Não esqueçamos que todo tema é genérico. Dele extraímos aqueles aspectos que serão desenvolvidos para descobrir os elementos que latejam na essência da nossa investigação; isto é, precisamos restringir até que anotemos o tópico a ser investigado. Isso nos autoriza afirmar que um tema só se converte em problema — e dessa forma possibilita seu estudo — quando conseguirmos o máximo da delimitação teórica e operacional possível. Todo problema se caracteriza por ser uma dificuldade com possibilidade de superação, uma delimitação adequada e uma expressão de pensamento carregado de dúvida, curiosidade e demais aspectos desnecessários aqui para evitar a extensão excessiva desta discussão. Tentando ilustrar, chamamos atenção para um tema ou assunto como *elementos intervenientes na adoção de criança*. Este tema pode ser convertido no seguinte *tópico: o perfil da mãe que cede seu filho a terceiros*. Feito isso, podemos transformá-lo em *problema*, ao focalizarmos as condições mais preponderantes no processo de decisão que levam a mãe a ceder o filho à adoção. Ou como fez BARDAVID (1980), citado por LAKATOS e MARCONI, em Salomon (2010, p. 218-219). Eis sua formulação:

- *tema*: o perfil da mãe que deixa o filho recém-nascido para adoção;
- *problema*: quais condições exercem mais influências na decisão das mães em dar os filhos recém-nascidos para adoção?

A formulação do problema [...] é considerada o ponto de partida de toda pesquisa ou o motor do processo investigatório [...]. Hoje é quase unânime entre pesquisadores e cientistas [que a pesquisa é condição necessária para a vida acadêmica e para a ciência], em oposição ao ponto de vista clássico oriundo da metodologia de BACON e da concepção

de experimento de GALILEU, que estabeleciam a *observação* como a atividade que dá início ao processo de produção de conhecimento” (SALOMON, 2010, p. 219). “*Hipótese* e *problema* formam um todo indivisível, pense-se no projeto quer metodológica, quer teoricamente” (SALOMON, 2010, p. 219). A hipótese é a resposta provisória ao problema. “Como é a “solução” indicada e que precisa ser comprovada pela pesquisa — daí a coleta de dados e sua análise se fazerem em função da(s) hipótese(s) —, sua formulação está intimamente relacionada com o problema. Frequentemente o problema em sua operacionalização, se desdobra, a ponto de exigir no projeto: um problema geral e vários problemas derivados. Para cada problema, neste caso, haverá, no mínimo, uma *hipótese*” (SALOMON, 2010, p. 219).

O planejamento do texto deve caminhar de mãos dadas com o Projeto de Pesquisa. É este que dá as pistas para o planejamento que, aliás, é um item, uma parte do projeto. Ou para ser mais preciso, o Projeto de Pesquisa é o planejamento da dissertação ou do relatório que o sucede. Planejar significa, em sentido lato, a aplicação de “um conjunto de procedimentos para buscar respostas para uma **questão** apresentada. A **pesquisa científica** é **objetiva** e **sistemizada**, porque utiliza um **método** específico para obter conhecimento” (ACEVEDO e NOHARA, 2013, p. 6-7). O planejamento é, *mutatis mutandis*, a descrição do método empregado para a realização do estudo. Uma das partes do plano é justamente o método (a metodologia). No entanto, tudo no projeto obedece à sequência que o método põe em movimento.

Vamos supor que o tema seja *o menor abandonado*. A dúvida inicial pode conduzir a uma pergunta do tipo: *como vou desenvolver esse tema se não sou um menor abandonado nem os conheço?* Se o redator não *fugir*, mas tiver calma e permitir que seu pensamento divague pelo tema, ocorrerão lembretes como: *ouvi certa vez alguma coisa a respeito de menores abandonados na televisão* ou *li algo sobre isso num jornal*, ou mesmo: *vi alguns menores perambulando pelas ruas*.

Denomino esse momento de *fase das primeiras reflexões desconexas*.

PRIMEIRAS ANOTAÇÕES E RASCUNHO

É a fase em que, a partir de reflexões preliminares, o redator traz o assunto para suas experiências e vivências. Tais lembranças conduzem a perguntas do tipo: *por que existem menores abandonados?* Nesta fase, sem maiores esforços e inconscientemente, o redator delimitou o assunto, pois esta pergunta já é a delimitação — perguntas pedem respostas, perguntas lembram fatos. É nesse momento, quando as perguntas começam a se tornar mais maduras, mais densas e significativas que as ideias surgem na forma de respostas a elas.

Podemos ilustrar essa questão com a pergunta: *por que existem menores abandonados?* Digamos que essa pergunta seja o primeiro passo concreto da redação; isto é, a **delimitação**. Ao escrevermos a delimitação na forma de pergunta, encontramos, dentre outras vantagens, o fato de transformar a delimitação no problema de pesquisa. Feita a delimitação, chegou o momento de fixar o objetivo, o momento de criar a constante que vai controlar a redação, “impedir” fuga ao tema; ou, pensando em projeto, podemos afirmar que estamos diante da constante que vai orientar a organização da sequência de ações que se inicia na introdução e termina na redação das referências. Esse objetivo — que, para mim é a constante — poderia ser: *identificar as causas da existência do menor abandonado*. Aliás, a fixação do objetivo é uma etapa que vem em seguida à delimitação do assunto. Esta só se completa quando o aluno concluir acerca da exequibilidade do projeto. Um estudo só se mostra exequível “após ampla investigação do assunto e sistemática formulação da metodologia de abordagem do problema” (LEITE, 1978, p. 3). É o objetivo que dá suporte, que serve de esteio para o que será escrito. É por isso que dou ao objetivo inscrito num projeto o nome de **constante**. A fixação do objetivo “facilita a seleção das ideias e sua ordenação” (SOARES, 1978, p. 56). Havendo um objetivo, a tendência do redator é não se afastar dele, buscando ideias que com ele se relacionam. Devido a essa característica de prender o parágrafo em torno de si, o objetivo torna-se “um recurso indispensável para se escrever com *coerência*” (SOARES, 1978, p. 57), isto é, para controlar as ideias. Isso feito, o aluno passa para outra fase que denominamos de fase da especificação da tese.

ESPECIFICAÇÃO DE UMA TESE

Neste ponto o projeto abre espaço para especificar uma tese — um ponto de vista — algo como: *o menor abandonado é uma realidade social grave no Brasil*. A tese pode ser outra: *o problema do menor abandonado não é tão grave quanto parece*. Nesta fase de lembranças e registro das ideias, o redator não deve se prender muito ao objetivo, pois tudo que lhe vier à mente deve ser registrado, só depois é que lançará mão do objetivo para fazer a seleção dos registros; ou seja, selecionar as anotações que se relacionam com o objetivo fixado.

Lembrar-se-á, por exemplo, de algo como: *gravidez precoce*, que o conduzirá a lembrar-se de outro ente social: *mãe solteira*. Lembrando-se de que a pobreza é fator subjacente ao problema em causa, ocorrer-lhe-á outra lembrança, a do *desemprego*. Mas... e o governo, por que não evita o problema? Outra pergunta que certamente vai gerar outra resposta: *assistência social deficiente*. Continuando a pensar, o aluno lembrar-se-á do *uso de drogas*, outro problema que está na base da existência do menor abandonado. Ideias e

mais ideias surgem: *fome, desamparo, choro, tristeza* e assim por diante. Nesse momento o aluno já tem alguma coisa no papel, as dúvidas começam a desvanecer-se. Afinal, ele tem a delimitação do assunto, o objetivo, uma tese e muitas palavras, expressões e frases. Essa sequência faz parte do projeto e adentram a produção do texto.

Depois de registradas, as palavras e expressões devem ser colocadas em frases completas, como:

O desemprego tem desestruturado muitas famílias.

A gravidez precoce é um problema social.

A assistência social ao menor brasileiro tem apresentado muitas falhas.

Aumenta o uso de drogas entre os menores.

Muitas famílias não têm condições de amparar seus filhos.

Vi uma criança chorando na frente de uma padaria.

É triste ver uma criança sofrendo.

Sem maiores esforços, o aluno construiu várias frases-sujeito, todas relacionadas ao tema, porque todas respondem à pergunta que deu origem ao objetivo. Sozinhas, entretanto, as frases não explicam o problema, é necessário que sejam esclarecidas, que sejam desenvolvidas através de outras frases com ideias secundárias (as frases-predicado) que formam, juntamente com a frase-sujeito, um parágrafo. Em cada frase-sujeito há pelo menos uma palavra ou expressão que remete à constante, que serve de ancoragem para o objetivo, pois temos, nessa ordem: desemprego, gravidez precoce, assistência social ao menor, uso de drogas, amparo aos filhos, as lágrimas na calçada da padaria, criança sofrendo.

As frases-sujeito registradas — pela sua natureza — apontarão vários tipos de parágrafo. As frases: *o desemprego tem desestruturado muitas famílias* e *a gravidez precoce é um problema social* são frases-sujeito que podem ser desenvolvidos por meio de motivos, o que deve ser feito em função da pergunta: *por que o desemprego tem desestruturado muitas famílias* e *por que a gravidez precoce é um problema social?* A lista de respostas constituir-se-á nas frases-predicado que desenvolverão cada parágrafo. Esse parágrafo pode ser um bloco dentro de uma redação e estar a serviço de uma introdução inscrita pouco acima, ou fazer parte de uma introdução e, assim, será desenvolvido até se constituir num capítulo inteiro.

Já a frase-sujeito *a assistência social ao menor brasileiro tem apresentado muitas falhas* oportuniza o desenvolvimento de um parágrafo (ou quiçá um capítulo) pela citação de exemplos, empregando fatos concretos como testemunho para demonstrar o que se afirmou. A frase-sujeito aparece, assim, como uma matéria-prima que precisa ser trabalhada, moldada, acabada; esse tratamento dado à frase-sujeito a transformará numa

frase-geratriz, isto é, uma frase que vai gerar inúmeras outras, pois contém a ideia primária em torno da qual o parágrafo (ou o capítulo) será construído.

A frase-sujeito *aumenta o uso de drogas entre os menores* também aponta exemplos. O redator pode ilustrá-la relatando uma história que conhece ou de que ouviu falar sobre o uso de drogas entre menores; entretanto, esse desenvolvimento depende do tratamento que quiser dar à ideia primária contida na frase-sujeito, pois se sua tendência for a de transformá-la em perguntas, certamente o desenvolvimento por ilustração não será o mais adequado, visto que não cabe, por exemplo, uma historieta como resposta à pergunta *por que aumenta o uso de drogas entre as crianças?*

A frase-sujeito *muitas famílias não têm condições de amparar seus filhos* pode ser vista como uma consequência, sendo assim, cabe ao redator enumerar as causas. O aluno-redator está, por enquanto, na **FASE DO RASCUNHO** ou numa fase anterior ao rascunho (essa fase existe).

Chegando às duas frases-sujeito *vi uma criança chorando na frente da padaria* e *é muito triste ver uma criança sofrendo*, descobrirá que soariam melhor como frases-predicado da primeira frase-sujeito. É o momento de fazer uma primeira reestruturação de seu texto.

O redator deve, portanto, começar por algumas palavras que sirvam para situá-lo no tema proposto. A partir daí as ideias vão surgindo e sendo anotadas para que não se percam. Quando tiver uma quantidade razoável de ideias anotadas, tem início outra fase: a FASE DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A classificação das ideias consiste no agrupamento destas por afinidade entre elas, isto é, as ideias *parecidas* são colocadas umas junto das outras, como a seleção de frutas em que se colocam as maçãs numa caixa, as laranjas em outra e assim por diante. Se nossa atividade for a de classificar e ordenar frutas, certamente depois que separarmos por classes, devemos adotar um método de ordenação que pode ser da mais barata para a mais cara ou das maiores para as menores etc. Da mesma forma, temos que ordenar nossas ideias depois que forem classificadas.

A ordenação deve partir do mais geral para o mais específico, isto é, das ideias que reportam à introdução para as que apontam a conclusão. Precisamos, neste ponto, lembrar a coerência entre o que vamos escrever e o tema que delimitamos. Convém relermos nossas frases para decidir quais estão de fato relacionadas ao que queremos expor; certamente as frases e expressões em desacordo com o que se pretende serão alijadas.

Verificada a *coerência*, chegou o momento da *coesão*, pois é agora que o redator faz

a montagem do rascunho, articulando as frases entre si por meio de elementos de ligação (conjunções, preposições, advérbios, como ensina Koch). No momento em que estiver desenvolvendo esta etapa, ocorrerá ao redator que, para articular uma ou outra frase entre si, os elementos de ligação não serão suficientes, pois é necessário, às vezes, criar uma terceira frase para ligar duas outras. Portanto, é possível que uma colagem simples com um advérbio, por exemplo, é suficiente; mas pode ocorrer casos em que se faz necessário construir uma ponte inteira que ocupe uma ou mais linhas no papel.

E o texto vai surgindo naturalmente. Seguem-se quantas releituras forem necessárias para o aperfeiçoamento do trabalho. Nesta operação, “procederemos, então, onde couberem, a enxertos, sucessões ou mudanças de ordem na própria estrutura da exposição; troca de palavras, refazimento de frases, correção de deslizes gramaticais — tudo a servir de base para a elaboração de praticamente novo texto” (LIMA, 1980, p. 15). Sim, porque do rascunho ao texto final, as correções são tantas, que este último se constitui em relação àquele como se fosse outro texto.

O aluno deve ter entendido que da organização das ideias faz parte também a hierarquização do texto em **INTRODUÇÃO**, **DESENVOLVIMENTO** e **CONCLUSÃO**. As relações devem ser estabelecidas de tal modo que a conclusão seja preparada pelo desenvolvimento, que, por sua vez, decorre da introdução. Aliás, na introdução aparece, de maneira abstrata, um problema traduzido em perguntas-chave, ou na pergunta de pesquisa, cuja resposta gera a hipótese e que deve ser reestruturada em objetivo geral, reservando-se às perguntas-chave marginais o papel de orientadoras dos objetivos específicos.

A sequência dos aspectos apontados no parágrafo anterior é a seguinte: na introdução temos o problema apresentado de modo abstrato. Esse problema gera a pergunta de pesquisa que, por sua vez, produz o objetivo geral e cuja resposta é a fonte da hipótese. Feita a pergunta de pesquisa, deve-se fazer as perguntas-chave marginais acopladas a ela. Essas perguntas produzem os objetivos específicos. O resultado é um documento em que cada fase se relaciona com outra fase; isto é, cada fase oferece os insumos intelectuais para a elaboração de outra fase.

HIERARQUIZAÇÃO: INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CONCLUSÃO

Há diferentes meios para se introduzir um texto, tais como, dentre outros, conforme Felizardo (1969, p. 35-36), “um retrospecto histórico, uma citação, uma cena descritiva, uma pergunta, um dado geográfico precisando um fato, dados estatísticos, a narrativa de um fato, uma frase declarativa, linguagem figurada, duas ideias contrastantes”. Independentemente do meio empregado, a introdução deve conter a ideia primária (a ideia geratriz) do texto, de modo que seja possível desdobrá-la na parte seguinte, isto é,

no **desenvolvimento**. A **introdução** por meio de uma pergunta “facilita as coisas” para o redator iniciante, visto que, para concluir, basta respondê-la. Mesmo que a **introdução** seja formulada de outra maneira, pode ser, na mente do redator, transformada em pergunta para facilitar a operacionalização da conclusão.

A segunda etapa da dissertação em processo é o **desenvolvimento** da ideia primária expressa ou diluída na introdução. O desenvolvimento pode ser elaborado empregando os mesmos recursos utilizados para a introdução. Mais uma vez, o redator precisa servir-se do que aprendeu sobre coesão e coerência de modo que o desenvolvimento de seu texto construa-se “em blocos de ideias bem articulados entre si, de tal sorte que da sucessão deles resulte um conjunto unitário e coerente, capaz de encaixar-se com naturalidade na parte que o antecede (a **introdução**) e na que lhe sucede (o **desfecho**)” (LIMA, 1980, p. 13). Em se tratando de uma dissertação com vários capítulos, **deve haver comunicação entre o capítulo posterior e o anterior**. Essa comunicação surge naturalmente, na medida em que cada novo capítulo desenvolve um ou mais parágrafos da introdução geral ao relatório de pesquisa. Neste caso, não se trata da introdução de um capítulo e sim da introdução ao texto que, neste caso, seria como uma espécie de “capítulo zero”, porque vem antes do primeiro capítulo do texto todo. De acordo com Creswell e Creswell (2021, p. 83),

A introdução estabelece a questão ou o interesse que conduz à pesquisa, ao comunicar informações sobre um problema. Como é a parte inicial de um estudo ou proposta, é preciso tomar um cuidado especial em sua escrita. A introdução precisa suscitar o interesse no leitor pelo tema, definir o problema que leva ao estudo, situar o estudo dentro do contexto mais amplo da literatura acadêmica e atingir um público leitor específico.

A postulação de Creswell e Creswell resume de modo competente o que é uma introdução. Percebe-se em sua afirmação que ela conduz um ponto de vista que, de resto, deve ser defendido no desenvolvimento. Este, aliás, amplifica o tema (a progressão temática), a partir da exposição das ideias, que não podem, por seu turno, ser apresentadas aleatoriamente, é necessário que obedeçam a uma ordem cronológica ou lógica. É necessário, em suma, que se utilize o bom senso no processo de composição do texto.

A **conclusão** deve apresentar duas características identificáveis: encerramento e resposta. A primeira porque fecha o texto, a segunda porque dá uma resposta final às indagações implícitas ou explícitas feitas na introdução, quando se apresentou o problema expresso na ideia primária. Na conclusão, retoma-se, portanto, com mais ênfase — porque já foi comprovada — a tese defendida ao longo do texto. O próprio desenvolvimento indica a forma como se deve proceder à construção da conclusão.

A organização das ideias faz parte de qualquer texto; portanto, a narração também pode evidenciar um pensamento organizado ou desorganizado. O redator que se propõe a

narrar deve, para evitar ruptura de suas ideias, partir de um plano previamente formulado em que anote, de antemão, o esqueleto de seu texto. Do plano deve constar o lugar, o tempo, os personagens com suas características e o fato a ser narrado (em poucas palavras). Convém registrar também o foco narrativo e o tipo de discurso. Isso feito, terá condições de redigir sua narração sem sobressaltos, porque estando pronto o esqueleto do texto, basta completá-lo com o *recheio*.

PLANEJAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

PRIMEIRAS REFLEXÕES

Qualquer pesquisa acadêmica é um trabalho científico e, como tal, precisa ser planejada. “O projeto e o relatório final formam com ela um todo indissociável” (SALOMON, 2010, p. 217). Gil (2009, p. 19) acrescenta que o “planejamento da pesquisa concretiza-se mediante a elaboração de um projeto, que é o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa”. O projeto só se finaliza quando for elaborado o resultado final, na forma de um relatório de pesquisa ou texto acadêmico.

Há roteiros que auxiliam na produção de textos e de projetos. A produção mais elementar, neste caso, afirma que **TODO TRABALHO DEVE SER PLANEJADO**, assim planejamos o projeto e planejamos o texto que resulta do projeto. O planejamento consiste, grosso modo, na sistematização de uma série de perguntas: (1) o que quero fazer e por que quero fazer essa pesquisa? (2) o que eu já sei a respeito do tema que pretendo pesquisar? (3) como posso proceder para atingir os objetivos ou responder ao problema formulado? (4) qual problema preciso enfrentar e resolver? (5) a que resultados quero chegar, ou o que pretendo constatar? Essa mesma sequência orientadora da elaboração do projeto serve, numa etapa posterior, à sequência do texto resultante do projeto.

Há diferentes modelos de projeto. Alguns apresentam mais itens que outros. A sequência proposta por Rampazzo é simples e aplicável a qualquer campo da ciência. Seu roteiro básico se constitui da seguinte sequência:

- Título do projeto
- Introdução:
 - Delimitação do tema e do problema da pesquisa
 - Estado da questão (referência à literatura)
 - Justificativa da escolha
 - Objetivos da pesquisa
- Enunciado das hipóteses
- Metodologia
- Cronograma
- Referências bibliográficas básicas
- Orçamento” (RAMPAZZO, 2011, p. 73).

Minha proposta de roteiro para o Projeto de Pesquisa Científica difere pouco da proposta de Rampazzo. Eis os itens que considero necessários num projeto:

1. Escolha do título do projeto
2. Definição do tema
3. Delimitação do tema
4. Introdução
5. Levantamento da situação problema
6. Hipótese, ou hipóteses, conforme o caso
7. Justificativa
8. Fixação dos objetivos
9. Revisão de literatura ou fundamentação teórica
10. Metodologia
11. Cronograma
12. Recursos
13. Resultados esperados
14. Redação das referências

ESCOLHA DO TÍTULO

Todo projeto deve ser apresentado com um título. Este está para o projeto como o rosto para um ser humano. O título resume a identidade do projeto e deve ser formulado, de preferência, em uma frase que reúne o assunto do trabalho. Essa frase pode ser nominal, elaborada apenas com substantivos e adjetivos, ou oracional. A orientação dada mais adiante, neste livro, sobre como construir títulos de resenhas, no item **resenha** pode ser útil a esta reflexão. O redator do projeto deve cuidar para elaborar um título que seja uma síntese do trabalho. Os títulos de projetos de pesquisa se confundem com o respectivo assunto; isto é, o título é o assunto resumido em uma frase ou expressão. Na condição de rosto do projeto, os títulos devem ser chamativos, de modo a atrair a atenção do leitor.

Outra solução para se estabelecer o título pode ser o uso da delimitação para esse fim; ou seja, a delimitação serve como título de qualquer trabalho.

DEFINIÇÃO DO TEMA

Atualmente temos pressa para responder às demandas colocadas à nossa frente. Tão logo um aluno conclui o ensino médio e ingressa no curso superior já se depara com inúmeras tarefas, cujo cumprimento enriquece seu currículo e amplia sua potencialidade

cognitiva. Primeiramente vêm as tarefas obrigatórias, dentre elas aparece a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso — o TCC —. Ainda na universidade se coloca frente à Iniciação Científica, que não é obrigatória, mas de utilidade sem limite para formar o pesquisador, a partir daí vem a especialização e assim por diante.

Essa formação adicional tem muito valor. A especialização aprimora conhecimentos e insere novos elementos às substâncias intelectualmente nutritivas com que se alimentou na graduação. Já na especialização deve escolher um tema para pesquisar, é necessário que o ato resulte de longo processo de meditação. O aluno deve dominar, suficientemente, o tema e ter consciência de que consegue manejar a metodologia. De acordo com Leite (1978, p. 6), a “definição do tema a ser focalizado na tese é ideia que também surge do maior contato e familiarização com os problemas, questões e interesses característicos da área de conhecimentos a que o aluno está vinculado”. Para ele, “o tema de pesquisa inicialmente escolhido pelo aluno comporta vários projetos de tese. Portanto, o aluno deverá procurar subdividir o tópico, criando uma lista de subtópicos opcionais” (LEITE, 1978, p. 7). Ora, ainda que Leite direciona sua ponderação à tese, suas conclusões podem ser aplicadas à especialização, à dissertação de Mestrado e quejandos.

Ao contrário dos títulos, que devem ser formulados com substantivos concretos, os temas devem vir expressos por meio de substantivos abstratos. Nesta parte o redator pode empregar figuras de linguagem, de estilo e ser generalista. A expressão “vida social do segundo império na literatura brasileira” pode ser um título, mas não serve como tema. Em se tratando de um projeto, cujo título seja o exemplo mencionado logo acima, o tema pode ser, por exemplo, “escravidão e liberdade: opressão e desejo na literatura brasileira do século XIX”. Ainda que se dá uma inquestionável semelhança com título, sobretudo, na parte que sucede os dois pontos, não podemos ignorar que temos, nesse tema, uma sequência formada por substantivos abstratos, como escravidão, liberdade, opressão, desejo. Neste caso, não se faz necessária a sucessão de abstrações, bastaria enfatizar a escravidão na literatura do século XIX, pois a palavra escravidão não se resolve se não for tratada num contexto de opressão e liberdade: uma (a primeira) como fato, outra (a segunda) como desejo. Só nos damos conta do valor da água se vivermos num deserto. Da mesma forma, a liberdade é o bem que buscamos, de modo enfático, se vivermos num contexto em que impera a opressão e, quiçá, a escravidão.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Um passo primordial que deve ser dado no início de qualquer ação de pesquisa constitui na delimitação do tema, isto é, estabelecer aquele aspecto que será utilizado para trazer o tema ao lume, de modo a restringir seu sentido, por meio da escolha de

um de seus aspectos. O sentido de todo tema é amplo e, como já foi dito, contempla várias pesquisas, faz-se, portanto, necessária uma restrição. Nesta fase, o coordenador da pesquisa — que pode ser identificado também como autor do estudo — *trabalha o assunto*, conforme adverte Soares (1978, p. 46), “de forma a fazer com que as ideias passem por um ‘funil’ [...]. *A restrição ou delimitação do assunto é necessária para que se possa controlá-lo com mais facilidade*”. Além disso, a “delimitação de um único assunto permite que se alcance a profundidade necessária de acordo com o grau acadêmico do trabalho” (ACEVEDO e NOHARA, 2013, p. 5). Um tema como a *reforma agrária* pode gerar inúmeros textos, de acordo com a delimitação que se privilegiar para a composição. Vejamos algumas sugestões de delimitação para o tema em causa:

A marcha dos sem-terra em (ou até) Brasília.

O movimento dos sem-terra em Minas Gerais.

A distribuição de terras no recôncavo baiano.

A questão do Pontal do Paranapanema.

A reforma agrária depois do ano 2000.

A participação da igreja na distribuição de terras.

A participação da igreja na distribuição de terras nos anos 1970/1980.

A delimitação serve para controlar o tema e deve ser expressa também por meio de substantivos concretos, por exemplo, para o assunto “contradições da vida social brasileira na respectiva literatura ao longo do século XIX”, podemos estabelecer o seguinte fluxo:

Título: “vida social carioca no começo do século XIX”.

Tema: “reinvenção do Brasil no reinado de Dom Joao VI”.

Delimitação: “caricaturas sociais em *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida”.

Nenhuma pesquisa é bem sucedida se desenvolver um tema amplo. Laville e Dionne (1999, p. 103) contribuem com esta conclusão ao afirmar que “Um pesquisador não pode [...] abordar um problema sob todos os ângulos, sobretudo, se é um iniciante”. Essa limitação o leva a se questionar sobre qual ângulo escolher para abordar o problema. O que as pesquisas desenvolvem é uma parte, um aspecto de um tema. Portanto, quando se estabelece o tema da pesquisa é necessário especificar qual de seus aspectos será objeto de estudo, ou sob qual ângulo temático o objeto será abordado.

Vem daí a necessidade de delimitar o tema. “Ainda quando o tema é proposto pelo professor, cabe ao aluno [delimitá-lo], com precisão, [...], ou seja, é preciso distingui-lo de temas afins, tendo presente o domínio sobre o qual vai trabalhar” (SEVERINO, 2002, p. 74). É como se o tema fosse dividido em suas partes mínimas. Quanto mais a delimitação for

restrita, maior será a facilidade encontrada pelo pesquisador para se chegar ao resultado. Para fins de ilustração, trazemos à baila essa proposição de Severino (2002, p. 74): “uma coisa é escrever sobre a *liberdade em geral*, outra sobre a *liberdade psicológica*, outra sobre a *liberdade política*” (SEVERINO, 2002, p. 74). No nosso entendimento, *liberdade em geral* é o tema *in natura* — em seu estado original: amplo — apresentado na sua amplitude, a *liberdade psicológica* e a *liberdade política* são aspectos ou delimitações desse tema *in natura*. São tópicos do tema.

Não podemos entender a *liberdade política* como um tema *in natura*, a menos que decidamos delimitar, a partir da liberdade política algo como *liberdade no ensino superior*. Assim, liberdade política se torna tema amplo e o outro, tema delimitado. Pode-se pensar ainda numa delimitação como *liberdade no primeiro ano do ensino superior*, que deve ser visto como uma redução da liberdade no ensino superior. E assim por diante, há sempre possibilidade de redução de um tema, pela extração de um novo tópico e quanto mais tópicos encontrarmos, a partir de tópicos já fixados melhor será nossa capacidade para atuar e atingir o tema por meio de um de seus aspectos.

Com vimos, nenhum tema atinge um grau máximo de delimitação; importa, no entanto, que o delimitemos até sua dimensão mais diminuta. Até extrairmos dele todos seus remas, como diria o linguista. O que interessa aqui é sabermos que quanto mais reduzido ficar o tema, mais profunda será nossa pesquisa e poderemos trabalhar com mais liberdade e profundidade.

A esse processo de delimitação, Leite denomina de *redução de incerteza*, sem empregar explicitamente a expressão. A redução de incerteza dá como um processo em que um “aluno começa apenas com uma vaga noção de pesquisar um determinado assunto que, geralmente, comporta vários projetos de pesquisa. Ao estudar e investigar o assunto, o aluno deve procurar reduzir o número de possíveis projetos e a magnitude de cada projeto” (LEITE, 1978, p. 2), até chegar a uma formulação possível de ser controlada, explicada num espaço de tempo determinado.

Imaginemos um tema como “literatura brasileira”. Seria impossível chegar a um resultado sem delimitar esse tema. Imaginemos que, sabendo-se incapaz de chegar ao resultado, o pesquisador delimitasse para literatura brasileira do século XIX. É até possível que esse pesquisador encontre o resultado esperado se sua intenção for o estabelecimento de uma história da literatura brasileira no período mencionado, se a pretensão ficar restrita ao emprego do tema numa aula do Ensino Médio.

Uma boa delimitação para esse tema deve ser algo como a “influência do Positivismo sobre o realismo-naturalismo, no final do século XIX”. Se a intenção do pesquisador for demonstrar que o Positivismo alterou os rumos da literatura brasileira no final do século

mencionado, seria mais prudente que delimitasse mais ainda e fizesse uma formulação como a seguinte: “traços do Positivismo em Aluísio Azevedo”, ou “o Positivismo em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo” ou então para ser mais preciso e sua pesquisa mais significativa, o ideal é que a delimitação fosse “*O cortiço* e a efetivação do meio, da raça e do momento na literatura brasileira”. O fluxo das ideias até se chegar à delimitação poderia ser:

- Literatura brasileira
- Literatura brasileira no século XIX
- Influência do Positivismo na literatura brasileira no século XIX
- Traços do Positivismo em Aluísio Azevedo.
- Meio, raça e momento em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo.

Outro exemplo:

- **TEMA** - História e ficção.
- **DELIMITAÇÃO DO TEMA** - História e ficção em três ficcionistas latino-americanos da segunda metade do século XX.

INTRODUÇÃO AO PROJETO

Da mesma forma com que trato sobre a delimitação em várias partes desta obra, faço com a introdução; isto é, aqui e ali, há um estudo sobre o que é e como construir uma introdução. Cabe ao leitor retomar essas partes para ter uma ideia mais precisa de como se deve proceder para compor uma introdução. Creswell e Creswell (2021, p.86) asseveram que

O **modelo de lacunas de uma introdução** é uma abordagem para escrever a introdução de uma pesquisa que tenha base nas lacunas existentes na literatura. Ele inclui os elementos de apresentação do problema de pesquisa, revisando estudos passados sobre o problema, indicando as lacunas nesses estudos e propagando a importância do estudo.

Esse modelo “consiste em cinco partes, e cada parte pode ter um parágrafo separado”. Supondo que a introdução *tenha duas páginas*, Creswell e Creswell (2021, p. 86) sugerem o seguinte esquema (após advertirem que não é necessário seguir nessa mesma ordem):

1. Apresenta o problema de pesquisa
2. Revisa os estudos que têm abordado o problema
3. Indica as lacunas nos estudos
4. Indica a **importância do estudo** para determinados públicos

5. Apresenta a descrição de objetivo

Em que pese a impagável contribuição de Creswell e Creswell (2021), acrescento que esta parte do texto acadêmico e do Projeto de Pesquisa se caracteriza, particularmente, pela abstração; isto é, toda introdução deve ser abstrata, não pode concretizar a pesquisa, mas passar ao largo, dando ao leitor uma noção genérica do que vai ocorrer ao longo do estudo. A introdução é, portanto, aquela parte da pesquisa em que se expõe de modo geral, sem especificar, em que consiste o estudo. Nela o pesquisador, sem antecipar os resultados, fala sucintamente dos objetivos e das principais fontes de pesquisa, assim como dos principais pesquisadores e estudos concluídos a respeito do tema. Enfim, a introdução é como um resumo da pesquisa, mas um tipo de resumo que não tem potencial para dar leitor completa satisfação, ao ponto de não sentir necessidade de ler o relatório. Se, na introdução, o pesquisador chegar aos resultados então não há porque fazer a pesquisa, pois indica que está de posse daquilo que pretende atingir por meio do projeto.

Ao se montar um Projeto de Pesquisa, deve-se escrever a introdução como se estivesse lançando a semente na terra, depois que esta foi adubada. A introdução é a parte embrionária do Projeto. Ela serve para o pesquisador indicar como o problema surgiu em sua memória. O que lhe incomodou ao ponto de levá-lo à pesquisa. Nela o pesquisador explicita “os métodos mais relevantes que levaram à abordagem do assunto; em seguida, pode ser feita uma **contraposição** aos trabalhos que já versaram sobre o mesmo problema, elaborando-se uma espécie de **estado da questão**, até mesmo mediante rápida referência à literatura relativa ao tema com base num balanço crítico da bibliografia, já feito nos estudos preparatórios” (RAMPAZZO, 2011, p. 74). Essa referência deve ser feita de passagem, sem qualquer aprofundamento, afinal, um dos itens do projeto é justamente a **revisão de literatura**, que é a parte reservada, exclusivamente, para esse **balanço crítico da bibliografia** existente sobre o tema de sua pesquisa; isto é, na revisão se dá o aprofundamento do estado da questão.

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

De acordo com Booth; Colomb e Williams (2019, p. 45-460), é tarefa do pesquisador “ter como objetivo não só encontrar respostas para uma pergunta, mas propor e resolver um problema que, a seu ver, outras pessoas também acharão que vale a pena ser resolvido”. Em face dessa postulação, conclui-se que o levantamento do problema de pesquisa é, até aqui, a parte mais importante dentre todas que estamos estudando acerca do Projeto de Pesquisa, pois a situação problema é, conforme Acevedo e Nohara (2013, p. 16), “a **questão-chave** (a pergunta central) sobre como os fenômenos estão relacionados”. Isso porque, ainda segundo ambos, “o problema expressa relações entre duas ou mais

variáveis”. Um problema deve sempre ser apresentado na forma de uma pergunta e sua formulação deve possibilitar que seja testado.

A tradução do problema para uma forma interrogativa se justifica pelo fato de que toda investigação de caráter acadêmico tem como foco responder a uma pergunta que deve ser clara e objetiva, pois, do contrário, a pesquisa perde sua direção. É por isso que “nem todos os problemas que encontramos são necessariamente problemas que se prestam à pesquisa científica. Um *problema de pesquisa* é um problema que se pode ‘resolver’ com conhecimentos e dados já disponíveis ou com aqueles factíveis de serem produzidos” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 87). Para esclarecer essas postulações, imaginemos as três formulações seguintes:

- A literatura latino-americana reflete a história de países marcados por regimes ditatoriais e pelos problemas que deles derivam.
- Os autores contemporâneos que viveram a experiência recente do autoritarismo interpretam a história de seus ancestrais à luz de sua própria experiência.
- A **estética do oprimido** recupera, na literatura, a opressão sofrida por povos marginalizados e subjugados sob a fome, a miséria, a discriminação e a alienação.
- É papel da linguística explicar a dominação de povos pelo âmbito da imposição cultural, sendo que o aspecto que predomina nessa imposição é a língua da parte dominante.

Os enunciados acima abordam a literatura latino-americana, focando a preocupação de autores e vertentes que tematizam a opressão. Sob esses ângulos, a delimitação possibilita que sejam objetos de pesquisa, haja vista que permitem uma busca de dados para comprovar as situações que apontam. Mas da forma como são apresentados, os enunciados não se constituem problemas, pois não são perguntas, mas são factíveis de se traduzirem na forma de perguntas como as que se seguem.

- Como se dá o engajamento social ou a interação entre história e mito na literatura de países latino-americanos que vivem sob regimes ditatoriais?
- Que aspectos de sua própria experiência são acionados por autores contemporâneos que viveram a experiência recente do autoritarismo quando interpretam a história de seus ancestrais?
- Em que consiste a vertente literária genericamente qualificada de **estética do oprimido**?
- Como a linguística vem explicando a dominação cultural a partir do aprendizado da língua de povos dominantes sobre povos subjugados?

Severino (2002, p. 75) concorda com essa exposição, quando expõe que, “antes da elaboração do trabalho, é preciso ter ideia clara do problema a ser resolvido, da

dúvida a ser superada”. Aliás, toda pesquisa só justifica a própria existência no fato de buscar a solução de um problema, de se esforçar para responder a uma pergunta, cuja apresentação *clara* — continua Severino na mesma página — “desencadeia a formulação da hipótese geral a ser comprovada no decorrer do raciocínio. Quando o autor se define afinal por uma solução que pretende demonstrar no curso do trabalho, pode-se então falar de tese ou de ideia central do seu trabalho”. Ora, esta obra deve deixar claro que a hipótese é uma reelaboração da resposta provisória que se dá à pergunta de pesquisa; isto é, o pesquisador precisa navegar pelo problema de pesquisa para, a partir dele, encontrar ou elaborar a hipótese.

A proposição de Leite sobre tese não invalida sua consideração como levantamento de um ponto de vista acerca de determinada questão. Para Leite (1978, p. 3), “a tese é um experimento científico mediante o qual se procura formular hipóteses ou modelos que devem ser testados, isto é, aprovados ou reprovados à luz de dados e informações pertinentes, normalmente coletados e tratados por processos estatísticos ou análise de laboratório”. Em outras palavras, Leite define tese como ponto de vista. Este pode ser aceito ou rejeitado pela comunidade científica.

A inter-relação entre problema e hipótese se explica no fato de que as hipóteses só podem ser enunciadas de modo coerente quando o problema for apresentado de maneira sucinta, objetiva e clara. A hipótese, de acordo com Severino (2002, p. 161), “é a ideia central que o trabalho se propõe demonstrar. Toda monografia científica, de caráter dissertativo, terá sempre a forma lógica de demonstração de uma tese proposta hipoteticamente para solucionar um problema”. Inúmeras ações ou até mesmo certos estados de espírito podem se conjugar para a solução de um problema de pesquisa.

O pesquisador não pode alijar a intuição, a tradição, ou o senso comum do conjunto de formas de abordagem do problema, mas esses elementos sozinhos ou acrescidos da especulação não se constituem solução para problema algum. “Um problema de pesquisa supõe que informações suplementares podem ser obtidas a fim de cercá-lo, compreendê-lo, resolvê-lo ou eventualmente contribuir para a sua resolução” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 88). Creio estar ficando claro que o levantamento da situação problema é a parte do Projeto de Pesquisa em que o pesquisador indica os aspectos do seu objeto que o incomodam ou trazem dificuldade para que a comunidade acadêmica possa entender o objeto em sua plenitude.

Numa pesquisa, por exemplo, sobre a obra de Machado de Assis, focalizando a relação entre a obra do escritor em questão e a produção literária de seu momento histórico específico um problema possível pode ser a possibilidade de que houve relação entre essa obra e a literatura russa. Esse problema pode ser formulado por meio da pergunta:

que aspectos conceituais e temáticos são comuns a Machado e Dostoiévski? Essa é uma pergunta factível, daquele tipo que leva o pesquisador a acionar materiais bibliográficos e informações adicionais para abordá-la. É uma boa pergunta, pois se trata daquele tipo de abordagem que auxilia “o pesquisador a progredir em sua pesquisa [fornecendo-lhe] um fio condutor para o desenrolar de seu trabalho, guia-o nas operações futuras” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.106). Para recapitular, lembro que o pesquisador precisa inicialmente permitir, continua Laville e Dionne (1999, p. 106-107), “que se perceba que o problema por ele traduzido é um problema significativo, o que se pode esperar como solução, quer se trate da aquisição de conhecimentos lacunares ou de possibilidades de intervenção”. Esclarecendo mais ainda, dir-se-ia que há problemas sem solução à vista. Neste caso, não há possibilidade de intervenção.

Da mesma forma outro problema possível pode ser as querelas envolvendo as relações entre Machado e Eça de Queirós. Para muitos, essas relações foram tensas, para outros, harmoniosas. Esse tipo de questão pode se constituir como problemas no pensamento do pesquisador. Eis uma pergunta possível: que aspectos temáticos e formais apontam para uma possível influência mútua entre Machado e Eça?

Para reforçar um pouco mais as questões sobre a importância do levantamento da situação problema, vejamos a relação disso com a justificativa. Esta relaciona-se ao problema levantado, porque são os problemas que justificam o esforço do pesquisador. Enfim, a pesquisa é feita para solucionar problemas e encontrar respostas para os mesmos. Sem que haja problemas não há o que pesquisar.

A situação problema deveria ser a parte mais importante de um projeto de pesquisa, pois é a partir da existência de um ou mais problemas que o estudioso se lança no esforço de sua indagação. Esta consiste — insisto — em ações voltadas à solução do problema encontrado. A propósito, Severino (2002, p. 74-75) adverte que “a visão clara do tema do trabalho, do assunto a ser tratado, a partir de determinada perspectiva deve completar-se com sua colocação em termos de problema. O raciocínio [...] não se desencadeia quando não se estabelece devidamente um problema”. Concluímos, então, que há um alto grau de parentesco entre problema e delimitação. Ambos restringem a amplitude da pesquisa e pavimentam a estrada a percorrer na direção da elaboração da hipótese e, por extensão, dos resultados finais.

Se a pesquisa for científica, então o problema precisa ter natureza científica; para tanto, deve apresentar “variáveis que podem ser tidas como testáveis” (GIL, 2009, p. 24). Laville e Dionne (1999, p. 126) argumentam que, quando o pesquisador escolhe um problema de pesquisa e se assegura “de que se trata de um problema que merece ser estudado”, chegou ao momento — continuam — de “propor uma solução possível, a

hipótese, cuja validade será verificada em seguida. Trata-se, portanto, de, nessa etapa, retomar seu problema e, objetivando melhor, preparar o enunciado da possível solução”. Esse enunciado pode aparecer diluído nas diversas fases do projeto ou constar no diálogo entre objetivos e metodologia.

CRIAÇÃO DE PERGUNTAS DE PESQUISA

Um problema de pesquisa surge de certas regularidades ou mesmo irregularidades de alguma dimensão da ação humana. Podemos exemplificar com uma situação no âmbito da literatura. No final do século XIX a literatura conheceu uma vertente genericamente denominada romance de tese. O período da história da literatura em que esse tipo de romance se destacou pela quantidade foi justamente o hiato histórico citado; isto é, para evitar ambiguidade, prefiro repetir que o hiato histórico contemplou os últimos anos do século XIX. Voltando à questão, houve, portanto, uma regularidade.

Os romances de tese são obras cujos autores procuram demonstrar, nos limites do discurso literário, uma tese da ciência. Vem dessa época a assunção do evolucionismo, no âmbito da biologia, do positivismo, no âmbito da filosofia, da psicanálise no âmbito da psicologia etc.

O pensamento científico de então se deleitou com a convicção de que o homem é meramente um produto. Isso diminuiu o *status* do ser humano, na medida em que o homem perdeu, na crença dos cientistas, sua capacidade de gerir o próprio destino, pois é apenas um produto do meio, da raça e do momento.

Para agravar a situação e diminuir mais ainda a crença na capacidade do homem em governar a própria vida, certos postulados psicológicos e biológicos passaram a defender a tese de que o homem é um ser naturalmente propenso ao erro. A tendência à prática de atos como prostituição, roubo, adultério são, segundo essa vertente de pensamento, qualidades imanentes à natureza humana. Os indivíduos que do nascimento à morte não praticaram quaisquer desses atos é porque no momento histórico de sua existência não encontrou em seu meio social as forças que o induziriam a tais atos, além de ter vivido em um momento histórico em que essas forças estavam adormecidas. Da mesma forma a ciência positivista em voga na segunda metade do século XIX acreditava que a raça também podia interferir na conduta dos indivíduos, sendo que reservou às raças mestiças as qualidades mais inferiores.

Essa nova dinâmica que moveu o pensamento científico e filosófico de então atraiu a atenção dos escritores de obras literárias que passaram a planejar situações cujos enredos tiveram como endereço espaços sociais e momentos históricos que fossem propensos ao afloramento dos aspectos mais instintivos dos personagens. Assim, uma obra como

O cortiço, por exemplo, teve no espaço do cortiço (lugar onde residem, coletivamente, pessoas pobres e de origem diversa) um laboratório para se estudar as taras que seriam acionadas a partir do ajuntamento de pessoas em lugares minúsculos, para onde foram lançadas pela pobreza e pela mera necessidade de sobreviver.

O romance de tese foi, enfim, uma vertente literária que, estudando as formas de influência do meio, da raça e do momento sobre os indivíduos, criou um espaço social e um momento histórico com características tais que pudessem levar o indivíduo a se conduzir e a se comportar do modo como o autor gostaria que ele se comportasse. É nessa interferência autoral que reside o problema que pode reduzir a importância desse tipo de obra no panteão das obras literárias consideradas de qualidade. A redução mencionada acima ocorre porque a obra literária, a partir dessa pressuposição, deixou de praticar a mimese do mundo de uma forma que a humanidade pudesse apresentar sua essência, seu conteúdo, os aspectos imanentes à evolução natural decorrentes das forças sociais que digladiavam em seu interior. O autor passou a interferir e no lugar da essência, no lugar do conteúdo, no lugar da tendência imanente passou a registrar a aparência. Dessa forma, a sociedade se tornou um laboratório para demonstrar teses acadêmicas, na literatura, que, por sua conceituação, não deveria servir a esse propósito.

Este foi um dos aspectos que eu estudei na minha tese de doutoramento (2001), publicada pela editora da UESC. Em meu estudo demonstrei que a forma como se dá a interferência do autor sobre a realidade, na obra literária, pode se constituir um meio para classificar obras como **reflexivas-imanentes**, **reflexivas-alienantes** ou **reflexivas-alienantes-apologéticas**. As primeiras são obras que praticam o reflexo estético da realidade, porque é sobre ela que o escritor tece — servindo-se da ironia, do humor e da sátira — o estudo, a análise e a crítica; são, enfim, obras realistas, pois na arte realista ocorre a edificação de uma nova realidade a partir da realidade objetiva. A vertente que denomino de obras **reflexivas-alienantes** (obras realistas-naturalistas) é composta de obras que, privilegiando o fato superficial em detrimento do fundo, enfatiza apenas uma de suas partes, perdendo a perspectiva do processo. Por último, nas obras que classifiquei como **reflexivas-alienantes-apologéticas**, o herói não é o trabalhador, o operário concreto, mas o próprio trabalho como valor eterno e universal em detrimento do homem que o realiza. Tivemos, então, a obra que reflete a realidade com suas contradições, a obra que, transcendendo a realidade e suas contradições, pressupõe o meio, a raça e o momento e, por fim, a obra cujo herói é, paradoxalmente, certa ideologia de partido. Nenhum outro estudioso abordou esse tema, por essa razão permanece como hipótese que foi elevada à condição de teoria ou lei.

O aspecto de novidade da realidade à época da emergência do realismo e do realismo-

naturalismo foram as contradições que afloraram em função da revolução industrial. Ao lado disso, vieram ao lume o Positivismo e seus estudos conexos. Essas contradições, assim como as máximas do Positivismo e do mecanicismo estão representadas na literatura do período. A ideologia de partido, geralmente o comunismo, apareceu em obras de Máximo Gorki (Rússia), Ferreira de Castro (Portugal), Jorge Amado (Brasil), dentre outros, coincidindo com a época em que o comunismo apareceu como novidade na cena ideológica. Enfim, diante disso, que perguntas poderiam ser suscitadas como formulações que serviriam de base para uma pesquisa? Várias perguntas poderiam ser feitas. Uma inquirição possível pode ser:

Como se efetiva o diálogo entre as vertentes literárias e as forças sociais e históricas presentes no momento de sua emergência?

As obras que transcenderam a tendência imanente da sociedade em direção às suas possibilidades de superação das contradições privilegiaram a escolha dos respectivos autores no sentido de interferir sobre a sociedade. Essas obras vieram ao lume com muita frequência no último quartel do século XIX, conforme já se disse acima. São obras de Raul Pompeia (*O Ateneu*), de Aluísio Azevedo (*O Cortiço*), de Adolfo Caminha (*O Bom Crioulo*), de Júlio Ribeiro (*A carne*) e Abel Botelho (*O barão de Lavos*). O tema predominante dessas obras foi a homossexualidade, acionada pelo viés do deboche e do grotesco. São naturalistas e situam-se nos limites de obras que denominei em minha tese de **reflexivas-alienantes**.

Diante de tais formulações, se um pesquisador tiver em mente a caracterização do naturalismo literário, qual poderia ser um problema de pesquisa que lhe possibilitaria abrir caminho para uma hipótese? A quantidade de problemas é quase infinita. Vejamos algumas sugestões:

O modo como o naturalismo abordou a homoafetividade indica que se trata de uma vertente literária que amplia, na consciência do leitor, o preconceito?

Na medida em que o naturalismo cria situações que forcem o personagem a condutas específicas, ele contribui para alienar o leitor?

O modo como o naturalismo refletiu na literatura a homoafetividade constituiu mera reprodução de um preconceito em voga no final século XIX?

Quando pensei nas perguntas acima, não esperava que todas elas pudessem figurar no mesmo Projeto. Afinal, um Projeto de Pesquisa deve responder a **apenas um problema**

de pesquisa. Neste caso, se tenho três perguntas às quais adiciono a pergunta mais acima (Como se efetiva o diálogo entre as vertentes literárias e as forças sociais e históricas presentes no momento de sua emergência?), penso em quatro projetos. Mas dado o alto grau de ingenuidade que as caracteriza não espero que elas possam ser aproveitadas por algum pesquisador. A pretensão aqui é servir de exemplo.

As perguntas devem ser formuladas de tal maneira que possam gerar um projeto; ou seja, elas precisam ser reescritas na forma de uma hipótese, que se constrói quando cuidadosamente respondidas.

Dito isso, recomendo aos meus leitores que recorram a outros instrumentos bibliográficos que possam enriquecer as proposições feitas neste livro. Um material de altíssimo quilate intelectual e de fácil apreensão para pesquisadores iniciantes e iniciados é o livro *A arte da pesquisa* (2019) de Wayne C. Booth, Gregory G. Colomb e Josepha M. Williams. À página 92, a obra apresenta três propostas que servem não somente para outras fases de um estudo, como também — e principalmente — para fontes de perguntas. Nesta parte da obra, os autores fazem referência a três tipos de fontes: primárias, secundárias e terciárias.

Explicam as fontes primárias como “elementos sobre os quais você está escrevendo diretamente, as ‘matérias-primas’ de sua pesquisa. Em áreas que estudam autores ou documentos, os textos sobre os quais você escreve são fontes primárias”. Para eles, as fontes secundárias são descritas como “livros e artigos através dos quais outros pesquisadores informam os resultados de pesquisas baseados em dados primários ou fontes. Você os cita ou menciona como um suporte para sua própria pesquisa”. Finalmente, sempre na mesma página mencionada acima, indicam as fontes terciárias como “livros baseados em fontes secundárias, nas pesquisas de outros. As fontes terciárias sintetizam e explicam a um público popular a pesquisa feita em uma certa área, ou simplesmente reafirmam o que outros disseram”. Estas citações são escolhas que privilegiam apenas as primeiras linhas de cada fonte. Espera-se que meus leitores recorram à obra mencionada para uma aquisição completa do raciocínio dos autores mencionados.

HIPÓTESES

A *hipótese* — na acepção de Acevedo e Nohara (2013, p. 65), “responde à indagação do problema. No entanto, a hipótese é uma suposição sobre como a realidade acontece. É uma suposição que pode não se mostrar verdadeira”. São formulações do pesquisador elaboradas para orientar sua caminhada investigativa, podendo, ao final de todo o processo, ser comprovadas ou refutadas. De acordo com Rampazzo (2011, p. 74), a hipótese “pode ser considerada uma ‘possível solução’ a ser sucessivamente demonstrada

por meio da pesquisa”. Essa constatação indica que as diversas fases de uma pesquisa são desencadeadas com o intuito de demonstrar a hipótese que, dessa forma, é uma tese provisória, ou — indo um pouco mais além — uma conclusão possível —. Isso porque ela é um **ponto de vista** que só se tornará tese se for comprovado. Hipótese é, enfim, a “suposição de uma causa ou de uma lei destinada a explicar provisoriamente um fenômeno, até que os fatos venham a contradizê-la ou afirmá-la” (RAMPAZZO, 2011, p.38). Sendo uma fase necessária num Projeto de Pesquisa, cabe ao pesquisador encontrar os meios para obtê-las; o enfrentamento da pergunta de pesquisa é, como já dito, um desses meios mais eficientes. Podem também ser obtidas a partir de resultados de outros estudos já tornados públicos.

Eis um exemplo para a consideração que fechou o parágrafo anterior: se certo estudo demonstrou que a obra de Guimarães Rosa é pós-modernista e chegou a essa conclusão em face de certas qualidades da linguagem, então outro estudo, desta vez sobre certa obra de Lispector, pode partir de hipótese similar, caso o estudioso encontre em Lispector as mesmas qualidades formais que a outra pesquisa descobriu em Guimarães Rosa. Pensando no âmbito da linguística, posso formular uma hipótese relacionada à possível legitimação da língua sertaneja por meio da obra de Guimarães Rosa; isto é, essa obra documenta a fala sertaneja e indica ao pesquisador como essa fala acontece no sertão. Pode-se pensar numa possível relação entre literatura e linguística e afirmar que a obra de Guimarães Rosa tem potencial para gerar condicionantes teóricas sobre a formação da língua em seu estágio embrionário.

Não quero dizer com isso que uma hipótese “não possa contradizer outras hipóteses anteriormente admitidas. Ao contrário, o progresso da ciência se faz, na maioria das vezes, pela substituição de teorias antigas por novas hipóteses, mais explicativas” (RAMPAZZO, 2011, p.38). Não é possível fechar este parágrafo sem chamar a atenção do leitor para a amplitude da formulação de Rampazzo acima. Afinal, ele dá alguma pista que remete ao progresso da ciência e apresenta a questão da substituição de hipóteses. Tal conclusão demonstra que os projetos, as pesquisas, portanto, estão na base do progresso da ciência, pois é no âmbito do projeto que as hipóteses encontram espaço para se realizar.

De acordo com Acevedo e Nohara (2013, p. 16), as “**hipóteses** são sentenças declarativas e afirmativas que expressam relações entre variáveis. As hipóteses também devem ser passíveis de ser testadas empiricamente”. Ainda segundo esses estudiosos, as “hipóteses são as proposições que serão testadas na investigação que o pesquisador está disposto a realizar. É importante ressaltar que as hipóteses são derivadas da teoria. Exemplos de hipótese: frustração na infância resulta em agressão na adolescência” (ACEVEDO e NOHARA, 2013, p. 16). Veja que aqui há como que o resultado de uma

pesquisa, haja vista que foi feita uma afirmação peremptória. Quando se diz, numa pesquisa embrionária, sediada no contexto da psicologia ou dos estudos sociais, que a agressão na adolescência é o resultado de frustração na infância, o pesquisador entra num ambiente escorregadio. Pode ser confrontado por outros estudiosos ou profissionais dessas áreas a fim de indicar como chegou a essa conclusão. É evidente que pode responder que é uma conclusão tão embrionária quanto a pesquisa e, portanto, ainda depende de estudos futuros; esses estudos devem ter o potencial para provar que, de fato, a conclusão mencionada é verdadeira, mas deve também levar o estudioso a outro espaço em que vai indicar a inapetência de sua hipótese. Portanto, uma hipótese deve ser perseguida apenas até certo ponto. Cabe ao pesquisador encontrar os meios para chegar a conclusão contrária à que inscreveu na hipótese. Esse outro ponto de chegada precisa ser o resultado definitivo do estudo; ou seja, deve se constituir na teoria ou na lei, conforme já foi explicitado acima.

Hipótese e condição são dois elementos muito próximos numa pesquisa. Sempre que houver uma hipótese deve haver condições para sua existência. As condições são os recursos da hipótese. Ambas são “estritamente afins, confundindo-se por vezes quando não identificando-se, uma e outra apresentam — respectivamente — a circunstância de que depende, ou supostamente dependeria, a realização do fato contido no enunciado básico” (LIMA, 1980, p. 80). Além dessa relação, ambas se associam à tese ou ponto de vista norteador da pesquisa.

Ao prender-se a uma tese e levantar uma hipótese, o autor terá condições de atingir o problema em profundidade, pois a hipótese “é o ponto de chegada de todo o primeiro movimento de um itinerário de pesquisa. Torna-se, em seguida, o ponto de partida do segundo movimento, indicando a direção a seguir para que se possa resolver o problema de partida, verificar sua solução antecipada”, conforme expõem Laville e Dionne (1999, p. 124). O primeiro movimento consiste na elaboração do projeto. O segundo diz respeito a sua execução. É nesse momento; isto é, no segundo movimento que a pesquisa começa a apresentar os primeiros resultados.

Se um autor defender a tese de que a violência na escola é decorrente da falta de diálogo no lar, espera-se que levante a hipótese de que com o incremento do diálogo em família, a violência seja erradicada. Tal hipótese depende de demonstração. É necessário que se indique as condições para que ela ocorra, traçando o perfil de um lar onde se deu a ruptura do diálogo e o perfil do aluno *produzido* nesse lar, estabelecendo uma descrição de sua atuação na escola, de modo a relacionar sua conduta fora de casa ao tipo de interação humana que sua família oferece. Temos aqui, como já se disse algures, a relação entre duas variáveis. Uma é a violência na escola. A outra consiste na falta de diálogo no lar.

Da hipótese à tese ocorre uma evolução. Dir-se-ia que a pesquisa consiste na

transposição de obstáculos, ou fases, ou etapas que, partindo de uma hipótese volta a ela — à hipótese — a fim de transformá-la em tese. Galileu, em citação de Rampazzo (2011, p. 33),

sustenta que a pesquisa científica acontece por dois momentos: um **analítico** e outro **sintético**. O momento analítico consiste na **observação** do fenômeno, em sua complexidade, analisando-o em suas partes e em seus elementos constitutivos. Durante a análise, o cientista é levado a propor **hipóteses** que tentem explicar os elementos que constituem o fenômeno. Aí começa o momento sintético que manda “reproduzir o fenômeno”, por meio da **experimentação**: e, se a hipótese for assim confirmada, vai se transformar em **lei**.

Como a proposição de Galileu indica que ao se comprovar uma hipótese ela se transforma em **lei**, então para ele **hipótese** e **teoria** são termos equivalentes. Entretanto, para efeito desta obra, fixaremos a afirmação de que uma hipótese só se torna teoria quando for definitivamente comprovada, sendo que a comprovação definitiva só se dá quando for abordada por distintos pesquisadores. Para ilustrar a questão do levantamento da hipótese repito, a seguir, um parágrafo de um texto preparado por mim e que é objeto de análise em outra parte deste livro.

Brasília, uma cidade magnífica construída no final dos anos 50, visando à integração nacional, é a nova sede da República. Preocupado com a dimensão continental do território brasileiro, cujas regiões, pela sua dispersão tanto em longitude quanto em latitude, ficavam a uma distância considerável da antiga capital, cidade do Rio de Janeiro, o governo decidiu centralizar o poder numa área equidistante em relação a todos os pontos do Brasil. Essa foi uma das razões que motivaram a construção de Brasília. Além disso, deve-se acrescentar o fato de que muitas áreas do país permaneciam inexploradas e, dessa forma, desconhecidas, o que levava, necessariamente, a um problema de integração territorial. Aliando o elemento prático exposto à beleza, os construtores da nova cidade tiveram particular interesse em privilegiar as novas soluções arquitetônicas, produzindo a par do seu aspecto utilitário uma obra de arte no cerrado.

O parágrafo acima apresenta um **ponto de vista**, aponta a **hipótese** levantada e indica as condições para sua existência. No parágrafo, o ponto de vista traduz-se pela afirmação de que *Brasília é uma cidade magnífica construída com vistas à integração nacional*. Deriva daí a hipótese de que o atingimento desse objetivo deu origem à construção da cidade.

Espera-se que o estudante seja capaz não só de identificar a **tese**, a **hipótese** e as **condições**, como também de elaborar seu texto de tal maneira que o leitor possa identificá-las. Imaginemos que ele seja convidado a escolher um dos temas a seguir, para criar um projeto de pesquisa.

1. O uso de drogas é um problema social que vem se agravando nos últimos dias.

2. O movimento dos Sem-terra vem politizando a questão da seca no Nordeste brasileiro.
3. Com a adesão do país ao instituto da reeleição, corremos o risco de assistir ao uso indevido de recursos públicos durante as eleições.
4. A clonagem de seres vivos é, antes de tudo, um problema ético.

Em todos os temas expostos há uma tese, porque há um ponto de vista subjacente, pois são afirmações categóricas sobre aspectos da realidade. A presença da tese no tema dá certa tranquilidade ao estudioso, a menos que queira contestá-la, defendendo ponto de vista contrário.

Os temas acima podem ser também o primeiro período de um parágrafo e, por consequência, do texto. Independentemente de ser tema ou primeiro período, cabe ao redator levantar a hipótese que orientará as condições, isto é, o desenvolvimento do texto. Vejamos as possíveis hipóteses pela ordem:

1. Há uma série de fatores que vêm levando ao agravamento do uso de drogas.
2. A politização da seca do Nordeste é decorrente de uma nova tomada de consciência nacional acerca do problema.
3. Só assistiremos ao uso de recursos públicos, por políticos, durante as eleições, se a sociedade e a justiça eleitoral não tomarem partido.
4. A dimensão ética da clonagem de animais submete-se às perspectivas do progresso científico.

Percebemos que a última hipótese é também uma tese que contestará a tese contida no tema. Isso pode ser feito e é até saudável, desde que o pesquisador possa argumentar, defender seu ponto de vista. Levantadas as hipóteses, chegou o momento de inventariar as condições em que serão comprovadas ou verificadas. Rampazzo (2011, p. 39) é de opinião que a

experimentação consiste no conjunto de processos utilizados para verificar as hipóteses. Obedece a uma ideia diretriz. A ideia geral que governa os processos de experimentação é a seguinte: consistindo a hipótese, essencialmente, em estabelecer uma relação de causa e efeito, ou de antecedente e consequente, entre dois fenômenos, trata-se de descobrir se realmente B (suposto efeito, ou consequente) varia cada vez que se faz variar A (suposta causa, ou antecedente), e se varia nas mesmas proporções.

A aplicação dos conceitos de **variável e constante** pode dar mais alento à pesquisa, haja vista que a conclusão é preparada pela relação entre as variáveis que controlam ou que modificam e as variáveis que são controladas ou modificadas. A constante distribui-se entre todas as fases que apontam para os resultados, como a pergunta de pesquisa, o objetivo geral, a hipótese e os resultados esperados. Na medida em que vamos acrescentando

novas variáveis, ou novas informações, a hipótese vai se modificando, seja no sentido de sua confirmação, seja no sentido de sua refutação. A partir deste ponto, a hipótese passa a se comportar como uma variável modificada ou controlada e as novas informações são as variáveis que modificam.

Resumindo, dir-se-ia que a hipótese, ou variável modificada é uma constante que se deixa contaminar pelas variáveis que a modificam. Assim, sucessivamente, durante o progresso da pesquisa, a progressão temática se dá pela inclusão de novas variáveis até que o pesquisador atinja aquele ponto em que a hipótese seja confirmada (transformada em teoria) ou refutada, que ocorre quando o pesquisador encontra outros resultados que, então, se tornam outra teoria ou outra lei. Uma pesquisa não chega a algum resultado se o projeto não for montado de modo coerente, se não houver diálogo entre suas fases.

Para um melhor e mais eficiente aproveitamento dos conceitos de variável, vamos empregar conclusões que dizem respeito à variável independente e à variável dependente. A variável independente é o sujeito do estudo e tem inúmeras funcionalidades. Primeiramente deve ser vista como o elemento causador do fenômeno, como aquele aspecto que forma a argamassa capaz de dar sustentação teórica ao fenômeno. Fora isso e outros aspectos que não podem ser negligenciados, a variável independente fornece as condições necessárias para o fenômeno. Ela funciona, portanto, como um termo fundamental de uma correlação: é como um dos membros de uma equação.

A noção de sujeito e predicado participa também dessas considerações. Se a variável independente for o sujeito do estudo, a variável dependente é o predicado e “funciona como a) determinação ou atributo do sujeito; b) definidor; c) consequência, “efeito”; d) produto; e) elemento correlato”. Essas formulações estão melhor explicadas por Salomon (2010, p. 98) que, na mesma página, as esclarece exemplificando com algumas formulações como a seguinte: “Se uma comunidade é supersticiosa, então obstará seu próprio desenvolvimento econômico”. Para ele, a formulação acima apresenta duas variáveis, a saber: a) superstição religiosa de uma comunidade = sujeito (variável independente); b) obsta seu desenvolvimento econômico = predicado (variável dependente). Na sequência, ele assevera com outro exemplo, a saber; isto é, na medida em que “a comunidade participa nas decisões das mudanças sociais e somente se a comunidade participa nessas decisões poderá realizar-se uma mudança social” (SALOMON, 2010, p. 98). Desenvolve esse exemplo, com a seguinte equação: “participação da comunidade nas decisões = *sujeito (variável independente; necessária mas não suficiente)*; produção nas mudanças sociais = *predicado (variável dependente)*” (SALOMON, 2010, p. 99). Portanto, o sujeito é a variável independente em qualquer formulação discursiva que aparece num projeto de pesquisa com elevado grau de certeza. Quando, ainda no Ensino Fundamental

estudamos a relação entre sujeito e predicado, aprendemos que o primeiro deles (o sujeito) é o termo sobre o qual se diz alguma coisa. Ele é, portanto, uma constante, pois permanece sempre o mesmo. O predicado é o que se diz do sujeito. Ora, o que se diz a respeito da algo pode sofrer mudança dependendo de inúmeros fatores: ponto de vista do estudioso, inserção do sujeito numa realidade histórica e assim por diante. Nesse sentido ele é a variável. Esses conceitos, quando convenientemente aplicados à montagem de um projeto de pesquisa dão ao estudioso mais condições de chegar a resultados maduros. É, por exemplo, a realidade encontrada na seguinte postulação: pessoas ajuntadas na praça, ou um celebrante durante um culto. As pessoas ajuntadas podem ser a causa da proliferação de certo vírus ou bactéria. A mesma proliferação pode ser a consequência de indivíduos durante a celebração de um culto. Nestes casos, o processo de contaminação será sempre a variável dependente.

Voltando às questões postas em movimento pelas conclusões de Rampazzo, entendemos que o método proposto por ele seria melhor aplicável às ciências empíricas, mas pode ser aplicado também às ciências humanas, empregando a seguinte formulação. Imaginemos que um pesquisador levante a hipótese — partindo do conceito de mimese — de que a história se faz mito na ficção; isto é, na medida em que a poesia é imitação, então, os fatos que estabelecem marcos na vida das comunidades imigram para a literatura. Esse suposto pesquisador pode empregar a experimentação para verificar essa hipótese, fazendo um inventário dos elementos sociais mais prementes do século XIX e buscando sinais desses elementos nas obras literárias do período. Caso sua busca se confirme, deve ir a outros séculos ou eras histórias e fazer a mesma operação, se em todos eles ou em sua maioria a busca se confirmar, a hipótese transformar-se-á em teoria ou em **tese**.

Concluída a hipótese, como mais uma fase na montagem de um projeto de pesquisa, inicia-se o segundo movimento da ação, que consiste na revisão da literatura orientada pela pergunta de pesquisa. Como disse antes, o segundo movimento já se inicia quando o projeto está concluído, falta apenas as partes adicionais, como a revisão de literatura ou a fundamentação teórica, como se diz atualmente.

A revisão consiste — nas palavras de Laville e Dionne (1999, p. 126) em “encontrar e consultar trabalhos capazes de [iluminar a pergunta] no que concerne ao saber disponível, conceitos e teorias, métodos de pesquisa...”. Quiçá, esse seja outro momento privilegiado para se lembrar das fontes primárias, secundárias e terciárias, como propostas por Booth; Colomb e Williams (2019) já tratadas neste livro.

Para uma boa fundamentação teórica, o pesquisador não deve se ater ao tema, nem ao título, mas somente à pergunta de pesquisa, porque é essa que abre os caminhos a serem trilhados. Os caminhos estão aí, mas com inúmeros obstáculos que só são limpad

ou retirados do caminho pela pergunta. Salomon (2010, p. 222) opina que *a referência bibliográfica* — denominada acima de fundamentação teórica — “de um projeto há de ser apenas a essencial. A própria pesquisa encarregar-se-á do levantamento mais completo e atualizado”. Da definição do título, passando pela percepção inicial do problema de pesquisa até o enunciado da hipótese, o pesquisador percorreu a primeira parte da sua tarefa.

Laville e Dionne (1999, p. 129) reforçam que o primeiro tempo do procedimento se encerra com a escolha da hipótese que, por sua vez, se apresenta “como uma resposta plausível, até mesmo provável, para a questão colocada. Essa resposta plausível deve agora ser submetida a uma verificação a fim de saber se resiste à prova dos fatos. É a razão de ser da etapa que se abre e que deve levar o pesquisador da hipótese à conclusão”. Sem abandonar o problema — que deve permanecer norteando sua ação até o fim —, cabe ao pesquisador, após a elaboração da hipótese, “decidir como procederá à sua verificação: deve determinar as informações que serão necessárias, as fontes às quais recorrer e a maneira de recolhê-las e analisá-las para tirar conclusões. Essas decisões não são deixadas só à fertilidade de sua imaginação. A hipótese lhe ditará em grande parte a conduta nessas matérias” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 131). Não que a imaginação seja um aspecto a se evitar sempre. Não se pode ignorar sua importância e vitalidade na elaboração do texto poético ou literário em geral, como nas ficções, mas quando se trata de uma pesquisa, tudo que foge à experiência deve ser abandonado.

ALGUMAS HIPÓTESES POSSÍVEIS PARA PERGUNTAS JÁ FORMULADAS EM NESTA OBRA

Consideremos as perguntas formuladas como problema de pesquisa no item 5.1 (acima) desequilibradas em favor da literatura, acrescentadas de questões na área da linguística, ou como se diz com frequência, na área de língua. Ao se formular as perguntas, o pesquisador está pronto para preparar as hipóteses. Vejamos que hipóteses podemos levantar em face das perguntas apresentadas na parte esquerda do quadro a seguir.

Perguntas	Hipóteses
Como se efetiva o diálogo entre as vertentes literárias e as forças sociais e históricas presentes no momento de sua emergência?	As vertentes literárias confirmam, na ficção, as forças sociais e os eventos históricos predominantes à época em que elas emergem.
O modo como o naturalismo abordou a homoafetividade indica que se trata de uma vertente literária a serviço do preconceito?	O naturalismo literário é uma vertente do Realismo que contribuiu, no âmbito da literatura, para aumentar o nível de homofobia frequente no século XIX.
Na medida em que o naturalismo cria situações que forcem o personagem a condutas específicas, ele contribui para alienar o leitor?	Na medida em que o naturalismo cria forças sociais (meio), históricas (momento) e antropológicas (raça) de modo a determinar o personagem e a produzir qualitativamente certo tipo de homem, contribui para alienar o leitor, turvando sua visão para os aspectos essenciais da realidade.
O modo como o naturalismo refletiu na literatura a homoafetividade constitui uma mera reprodução de um preconceito em voga no final século XIX?	A homofobia presente em certas obras literárias do final do século XIX não é um aspecto inerente ao realismo-socialismo, mas tão somente um reflexo de uma qualidade do meio social da época em questão.
A linguagem empregada na construção da obra <i>O cortiço</i> pode traduzir o comportamento linguístico da população que vivia nos cortiços do Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX?	Sabe-se que a língua do povo foi empregada por inúmeros autores de obras literárias em várias fases da história da cultura.
Há alguma relação ente língua e fala?	A fala é uma atualização da língua em sua manifestação prática no dia a dia das comunidades e, portanto, sua relação com a língua precisa ser repensada.
Pode-se admitir que a língua do sertão é um elemento identificar de uma comunidade e dessa forma deve e pode ser inibida para não ferir os conceitos de norma culta da língua?	Não há pontos de contato nítidos entre a fala do sertanejo e a fala cosmopolita. Os falantes das duas áreas têm seus próprios códigos linguísticos definidos por fatores históricos, influências e trocas culturais, por isso, torna-se fator de identificação comunitária e, assim, deve ser respeitada.

JUSTIFICATIVA

A justificativa de uma pesquisa deve se basear em sua relevância social e científica. Nela o pesquisador se esforça para convencer aos outros sobre a importância de seu estudo; por isso, a justificativa precisa ser formulada, de modo a dar conta de sua urgência, valor e necessidade.

Salomon (2010, p. 223) simplifica a questão da justificativa quando diz que, em *justificação*, “entra a defesa do projeto, cujo referencial há de ser a relevância do problema: a teórica; a humana; a operacional; a contemporânea”. A justificativa se torna item de importância capital, quando se trata de pesquisa de entes já exaustivamente pesquisados como Machado de Assis, Rachel de Queiroz e Clarice Lispector, por exemplo, ou questões de natureza linguística como análise do discurso, teorias de Michel Foucault, aspectos de sociolinguística. Quando se trata de elementos dessa natureza, a justificativa se torna

complexa e difícil, pois são escritores e temas que a comunidade acadêmica já conhece por meio de outras pesquisas (dezenas ou até mesmo centenas delas). É mais fácil justificar uma pesquisa sobre autores, obras e temas pouco estudados, pois a comunidade acadêmica está ávida por conhecê-los. O fato de indicar que se trata de pesquisa inédita ou quase inédita já se constitui ótima justificativa. De qualquer forma, o pesquisador deve demonstrar que seu trabalho é relevante. A esse respeito, pode ser de grande ajuda a citação dos nomes

dos órgãos interessados e/ou financiadores do projeto. Na ausência desses órgãos, deverá determinar os possíveis beneficiários do estudo, explicando claramente as razões da presunção dos benefícios citados. Enfim, esta seção [justificativa] destina-se a provar que a tese não é um estudo sem finalidades práticas ou teóricas nem uma pesquisa trivial (LEITE, 1978, p. 12).

Ao se justificar uma pesquisa, o estudioso precisa cuidar para evitar ambiguidade e contradições. A justificativa deve ser isenta e honesta. Numa pesquisa sobre a obra de José de Alencar pode caber o argumento de que a obra do autor em questão teve grande importância no século XIX e que foi um marco no esforço de construção da nossa nacionalidade e na história de nossa literatura. Mas se a justificativa fosse de que a importância da pesquisa é em razão dos poucos estudos sobre José de Alencar, não daria certo, pois se trata de autor exaustivamente estudado. Sugiro aos alunos que leiam o seguinte trecho da justificativa de um projeto.

PEQUENO MODELO DE JUSTIFICATIVA DE PROJETO

Landim (2003, p. 186) enfatiza que, “mesclando ficção e acontecimentos reais o romance histórico tem-se apresentando um campo fértil para uma reflexão sobre a História”. Esta abordagem de Landim ao mesmo tempo em que indica a importância desse tipo de romance aponta, implicitamente, para a urgência de estudos que esclareçam o problema da inserção da História na ficção. Tendo esse propósito, esta pesquisa, no contexto dos estudos literários, vem enriquecer as abordagens acerca das produções latino-americanas contemporâneas em sua relação com a História, acrescentando novos dados e trazendo ao lume novas questões, de modo a criar mais fontes de pesquisa e direcionamento de ideias.

Vê-se que a justificativa acionou inclusive uma autoridade no assunto para dar mais força à argumentação de que a pesquisa tem importância para o universo acadêmico.

FIXAÇÃO DOS OBJETIVOS

Reservam-se para os “*objetivos*”, os fins teóricos e práticos que se propõe alcançar com a pesquisa, e para *justificação*, as razões, sobretudo teóricas, que legitimam o

projeto como trabalho científico (SALOMON, 2010, p. 223). Para a fixação dos objetivos, o pesquisador recorre, sobretudo, à formulação da situação problema. Por exemplo, se entre os problemas levantados aparecer algo como a dificuldade para se entender a persistência com que o Simbolismo atravessou todo o século XX, convivendo com a crítica social expressa no romance de 30, com o intimismo pós-modernista de Lispector e Guimarães Rosa e com o concretismo; ou seja, se o problema disser respeito à persistência do Simbolismo em meio a tendências e a vertentes tão dispares, então um dos objetivos pode ser expresso numa formulação como a seguinte: “identificar as causas que impediram o esgotamento do Simbolismo ao longo do século XX”.

Os objetivos devem ser expressos de maneira clara. Os verbos com que o pesquisador começa cada objetivo devem ser operacionais, de modo a permitir uma abordagem precisa. Verbos com sentido abstrato só são aceitos na abertura do objetivo geral; já os objetivos específicos devem ser encabeçados com verbos da mesma seara de formulações como *identificar*, *listar*, *escrever*, *enumerar*, *relatar*. Transfere-se para cá o mesmo raciocínio que se emprega para a seleção de verbos utilizados em planos de ensino. Estes fazem parte da didática, mas servem para direcionar a decisão quando o problema disser respeito à escolha de verbos para projetos de pesquisa na fase da elaboração dos objetivos. É fácil perceber se um verbo classificar-se como operacional. Basta reestruturar o objetivo transformando-o numa de questão de prova, isto é, reelaborá-lo na forma de pergunta. Se essa pergunta suscitar uma resposta precisa e direta, então o objetivo foi formulado da maneira adequada. Essas formulações decorrem do fato de os objetivos específicos serem “mais precisos e detalhados que, mantendo a coerência com os objetivos gerais, serão perseguidos através de atividades bem definidas” (SPECTOR, 2001, p. 29). Trata-se, enfim, de buscar objetivos que não deem margem à ambiguidade, ou cujo sentido não se pulverize para âmbitos muito dispersos ao ponto de não adentrarem a concretude da discussão.

Os objetivos iluminam os resultados que se pretendem alcançar com a execução do Projeto, orientam quanto à seleção dos recursos necessários, apontam para os aspectos metodológicos que deverão ser desenvolvidos para se atingir os resultados, colaboram na fixação dos resultados esperados.

Faço, abaixo, uma lista de possíveis objetivos para demonstrar o que são objetivos operacionais (aqueles que não admitem inúmeras interpretações) e objetivos com sentido dúbio e que, por isso, devem ser evitados. O que diferencia uns objetivos de outros são os verbos com que são iniciados. A seguir todos os objetivos são adequados, pois podem ser transformados em perguntas, cujas respostas são precisas. Não são daquele tipo de respostas relacionadas à opinião do aluno. Vejamos os objetivos e, a seguir, os modelos

de perguntas:

- **Comparar** a identidade ideológica entre as distintas nações da América Latina.
- **Apontar** as características da cultura latino-americana, enfatizando a miscigenação étnica e cultural.
- **Listar** os eventos da história da América Latina contemporânea que se tornaram mito no romance latino-americano recente.
- **Comparar** as obras *Essa terra* (1976), de Antônio Tôrres; *La consagración de la primavera* (1978), de Alejo Carpentier e *Libro de Manuel* (1973), de Júlio Cortázar, de modo a que se evidenciem suas influências, formas de apresentação e relação.

Agora traduzamos os objetivos em perguntas:

- **Compare** a identidade ideológica entre as distintas nações da América Latina.
- **Aponte** as características da cultura latino-americana, enfatizando a miscigenação étnica e cultural.
- **Liste** os eventos da história da América Latina contemporânea que se tornaram mito no romance latino-americano recente.
- **Compare** as obras *Essa terra* (1976), de Antônio Tôrres; *La consagración de la primavera* (1978), de Alejo Carpentier e *Libro de Manuel* (1973), de Júlio Cortázar, de modo a que se evidenciem suas influências, formas de apresentação e relação.

Vejamos, agora, os mesmos objetivos com verbos ambíguos:

- **Entender** a identidade ideológica entre as distintas nações da América Latina.
- **Conhecer** as características da cultura latino-americana, enfatizando a miscigenação étnica e cultural.
- **Verificar** os eventos da história da América Latina contemporânea que se tornaram mito no romance latino-americano recente.
- **Apreciar** as obras: *Essa terra* (1976), de Antônio Tôrres; *La consagración de la primavera* (1978), de Alejo Carpentier e *Libro de Manuel* (1973), de Júlio Cortázar, de modo a que se evidenciem suas influências, formas de apresentação e relação.

A menos que se mude completamente o teor dos objetivos acima, não é possível traduzi-los em perguntas, afinal, que respostas poderiam surgir de perguntas como essas?

- **Entenda** a identidade ideológica entre as distintas nações da América Latina.

- **Conheça** as características da cultura latino-americana, enfatizando a miscigenação étnica e cultural.
- **Verifique** os eventos da história da América Latina contemporânea que se tornaram mito no romance latino-americano recente.
- **Aprecie** as obras: *Essa terra* (1976), de Antônio Tôrres; *La consagración de la primavera* (1978), de Alejo Carpentier e *Libro de Manuel* (1973), de Júlio Cortázar, de modo a que se evidenciem suas influências, formas de apresentação e relação.

A partir das considerações acima, ficou muito fácil fixar objetivos. A fórmula é simples, basta transformá-los em perguntas, partindo do verbo que os encabeça. Caso a pergunta induza respostas precisas, significa que o objetivos está adequado e tem possibilidade de cumprir o que se espera dele que é servir de norte para um ponto de chegada.

REVISÃO DE LITERATURA

A **revisão de literatura** é uma etapa importantíssima num Projeto de Pesquisa. Nessa parte discutimos as conclusões de outros pesquisadores que estudaram o mesmo tema. Nossa opinião também faz parte dessa discussão. Não podemos ater ao pensamento alheio e alijar o que entendemos acerca do problema enfocado. A **revisão de literatura** comprova que temos consciência dos diversos estudos até então realizados acerca do tema de nossa pesquisa. Além disso, durante a revisão podemos dar nossos primeiros passos na confirmação ou na refutação das hipóteses.

Além dos outros aspectos mencionados, ao fazermos a revisão, indicamos nosso respeito por outros pesquisadores que assim como nós abordaram a mesma questão, ou questão similar. Segundo Laville e Dionne (1999, p.112), elaborar “a revisão da leitura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa”. Para esses estudiosos, na revisão, o pesquisador “tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 112). Dentre os elementos que o pesquisador não pode perder de vista em sua ação destacam-se o fato de que a revisão deve ser feita tendo sempre em mente a pergunta que se constitui o problema de pesquisa, pois — completam Laville e Dionne (1999, p. 113) — a revisão da literatura constitui-se numa caminhada intelectual que se relaciona “intimamente com a pergunta à qual se quer responder, sem esquecer de que todos os trabalhos não despertam igual interesse, nem são igualmente bons, nem

tampouco contribuem da mesma forma”. É, pois, necessário que se faça uma garimpagem, buscando sempre encontrar as pedras mais preciosas do mercado das ideias.

O pesquisador não pode, portanto, fazer a revisão como um catador de material reciclável que sai com seu carrinho ajuntando papel, plástico, latinhas, o que encontrar pela frente. O catador é motivado por tudo que possa ser reciclado, já o pesquisador é guiado pela pergunta de pesquisa. É essa pergunta que lhe dará a condição de selecionar o que, de fato, servirá ao seu propósito.

Spector (2001, p. 28) nega qualquer “sentido iniciar um [estudo] sem estabelecer de antemão aquilo que já se sabe e quais as principais questões em aberto a respeito do tema do estudo. A revisão de literatura cumpre esse papel”. Na revisão, o pesquisador precisa “descrever todos os trabalhos relevantes que já foram realizados sobre o tema da tese [ou da dissertação], destacando sua autoria e seus resultados” (SPECTOR, 2001, p. 28), tendo sempre em mente que ele não está catando material reciclável.

Mesmo que isso já tenha sido abordado há pouco nesta obra, repito — devido sua importância — que a **revisão da bibliografia** tem relevante importância para o desenvolvimento de qualquer pesquisa científica, mas não pode ser feita aleatoriamente. É necessário que se comece pela “**triagem** em todo o material recolhido durante a elaboração da bibliografia: nem tudo será necessariamente lido, pois nem tudo interessará devidamente ao tema a ser estudado” (RAMPAZZO, 2011, p. 79 e 80). Para essa triagem, o estudioso deve empregar as resenhas e os resumos dos materiais de que dispõe. Essas duas modalidades textuais possibilitam que se faça uma avaliação do material disponível, a fim de se verificar sua utilidade, evitando-se perda de tempo com a leitura de textos longos que, ao final, nada representam ao esforço da pesquisa. Quando não se dispõe de resenhas ou resumos, nem da opinião de professores universitários, pesquisadores ou do orientador, “o melhor caminho é tomar contato direto com a obra, lendo seu índice, o prefácio, a introdução, as ‘orelhas’, assim como algumas passagens do seu texto, até o momento em que se possa ter dele uma opinião bem formada” (RAMPAZZO, 2011, p. 79 e 80). Para se realizar a revisão de literatura é fundamental priorizar os periódicos especializados, sobretudo, aqueles lançados há, no máximo, três anos. Em segundo plano de priorização aparecem os livros organizados, isto é, as coletâneas em que cada capítulo seja produzido por autor distinto. Também neste caso, as obras de publicação recente devem ser colocadas em ponto de preferência sobre as mais antigas. Só então parte-se para as obras de autoria única, sempre cuidando para, de acordo com Rampazzo (2011, p. 80) começar “pelos textos mais recentes e mais gerais, indo para os mais antigos e mais particulares. As obras recentes geralmente retomam as contribuições significativas do passado, dispensando, assim, uma volta a textos superados. Contudo, as obras clássicas

continuam mantendo seu valor de atualidade”. Para essas, o tempo em que estão no mercado das ideias não é fator que se pode ou deve questionar. Como exemplo, não creio que um pesquisador atento vai passar ao largo da *Poética*, de Aristóteles, justificando que se trata de trabalho antigo.

Quando for completada a seleção, inicia-se a leitura propriamente dita para o preenchimento das fichas que serão utilizadas na composição da **revisão bibliográfica**. A essa etapa Rampazzo (2011, p. 80) denomina de “**documentação**: trata-se de tomar nota de todos os elementos que serão utilizados na elaboração do trabalho científico”. A leitura é uma fase primordial no processo de pesquisa. Há diferentes níveis de leitura, podemos ler superficialmente se o propósito for apenas assimilar o conteúdo de uma história ou algum fato que, em nossa opinião, tenha importância. Salomon (2010, p. 91) entende que a leitura é um processo que só tem sentido para a pesquisa se for feita em busca “da ideia principal e dos detalhes importantes”. Esse nível de apreensão do texto lido subjaz ao resumo, pois não poderíamos acionar os mecanismos intelectuais necessários a um bom resumo “sem antes termos compreendido o que lemos” (SALOMON, 2010, p. 93). De fato — assevera Salomon (2010, p. 94), um aluno “que não resolve o problema da compreensão, antes de tentar resumir o texto, provavelmente cometerá o [...] erro [de] transcrever tudo, porque não entendeu ou, então, pular todo o trecho que não compreendeu”. Uma obra precisa, no entanto, ser significativa ao estudante, é necessário que ele seja capaz de entender o conteúdo e assimilar as ideias apresentadas, para tanto, as leituras anteriores participam do entendimento de leituras futuras, numa espécie de continuidade sem fraturas cognitivas. Um texto pode ser incoerente se o leitor não puder assimilar seu conteúdo, essa incoerência, portanto, vincula-se não a aspectos intrínsecos do texto e sim às qualidades intelectuais do leitor.

Atentemos para as normas das citações. Repito aqui a advertência anteriormente feita para que se faça a revisão bibliográfica a partir das orientações sobre citação em documento inscritas na ABNT (NBR 10.520). Oriente os leitores a fazerem uma leitura cuidadosa das partes desta obra em que dou orientações sobre como fazer uma **dissertação** e na parte em que oriento quanto ao **fichamento**, pois o fichamento é a fase anterior à revisão de literatura, esta se constitui no emprego das conclusões de outros pesquisadores devidamente registradas em fichas.

Recomendo, ainda, que façam a leitura desse outro modelo de revisão de literatura. Vejam como se dá a inserção do texto alheio no meu próprio texto, verifiquem as aspas, as chamadas (que são aquelas partes em que se faz a referência das citações no texto). No modelo abaixo, a expressão “Jozef (1986, p. 7)” é uma chamada e a parte entre aspas é a citação. Vejam os dois modos como a chamada foi feita. Numa parte ela se dá com o nome

do autor fora dos parênteses e em letra minúscula, em outra, o nome do autor aparece todo em maiúscula junto com o ano e a página dentro dos parênteses. Isto é, quando a chamada anteceder a citação, o nome do autor deve vir fora dos parênteses em letra minúscula, respeitando-se, evidentemente, a inicial maiúscula de nomes próprios. Quando a citação anteceder a chamada, esta deve figurar toda dentro dos parênteses, tendo o nome do autor todo em maiúscula. Vejamos como isso ocorre no modelo a seguir.

Pequeno modelo de Revisão de Literatura

Jozef (1986, p. 7) afirma que “a arte de nosso tempo é a rebelião do homem contra um universo cada vez mais abstrato, um mundo que massificou e desumanizou o homem”. Para ele, “o romance atual, em sua intrínseca especificidade literária, tende à integração [...] do homem com o meio e o espírito do tempo histórico que lhe toca viver” (JOZEF, 1986, p. 63). Essa interação entre o romance e o contexto proporcionou à literatura um caráter documental, como Bosi exemplifica ao dizer que, se um historiador quiser “comprovar que realmente no século XVII havia tais e tais tendências no campo da afetividade, ele vai à Literatura e tira dela os testemunhos que lhe interessam” (BOSI, 2001, p. 139). Particularizo a conclusão de Bosi para um contexto mais restrito. Para isso, cito Jozef (1986, p. 7), quando assevera que nenhum estudo sobre a América Latina “pode prescindir do romance, produto mais autêntico de nossa hora e circunstância”, enfatizando que “a relação entre Literatura e História na América Hispânica sempre foi específica, e uma tornou-se complemento necessário da outra. Submersos na História — mesmo transformada em lenda —, os escritores recuperaram a vida em sua profunda realidade” (JOZEF, 1986, p. 28). Reportando-se à literatura mexicana faz uma observação que se pode estender para outros contextos latino-americanos, ao dizer que “o romance mexicano, desde [o começo], tem sido instrumento de captação da realidade, trabalhando com a experiência imediata” (JOZEF, 1986, p. 76). Isto é, “la literatura aparte de ser una creación estética es también un testimonio de tipo histórico y social” (VARGAS LLOSA, 1989, p. 65). Vargas Llosa, portanto, entende que a relação entre literatura e história é de tal modo íntima que aquela pode servir como documento para a historiografia.

Quando o pesquisador concluir a revisão de literatura, o mais importante em sua pesquisa já foi realizado. Uma pesquisa deve avançar em três movimentos sucessivos, podendo chegar a quatro movimentos, pois, na minha opinião, para que o trabalho tenha uma dinamicidade cognoscitiva mais coerente, devemos adicionar um quarto movimento, a saber:

Primeiro movimento

Começa quando o problema surge no pensamento do estudioso, incomodando-o ao ponto de levá-lo (o problema) a se tornar tema de pesquisa. Inclui: levantamento e delimitação do tema, elaboração da pergunta de pesquisa.

Segundo movimento

Inicia quando a pergunta de pesquisa for feita e termina na elaboração da hipótese.

Terceiro movimento

Vai da elaboração da hipótese até a revisão da literatura. A parte medial deste movimento é o fichamento.

Quarto movimento

Começa quando termina a revisão de literatura e vai até a conclusão.

FICHAMENTO

Toda pesquisa acadêmica não começa de um ponto zero. As pesquisas, na verdade, dão continuidade a outros estudos anteriormente realizados. Isso é comprovado pelo fato de que, na acepção de Kuhn (2009, p. 71),

os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente. Em lugar disso, esses instrumentos intelectuais são, desde o início, encontrados numa unidade histórica e pedagogicamente anterior, onde são apresentados juntamente com suas aplicações e através delas. Uma nova teoria é sempre anunciada juntamente com suas aplicações a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais [...] o processo de aprendizado de uma teoria depende do estudo das aplicações, incluindo-se aí a prática na resolução de problemas, seja com lápis e papel, seja com instrumentos num laboratório.

Aos que contestam esse ponto de vista afirmo que se uma obra literária foi recentemente publicada, ou nova área do conhecimento veio ao lume não há estudos sobre ela e poucos tratados a respeito dessa pretensa nova área. O primeiro estudo é inédito, entretanto, os métodos de abordagem e os aspectos a serem pesquisados certamente já foram empregados em outras pesquisas, já fazem parte da *tradição pedagógica*. Da mesma maneira que as pesquisas só são inéditas até certo ponto, sempre haverá novos estudos que lhe dão continuidade. A própria realização do fichamento já é por si só uma constatação de que existe uma relação de dependência entre diferentes pesquisas.

O fichamento é uma etapa necessária na preparação de qualquer pesquisa

bibliográfica, não se faz a revisão de literatura sem que antes uma quantidade considerável de obras tenha sido fichada. Antes de ficharmos precisamos conhecer o conteúdo da obra; saber, de antemão, se ela é útil para o trabalho que se pretende realizar. Para tanto, podemos ler algum resumo ou resenha sobre ela. Se não encontrarmos nem resenha nem resumo, temos, no mínimo, que foliar a obra aqui e ali.

Até há pouco tempo o recurso mais prático para o fichamento era um papel consistente como uma cartolina, devidamente cortado em pequenos pedaços e preenchido a caneta. Hoje, na medida em que aparecem frases que interessam ao nosso propósito investigativo, podemos digitar no computador, numerando e classificando cada bloco frasal que, depois de impresso, pode ser recortado e colado em fichas como as de antigamente para facilitar seu uso posterior. Há autores que propõem um tamanho padrão para as fichas, entendo, no entanto, que essa é uma questão menor e cada pesquisador deve ter seu modelo de ficha preferido e, nesse sentido, pode optar pelo tamanho que achar conveniente.

Na leitura da obra que, em nossa opinião, serve de fortuna crítica para o desenvolvimento da nossa pesquisa assinalamos as frases que consideramos necessárias, em seguida transcrevemos cada frase numa ficha. Não podemos esquecer que a transcrição literal deve ser colocada entre aspas e indicar o autor, o ano e a página de onde foi tirada a frase transcrita; se a transcrição não for literal, isto é, se interpretarmos o pensamento do outro e o escrevermos com nossas palavras, então não podemos colocar entre aspas, mas precisamos indicar autor, ano e página. Esses três elementos devem ser escritos no final da ficha, para que a parte superior fique livre e disponível a fim de nela inscrevermos o assunto de cada ficha. É possível que após a leitura de um capítulo inteiro ou de várias páginas seguidas de uma mesma obra façamos a redução a uma frase que contempla o que entendermos desse capítulo ou dessa sequência de páginas. Essa frase deve ser escrita sem aspas numa ficha, só que neste caso escrevemos o nome do autor, o ano, a página inicial e a abreviatura seq., que significa “página tal e seguintes”.

Quando tivermos uma quantidade considerável de fichas devemos indexá-las, isto é, dividi-las em blocos, considerando o parentesco conceitual, cognitivo ou semântico entre elas. Por exemplo, se ficharmos várias obras cujo tema seja “a violência nas escolas”, devemos juntar num mesmo bloco as fichas em que registramos as características psicológicas do estudante proveniente da periferia, ou as fichas onde estão registrados os atos que se espera de alunos envolvidos com alucinógenos. As fichas que expressam a competência do professor para lidar com problemas devem ser ajuntadas em outro bloco, e assim por diante.

As fichas são necessárias na pesquisa inteira, mas o primeiro momento em que elas são imprescindíveis é na **revisão de literatura**.

Rampazzo (2011, p. 67) concorda com a importância do fichamento, quando afirma que a “documentação de tudo que for julgado importante e útil em função dos estudos e do trabalho profissional deve ser feita em fichas”. Continuando, na mesma página de seu texto, Rampazzo chama atenção para a utilidade das fichas como “folhas soltas ou cartões onde se fazem notações de tudo aquilo que poderá ser útil numa pesquisa científica. Normalmente são catalogadas numa ordem que facilite uma consulta rápida e o crescimento da documentação de modo indefinido”. Para ele — (2011, p. 67) — as fichas devem ser formuladas de modo a permitir que se identifiquem as obras que foram consultadas, de modo a que se conheça seu conteúdo, analise o material colhido na pesquisa bibliográfica e elabore uma crítica à obra pesquisada. Finalmente, assevero que os pesquisadores atentos não restringem o fichamento a trechos de obras lidas, mas faz sua complementação a partir do registro de aulas, conferências, simpósios e seminários.

METODOLOGIA

Salomon (2010, p. 223) argumenta sobre o projeto de pesquisa que “importa explicitar detalhadamente a metodologia que funciona como suporte e diretriz da pesquisa”. De acordo com Rampazzo (2011, p. 19), a “ciência moderna nasce [...] com a determinação de um **objeto** específico de investigação e com o **método** pelo qual se fará o controle desse conhecimento”. Método vem do Grego **methodos (methà + odon)** que, numa tradução livre significa *meio ou caminho para se chegar a um lugar definido*. Metodologia, por seu turno, é, em grego, **methodos + logia**. Seu significado é *estudo do método*. Em nossos projetos de pesquisa, o vocábulo **metodologia** teve seu sentido assimilado ao sentido de método; isto é, quando pensamos em metodologia, vem a nossa mente o meio para se atingir determinado fim.

Convém tomarmos cuidado para não confundir método com técnica. Severino (2002, p. 162), explica que se entende “por métodos os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto técnicas são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados”. A coleta de dados pode ser vista genericamente como um método, já a entrevista é uma técnica.

Toda pesquisa se desenvolve a partir de métodos precisos que, por sua vez, dialogam com os objetivos. O método é, enfim, a maneira de agir ou o como fazer, quais processos devem ser atendidos para se chegar aos objetivos.

A metodologia é imprescindível ao Projeto de Pesquisa e precisa estar atrelada à área do conhecimento a que a pesquisa se vincula; isto é, ao tema e, sobretudo — insisto —, aos objetivos. Isso porque os procedimentos metodológicos devem responder, com eficiência, aos propósitos da pesquisa, aos resultados que dela se espera.

O tema da pesquisa pode ser traduzido pela pergunta “o que pesquisar?”; os objetivos traduzem-se pela pergunta “aonde se quer chegar?”; por último, a metodologia responde à pergunta “como se faz para chegar ao ponto fixado pelos objetivos?”. Ora, se o objetivo for, por exemplo, “caracterizar a produção literária de vertente simbolista nos anos 1960”, então a metodologia pode derivar-se da hermenêutica, do estudo de obras literárias de Cecília Meireles, da leitura de obras que fazem um estudo da produção literária do período e assim por diante. Se o objetivo consistir em *listar as características do Romantismo em um poema de Cecília Meireles*, a metodologia possível seria o estruturalismo. Em nenhum dos casos, no entanto, se concebe o emprego da *observação* como recurso metodológico que seria bem-vinda se o objetivo fosse “verificar a duração de tempo com que certo cometa gasta para dar uma volta completa em torno do sol”. Então são os objetivos que orientam a seleção dos procedimentos metodológicos.

Quando se fala de metodologia, alguns nomes vêm à mente, porque com ela se relacionam, trata-se de **evidência**, **análise**, **síntese** e **enumeração**. Esses elementos pertencem, de acordo com Descartes, ao método matemático, sendo que ele os reduz, na leitura de Rampazzo (2011, p. 34), a quatro *regras*, a saber:

- a) Regra da **evidência**: “Não acolher jamais como verdadeira uma coisa que não se reconheça evidentemente como tal, isto é, evitar a precipitação e o preconceito e não incluir juízos [...]”. b) Regra da **análise**: “Dividir cada uma das dificuldades em tantas partes quantas necessárias para melhor resolvê-las”. c) Regra da **síntese**: “Ir do mais simples e singelo ao mais complexo”. d) Regra da **enumeração**: “Realizar sempre enumerações tão cuidadas e revisões tão gerais que se possa ter certeza de nada haver omitido”.

Descartes acolhe as regras do **método matemático-dedutivo**, conforme transcritas acima, Bacon acolhe a **indução** e Galileu a **experimentação**. Cada método adequa-se a uma ciência ou área específica. O **método racional**, por exemplo, que “é assim chamado porque os assuntos a que se aplica não são realidades, fatos ou fenômenos suscetíveis de comprovação experimental” (RAMPAZZO, 2011, p. 36) tem sua aplicação destinada principalmente às ciências humanas. Nessas ciências a pesquisa deve ser preferencialmente descritiva-qualitativa, enquanto nas ciências experimentais, a pesquisa recebe o mesmo nome, isto é, *pesquisa experimental*, que pode também ser considerada como pesquisa empírica.

Os métodos dependem do objetivo que orienta a investigação, além disso, dentro de um mesmo método surgem outros que dele derivam. O método racional, por exemplo, “se desdobra em diversos processos, como a observação, a análise e a síntese, a indução e a dedução, a hipótese e a teoria” (RAMPAZZO, 2011, p.36). Vamos focar nossa preocupação, neste momento, apenas na análise, na síntese e na dedução. A propósito desta última, Rampazzo (2011, p. 40) assevera que ela

é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais. O ponto de partida é o antecedente, que afirma uma verdade universal; e o ponto de chegada é o consequente, que afirma uma verdade menos geral, ou particular, contida implicitamente no primeiro. Por exemplo: todo ato de estelionato é legalmente ilícito; ora, José praticou um ato de estelionato; logo, José praticou um ato legalmente ilícito.

Advertimos, no entanto, que é necessário o estudioso de qualquer fenômeno conhecer, com a profundidade que lhe for possível, isto é, com verticalidade radical, a teoria que dá vida ao fenômeno sob sua investigação. Sem isso, o estudo soará vazio e sem o necessário sentido exigido pela ciência que é, em tese, rigorosa em suas postulações. Afinal, é através das teorias que a ciência consegue fazer uma adequada representação da realidade. Por isso, os pesquisadores precisam ter consciência de que, ao realizar um estudo, restringem-se a reduzir o mundo a uma teoria que, por seu turno é construída pela interface entre várias conclusões. Essas conclusões podem ser suas ou a soma dos pontos de chegada de vários estudiosos distintos. Isso posto, todo pesquisador deve ter em mente que uma teoria não pode ficar apenas e tão somente como tal, ela precisa evoluir até o ponto de se tornar uma lei, conforme melhor explicado em outra parte desta obra.

CRONOGRAMA

O cronograma deve ser exequível. O aluno precisa ter cuidado, ao especificar a duração de sua pesquisa, para não prever tempo de menos nem tempo a mais. Essa duração deve abranger desde a montagem do projeto até a elaboração e a entrega do relatório final. Hoje em dia, há na Internet, em sites de busca, inúmeros modelos de formulários de cronograma que o aluno pode utilizar sem problema desde que indique a fonte, isto é, o site de onde foi retirado o formulário do cronograma. “A forma mais racional de se fazer um cronograma é [...] o da tabela cruzada, em que as *colunas* mostram os períodos e momentos do tempo reservado a cada fase da pesquisa, e as *fileiras* delineiam as fases e tarefas a cumprir” (SALOMON, 2010, p. 225), como sugerido abaixo.

Fases da pesquisa (atividades)	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	J.	F.
Escolha do tema, formulação do problema	X													
Levantamento bibliográfico	X	X	X											
Documentação		X	X	X	X	X	X							
Formação do MTR (marco teórico de referência)						X	X	X	X	X				
Elaboração do projeto e do orçamento	X	X												
Escolha da população e amostra			X											
Elaboração dos instrumentos de coleta de dados				X	X	X								
Pré-teste e revisão da metodologia							X							
Coleta de dados, trabalho de campo								X	X	X				
Análise de dados, teste da hipótese											X	X		
Redação do relatório													X	X

RECURSOS

Os recursos são a parte mais simples do projeto, enquanto o cronograma responde à pergunta “quando”, os recursos respondem a pergunta “com que?”; isto é, recursos são instrumentos materiais tais como astrolábio, bússola, observatório astronômico, computador, mapas, livros, impressora, papéis.

Dentre os recursos incluem-se também pessoas, afinal, a depender dos objetivos, é necessário que se empreguem entrevistas, desde que estas estejam mencionadas entre as técnicas de coleta de dados. Os recursos devem ser definidos pela metodologia, ou seja, a relação dos materiais que serão empregados na pesquisa deve atender aos procedimentos metodológicos.

Existe uma interligação sequencial entre cada parte de uma pesquisa. O tema determina os objetivos, estes determinam a metodologia que, por sua vez, determina os recursos e as técnicas. Se o pesquisador, ao montar o projeto, teve o cuidado de atentar para essa relação de interdependência entre cada parte, seu projeto terá ficado bom e, neste caso, atingirá os resultados esperados.

RESULTADOS ESPERADOS

A penúltima parte de um Projeto de Pesquisa são os **resultados esperados**. Quando o pesquisador formula os objetivos de sua pesquisa, tem em mente o que quer atingir, aonde quer chegar; isto é, quais resultados pretende atingir com seu estudo.

Na introdução o pesquisador apresenta a questão concretizada na parte “levantamento da situação problema”. Temos, portanto, no começo do projeto o problema que deverá ser resolvido, o problema que pede uma solução (a pergunta de pesquisa). Os *resultados esperados* constituem-se naquela parte do projeto em que o pesquisador indica, de modo provisório, qual é a solução do problema levantado na introdução.

Se o problema inscrito na introdução de um projeto for a superlotação das salas de aula, na rede pública, no Ensino Fundamental e se ficar claro que esse problema persiste devido à retenção de alunos por causa do alto índice de reprovação, então cabe especificar, dentre os resultados esperados, a necessidade de se adotar procedimentos de recuperação da aprendizagem de modo a que se reduza a reprovação e, assim, haverá, no médio prazo, redução na quantidade de alunos em cada sala de aula.

REDAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

A última parte do projeto são as *referências*, que consiste no levantamento das obras (livros e revistas impressos ou em meio digital) que serão utilizados no decorrer da pesquisa. As obras devem ser registradas seguindo rigorosamente o que preceitua a ABNT, na NBR 6023.

Antes de fechar a lista de obras o pesquisador precisa tomar o cuidado de verificar se as obras listadas estão, de fato, disponíveis. Para tanto precisa checar nas bibliotecas públicas de sua região e nas livrarias. Hoje em dia, é fácil obter obras para o suporte histórico-crítico de qualquer pesquisa, pois qualquer pessoa de posse de um computador conectado à Internet pode acessar o acervo das boas livrarias e assim adquirir as obras de que precisa para sua pesquisa. As obras precisam ser significativas. Precisam apresentar uma real utilidade para a pesquisa.

PRODUÇÃO DO TEXTO ACADÊMICO

ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO DO PARÁGRAFO: A FRASE-SUJEITO E A FRASE-PREDICADO

Utilizamos conhecimentos acerca dos termos essenciais da oração para desenvolver conceitos que ajudam a compreender, estruturar e construir parágrafos. Os termos essenciais da oração são *sujeito* e *predicado*. Sujeito é o termo sobre o qual se diz alguma coisa, e em função do qual se estrutura o predicado, pois mantém uma relação de subordinação ou dependência em relação ao sujeito.

Sujeito é o termo da oração sobre o qual se volta o sentido do verbo. Ou, em outras palavras, sujeito é o termo da oração sobre o qual o predicado diz algo. Então, o sujeito é o elemento que pratica a ação expressa pelo predicado (verbo) ou que apresenta as qualidades que sobre ele são citadas no predicado. O sujeito é uma entidade que aparece *in natura*, mas que perde essa condição quando a ele é acrescentado um predicado.

O parágrafo é um elemento primordial na redação. Ele se estrutura em torno de uma constante, que é o tema do texto. Internamente, da mesma forma que a oração apresenta o sujeito e o predicado como termos essenciais, o parágrafo tem seus termos também essenciais que são uma frase (normalmente a frase inicial) que contém a ideia primária ou ideia geratriz, que será modificada pelas frases que a seguem. Estas últimas contêm as ideias secundárias que são geradas pela ideia carreada pela frase-sujeito. Isto é, a frase-sujeito contém a ideia geratriz, as frases-predicado contêm as ideias geradas: ideias que dizem algo acerca da ideia carreada pela frase-sujeito.

Denominamos, portanto, a frase que carrega a ideia geratriz (ideia primária) de frase-sujeito e as frases que contêm as ideias geradas (ideias secundárias) de frases-predicado. Vejamos como é a relação entre essas frases no parágrafo seguinte de Nabuco (2022, p. 48).

Esses princípios cardeais da civilização moderna reduzem a escravidão a um fato brutal que não pode socorrer-se à lei particular do Estado, porque a lei não tem autoridade alguma para sancioná-la. A lei de um país só poderia, em tese, sancionar a escravidão dos seus nacionais, não a de estrangeiros. A lei brasileira não tem moralmente poder para autorizar a escravidão de africanos, que não são súditos do Império. Se o pode fazer com africanos, pode fazê-lo com ingleses, franceses, alemães. Se não o faz com estes, mas somente com aqueles, é porque eles não gozam de proteção de nenhum Estado. Mas, quanto à competência que tem o Brasil para suprimir a liberdade pessoal de pessoas existentes dentro do seu território, essa nunca poderia ir além dos seus próprios nacionais.

Tomemos a frase-sujeito do parágrafo acima:

Esses princípios cardeais da civilização moderna reduzem a escravidão a um fato brutal que não pode socorrer-se à lei particular do Estado, porque a lei não tem autoridade alguma para sancioná-la.

A ideia primária que esta frase carrega é a de que o Estado não tem autoridade para sancionar a lei que dá legitimidade à escravidão. Ora, a escravidão existiu no Brasil desde a colonização até o final do século XIX. Neste caso, a frase é contraditória, pois se o Estado não está autorizado a legitimar a instituição escravocrata, como essa situação persistiu por tanto tempo? Estamos diante de uma frase-sujeito que precisa ser explicada, isto é, precisa de outras frases que modifiquem seu sentido pela inclusão de novos aportes, para eliminar a contradição que ela apresenta. A frase precisa, portanto, de frases-predicados.

Frase-predicado 1

A lei de um país só poderia, em tese, sancionar a escravidão dos seus nacionais, não a de estrangeiros.

↑

Frase-predicado 2

A lei brasileira não tem moralmente poder para autorizar a escravidão de africanos, que não são súditos do Império.

↑

Frases-predicados 3/4

Se o pode fazer com africanos, pode fazê-lo com ingleses, franceses, alemães. Se não o faz com estes, mas somente com aqueles, é porque eles não gozam de proteção de nenhum Estado.

↑

Frase-predicado 5

Mas, quanto à competência que tem o Brasil para suprimir a liberdade pessoal de pessoas existentes dentro do seu território, essa nunca poderia ir além dos seus próprios nacionais.

A frase-predicado 1 modifica o sentido da frase-sujeito, quando indica o que levou o redator a protestar contra a usurpação, pelo Estado, de um direito que não pertence a este. A frase-predicado 2 controla a frase-predicado 1, modificando seu sentido, na medida

em que faz sua especificação, ao indicar a quais estrangeiros se refere. Ao ser modificada pela frase-predicado 2, a frase-predicado 1 adiciona novos sentidos à frase-sujeito, porque agora se sabe que o Estado não pode sancionar leis que legitimem a escravidão, desde que esta seja de estrangeiros, exemplificados pelos africanos que se tornaram escravos no Brasil. E assim sucessivamente, uma frase vai modificando o sentido da outra, enriquecendo seu conteúdo que, cumulativamente, oferece coerência à frase-sujeito. Cada nova frase-predicado *olha* para a frase anterior (olha de baixo para cima), modifica seu sentido e esta com o sentido modificado, inclui novos significados à frase acima dela e assim por diante até chegar, nessa viagem às avessas, à frase-sujeito, que finalmente tem seu sentido plenamente explicado. Num primeiro momento ela apresenta certo vazio semântico, para em seguida adquirir sentido e coerência.

DA CONSTRUÇÃO DO PARÁGRAFO À CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Depois que o tema for delimitado, deve-se registrar primeiro, todas as palavras e expressões que ele suscita e, em seguida, organizá-las por ordem de complexidade para, então, redigir o rascunho. Dessa forma, o redator demonstra que está preocupado em expor suas ideias ordenadamente, buscando formular um plano de desenvolvimento do assunto a ser tratado. Já discutimos a **delimitação** como item do projeto, vamos explicitá-la como etapa da montagem de um parágrafo. Vejamos o roteiro que se segue.

1. Primeiro o aluno **DELIMITA O ASSUNTO**.
2. Baseando-se na delimitação, isto é, no tema já formado, **CRIA O OBJETIVO** que servirá de esteio para sustentar a escrita e de norte para indicar os rumos que o redator deve dar ao tema.
3. O objetivo deve ser **REESCRITO NA FORMA DE UMA FRASE-SUJEITO**; isto é, a **frase que contém a ideia primária do parágrafo**.
4. A frase-sujeito transformada em frase introdutória do parágrafo de introdução deve ser **DESDOBRADA EM FRASES-PREDICADO**.
5. As frases-predicado devem ser **COLOCADAS NUMA SEQUÊNCIA**.
6. Por último as frases-predicado devem ser reunidas em uma frase isolada que contém a resposta à proposição apresentada na ideia geratriz, ou ideia primária, contida na frase-sujeito. Esta frase gerada pela soma da ideia geratriz (frase-sujeito) mais as ideias secundárias (frases-predicado) é a **frase de conclusão** do parágrafo.
7. Como as ideias apresentadas nas diversas frases do parágrafo de introdução devem servir de fonte para alimentar a escrita do desenvolvimento da redação, cabe ao aluno buscar nas frases-predicado do parágrafo de introdução as ideias que servirão de ancoragem para a formulação das frases-sujeito dos parágrafos de desenvolvimento.

8. E assim por diante, repete-se este roteiro em cada parágrafo.

E se a questão não se restringir à produção de uma simples redação, mas de uma dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado? Pouca coisa vai mudar. As etapas 1 e 2 devem ser mantidas, sem alteração; isto é, tendo avançado os dois primeiros níveis como descritos acima, comecemos pela etapa 3.

3. O objetivo deve ser **reescrito na forma de uma frase-sujeito** e, partindo desta, o redator deve compor um parágrafo pela adição de frases-predicado. Esse parágrafo **contém a ideia geratriz** que será desenvolvida nos diversos parágrafos que forem aparecendo ao longo de todo o capítulo de introdução.
4. Cada parágrafo do capítulo de introdução deve ser **desdobrado em um capítulo de desenvolvimento que esgote seu conteúdo ou os conceitos que ele levanta**.
5. Por último os capítulos do desenvolvimento da dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado devem ser reunidos em um só capítulo final que contenha a resposta à proposição apresentada na ideia geratriz, ou ideia primária diluída no capítulo introdutório. Este capítulo gerado pela soma dos conceitos expressos ao longo da dissertação e que se constitui numa resposta ao problema levantado no capítulo de introdução é o **capítulo de conclusão**.

Resumindo, encontramos o seguinte esquema:

1. Delimitação do assunto.
2. Criação do objetivo.
3. Transformação do objetivo em frase-sujeito
4. Produção de frases-predicado que desenvolvam ou expliquem a frase-sujeito
5. Colocação das frases-predicado numa sequência lógica.
6. Produção de um predicado, a partir das frases-predicado, empregando recursos de coesão.
7. Repete-se esse processo, empregando as orientações constantes nesta obra, até a construção do texto completo.

QUALIDADES INERENTES AO TEXTO ACADÊMICO

COESÃO TEXTUAL

O que é um texto, ou o que transforma uma sequência de frases em texto? Texto é tecido, é tessitura. O que transforma uma sequência de frases em texto é a coesão. Quando uma artesã fabrica um tecido, dispõe as linhas de tal maneira que ao acionar o tear possa resultar um tecido pronto. Deve haver uma escolha adequada das linhas, sua disposição deve atender ao tipo de tecido que a artesã imagina.

Assim é o texto. A diferença é que a artesã usa linhas para formar o tecido, enquanto o redator emprega frases para formar o texto. A sucessão de linhas gera o tecido; a sucessão de frases gera o texto. Mas as frases não podem ser lançadas sobre o papel desordenadamente. É necessário que atendam a uma sequência que parte do geral para o particular ou deste para aquele, o importante é que deve haver uma sequência que atenda a uma lógica. Mesmo assim ainda não temos um texto.

O primeiro e mais essencial aspecto que transforma uma sequência aleatória de frases em texto é a coesão entre elas. Da mesma forma que para se produzir o tecido é necessário que a artesã dê nós, o escritor também precisa ir dando nós entre uma frase e outra, num procedimento que denomino de **Coesão Integrativa**. Se o nó dado pelo escritor remeter a uma circunstância (ou a um objeto) algumas ou várias linhas ou parágrafos acima a **Coesão é Remissiva**; isto é, a coesão pode ligar dois termos ou substituir um termo, quando a ele remete.

A *coesão textual* consiste na seleção das partículas empregadas para ligar palavras dentro da frase, na forma como estas são ligadas dentro dos períodos, como estes se ligam dentro dos parágrafos e como se dá a relação entre estes ao longo do texto. Koch (1984, p. 13-14) define a coesão como sendo a “ligação entre os elementos superficiais do texto, o modo como eles se relacionam, o modo como frases ou partes delas se combinam”. Essa ligação ou combinação ocorre por meio de certas figuras morfosintáticas como preposições ou conjunções que são empregadas na coesão integrativa, ou por meio de pronomes que são geralmente empregados na coesão remissiva. Seja como for, tanto os pronomes, quanto as preposições, as conjunções e até mesmo os advérbios devem ser selecionados de forma a garantir a ligadura entre os elementos; devendo essa ligadura proporcionar a coerência ao texto.

As palavras que são utilizadas para estabelecer a relação entre vocábulos (preposições, conjunções, pronomes, advérbios) e entre os vocábulos e os pequenos blocos textuais (expressões, frases), bem como entre esses e os grandes blocos (períodos e parágrafos), apesar de se apresentarem — quando empregadas isoladamente —

esvaziadas do ponto de vista semântico, contribuem, quando inseridas no texto, para alterar o sentido das palavras, frases, períodos ou parágrafos, enfim, para dar novos sentidos aos blocos que relacionam entre si, servindo, dessa forma, tanto à coesão quanto à recuperação e à manutenção do sentido.

Leitura

A mulher e seu valor

Certa vertente da humanidade vem demorando excessivamente para entender o valor das mulheres e lhes conceder o lugar e a dignidade que, por direito, lhes cabe. Até então elas têm pouco espaço na liderança das igrejas, na governança das nações etc. Algumas religiões recusam-se a lhes conceder responsabilidades similares às que são concedidas aos homens. Essa circunstância qualifica-se como uma contradição, porque está cientificamente provado que elas têm a mesma capacidade física e mental dos homens.

A baixa capacidade física das mulheres não é inerente a sua constituição orgânica. É uma circunstância decorrente da sua falta de treinamento físico que, por sua vez, está ligada à pouca oportunidade que os homens lhe dão para demonstrar seu potencial. A prova disso é que inúmeras mulheres viúvas conseguem, com energia e inteligência, prover sozinhas o sustento material e a formação moral de sua prole.

Mesmo após várias conquistas por parte das mulheres, os homens relutam em delegar a elas o controle de aviões comerciais, de naves espaciais, o comando de operações militares e do governo de nações. As poucas mulheres que, com muito suor, abrem caminho e ocupam funções mais complexas têm sido bem-sucedidas.

Em que pese a seriedade dessas constatações o que chama a atenção de modo mais veemente é a violência a que as mulheres são submetidas. Aos violentadores pouco importa que elas sejam mães de seus filhos, que ajudem a trazer o sustento para dentro de casa. Pouco importa, enfim, que as mulheres se igualem a eles em humanidade e dignidade.

O elemento subjacente à violência contra as mulheres é o senso de egoísmo que move a sensibilidade de inúmeros homens aliado à consciência da impunidade, haja vista que em nosso país basta um bom advogado para livrar da cadeia os criminosos. Na base da violência está também a educação deficiente em qualidade que é oferecida aos nossos jovens. Quando muito se aprende português, matemática e ciências em nossas escolas, mas há pouco espaço para discussões que adentrem o âmbito da convivência humana e dos valores absolutos que devem reger, nortear e costurar as relações humanas de modo a que se configure uma sociedade equilibrada e civilizada. Enfim, uma sociedade onde a mulher possa encontrar o espaço que por direito lhe cabe, mas que lhe tem sido negado.¹

1. Neste livro, todos os textos em que se omite, como este, a autoria foram produzidos ad hoc, para a obra, pelo próprio

COESÃO INTEGRATIVA E COESÃO REMISSIVA

Logo no primeiro período do parágrafo introdutório, temos duas formas de prover a coesão textual. Numa delas, empregou-se a conjunção “e” para fazer a ligação interna entre dois sub-blocos dentro do período, na outra foi empregada a forma pronominal “lhes”. Vejamos:

Certa vertente da humanidade vem demorando excessivamente para entender o valor das mulheres (E) (LHES) conceder o lugar (E) a dignidade que, por direito, (LHES) cabe.

A palavra “e” realiza, no bloco frasal em tela, a coesão integrativa, porque integra uma sequência posterior à sequência que lhe antecede. A palavra “lhes”, proporciona a coesão remissiva. A propósito do pronome “lhes”, vamos transcrever, por razões didáticas, depois dela, a palavra a que se refere.

Certa vertente da humanidade vem demorando excessivamente para entender o valor das mulheres e lhes[às mulheres] conceder o lugar e a dignidade que, por direito, lhes [às mulheres]cabe.

Neste caso, o pronome não está ligando dois elementos, ao contrário, está representando (substituindo) uma palavra que foi escrita anteriormente. Trata-se de um tipo de coesão que denomino de **Coesão Remissiva**. O recurso coesivo em tela contribuiu para evitar que uma mesma palavra fosse escrita duas vezes. Resolveu o problema da repetição de palavras e manteve o sentido.

No segundo período do parágrafo em causa, a palavra “elas” também tem valor de remissão, tendo em vista que representa o vocábulo “mulheres”. No período seguinte, a forma “se”, acoplada ao verbo “recusar” (recusam-se), remete ao vocábulo “religiões”. A contração “às”, em “similares às” remete, por sua vez, à forma vocabular “responsabilidades”. Em todos esses casos, deu-se a **Coesão Remissiva**.

Em princípio, parece que essas considerações são de menor importância, mas é do emprego adequado dos recursos coesivos que depende a construção do texto. Esses recursos contribuem também para que se evite ambiguidade e repetição de palavras.

No final do parágrafo, a forma conjuntiva “porque”, em “*porque* está cientificamente” liga a frase que o sucede à frase anterior, dando a esta uma circunstância de causa. Trata-se de uma **Coesão Integrativa**. A palavra em causa poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “pois”, “na medida em que”, “à medida que”; entretanto, se o redator optasse

por colocar algo como “Essa circunstância qualifica-se como uma contradição, PORTANTO, está cientificamente provado que as mulheres têm a mesma capacidade física e mental dos homens”, provocaria uma inadequação semântica, pois o sentido da segunda frase não é de conclusão e sim de causa.

Então, é necessário que se tenha o cuidado, no texto com finalidade prática, isto é, no texto acadêmico para empregar as partículas de coesão que sejam adequadas a fim de que o receptor não venha a receber uma mensagem diversa daquela que o emissor pretende, de fato, transmitir. Concluímos que o texto acadêmico não admite ambiguidade, a mensagem precisa ser clara e precisa.

O leitor sentirá certo estranhamento se eu lhe disser que as mulheres estão representadas mais de uma vez no primeiro parágrafo. Não é demais repetir: “A humanidade vem demorando excessivamente para entender o verdadeiro valor das **mulheres** e **lhes** conceder o espaço que, por direito, **lhes** cabe. Até então **elas** têm pouco espaço na liderança das igrejas, na governança das nações etc. Algumas religiões recusam-se a **lhes** conceder responsabilidades similares às que são concedidas aos homens. Essa circunstância qualifica-se como uma contradição, porque está cientificamente provado que **elas** têm a mesma capacidade física e mental dos homens”. Temos, em primeiro lugar a palavra escrita com todos os seus recursos gráficos, mas aparece repetida em **lhes** (três vezes), **elas** (duas vezes). Portanto, a mesma palavra aparece mais de uma vez no parágrafo, mas da forma primitiva foi escrita apenas uma vez. Eis aí o valor da coesão e seu emprego adequado. Embeleza o texto, dá a ele um tom erudito, evita ambiguidade e repetições.

Imaginemos quão carregado e infantil soaria o texto se a palavra “mulheres” fosse repetida em todas as suas ocorrências. Poderíamos analisar a coesão ao longo de todo o texto, mas bastou seu estudo no primeiro parágrafo para percebermos o quanto se trata de algo importante no texto acadêmico e como empregá-lo.

Acabamos de ver os dois tipos de coesão: a **coesão integrativa** e a **coesão remissiva**. Coesão é uma coisa só. Essa divisão em dois tipos foi feita apenas para fins didáticos, pois em um mesmo texto ambos podem aparecer.

COERÊNCIA TEXTUAL: IMANÊNCIA E TÉCNICA DE REDAÇÃO

A **coerência textual** diz respeito à preocupação com o sentido do texto, que precisa, assim, apresentar, em sua composição, relação entre as ideias. Quando falamos no item anterior sobre coesão, abordamos a questão da ligação entre as palavras e os blocos que aparecem horizontalmente no papel, em se tratando da **Coesão Integrativa** e da remissão a termos que aparecem tanto no plano horizontal quando no linear (de cima a baixo no

papel), quando se trata da **Coesão Remissiva**. A coesão é feita, portanto, com elementos explícitos, importa aqui o que se escreve. A coerência remete à camada semântica, importa aqui o sentido.

Agora, que nossa preocupação é com a coerência, mudamos a ênfase, porque a questão que nos move é a da relação entre as ideias, pois enquanto a coerência se preocupa com o modo como se dá a conexão entre as ideias no texto, a coesão, que responde perguntas acerca das partículas de ligação, aponta os elementos relacionais que poderão ser utilizados nesta conexão.

Se as partes não se combinarem por meio de elementos de transição adequados ao que se quer transmitir, o texto tornar-se-á incoerente. Mas um texto pode parecer incoerente a um leitor, dependendo da quantidade e qualidade das leituras que ele tenha feito anteriormente. Se os conhecimentos do leitor forem limitados por pouca experiência de leitura, certamente um texto coerente pode lhe parecer incoerente, pela simples falta de condições que ele pode ter para tomar posse do sentido do texto e de fazer relações entre o conteúdo e o universo cognitivo que mediou a produção, isto é, a coerência depende também da capacidade do leitor em estabelecer intertextualidade entre o texto e outros textos, pois, afinal, esses outros textos existem nos arquivos de sua memória. Sendo assim, a coerência textual está ligada também ao processo de recepção, isto é, o texto será tão incoerente quanto for pequena a capacidade de compreensão do leitor, quanto forem pobres suas experiências de leitura.

Se o leitor prestar atenção a certos aspectos da produção de texto, não terá dificuldade para construir textos coerentes. Para facilitar o entendimento, considerando a alta importância dessa questão, decidi fazer a divisão desse assunto em três partes; isto é, criei três tipos de coerência. Cabe ao leitor atentar para cada uma delas, pois elaborei de modo a que se constituam como uma fórmula que impede a dispersão das ideias e a conseqüente falta de coerência. Os três tipos de coerência que criei são a coerência por **progressão linear**, a coerência por **progressão circular** e a coerência por **progressão em espiral**.

Da coerência faz parte também a preocupação com o emprego dos modos e tempos verbais, cujo uso deve ser feito com o necessário cuidado no sentido de se preservar a unidade do texto. A alteração inconseqüente dos tempos e modos verbais ao longo de um texto, sobretudo nos narrativos, impõe ambigüidade (incoerência) na camada temporal, como no seguinte exemplo: *no carro, pega o celular, ligou para seu colega*. Como a ação de pegar o celular está no presente do indicativo, a ação de ligar não pode se dar no passado, visto que ela guarda com a ação anterior uma relação de simultaneidade e sucessão; o verbo *ligar*, portanto, tem que ser empregado também no presente do indicativo.

Há também o que se pode chamar de incoerência semântica entre palavras ou impropriedade vocabular, muito comum nas redações escolares e nos discursos especializados. Os economistas, por exemplo, cunharam a expressão *praticar preços*, juntando duas palavras incompatíveis, visto que preços não se praticam, cobram-se. Esse tipo de incoerência ocorre frequentemente pelo emprego de adjetivos incompatíveis com o objeto que se pretende qualificar.

Se qualificarmos uma catedral como *bonitinha*, estamos construindo uma incoerência. Uma catedral deve caracterizar-se como *grandiosa* e *majestosa*, jamais como *bonitinha*. O mesmo não se diria se fosse uma capela, pois esta sim pode ser *bonitinha*.

A *coerência* consiste, portanto, numa espécie de jogo entre a frase-sujeito e as frases-predicado e entre as ideias contidas nos parágrafos e o tema do texto. É, dessa forma, um fator de unidade do texto, pois cada frase-sujeito aponta o tema geral e é isso que gera a unidade. Deve, no entanto, haver certa dispersão ao longo do texto, isto é, o tema é único, mas se dilui e se dispersa nas frases-predicado, que desenvolvem a ideia carregada nas frases-sujeito, causando ruptura da uniformidade. Vejamos, a seguir, como a noção de coerência pode contribuir para a produção e, por extensão, para a progressão temática de quaisquer textos acadêmicos.

COERÊNCIA POR PROGRESSÃO LINEAR

Leitura

Brasília, solução ou problema?

A integração definitiva do Brasil se deu com a inauguração de Brasília, a nova capital da república, construída no final dos anos 50 e que se destaca por sua arquitetura e grandiosidade. Preocupado com a dimensão continental do território brasileiro, cujas regiões, pela sua dispersão tanto em longitude quanto em latitude, ficavam a grande distância da antiga capital — cidade do Rio de Janeiro — o governo decidiu centralizar o poder numa área equidistante em relação a todos os pontos do Brasil. Além disso, deve-se acrescentar o fato de que muitas áreas do país permaneciam inexploradas e, dessa forma, desconhecidas, o que levava a problemas de integração nacional. Aliando esta questão prática à beleza, os construtores da nova cidade tiveram particular interesse em privilegiar as novas soluções arquitetônicas, produzindo, a par do seu aspecto utilitário, uma obra de arte no cerrado.

Depois que a capital foi transferida para Brasília, surgiram novas estradas de rodagem, como a Belém-Brasília. As rodovias que partem daqui atingem todo o território nacional, indo até as mais longínquas regiões, o que proporcionou aos brasileiros não só

o conhecimento como também a conquista definitiva do país. A construção de vias férreas permitiu que combustíveis e outros produtos manufaturados trazidos até aqui pudessem ser distribuídos com menos ônus para áreas aonde antes esses produtos chegavam com preços altos, por causa dos custos de transporte feitos por caminhões e da necessidade de se articular o transporte rodoviário ao fluvial. Certas cidades ficavam ao largo da civilização e havia aquelas que dependiam de suprimentos de países vizinhos, o que gerava temor quanto à autonomia nacional e à evasão de divisas e produtos.

Alguns condenam a forma como se procedeu a integração, por acharem que o processo de aculturação dos indígenas ocorreu sem o necessário controle das agências que têm a seu cargo evitar a dominação cultural em detrimento dos remanescentes de seus hábitos antigos. Isso se deu em face da rapidez com que as estradas cortaram o país, levando homens e máquinas ao encontro dos silvícolas onde, sem qualquer supervisão, ensinaram-lhes novos hábitos e costumes alheios ao seu modo de vida. Muitas tribos foram, de fato, dizimadas, mas a nova tomada de consciência acerca do problema vem motivando alternativas para a reconstrução de aldeias e amparo ao indígena.

A Unesco transformou Brasília em patrimônio cultural da humanidade. Esta decisão respaldou-se não apenas na beleza da cidade como também em sua originalidade. Os arquitetos inspiraram-se em propostas de construção já tornadas canônicas e reinventaram uma cidade diferente em que prevalece o jogo entre o reto e o curvo sem qualquer rebuscamento. Aboliram-se esquinas e buscaram harmonizar a cidade ao cerrado circundante de modo que este pudesse conviver com prédios e casas sem um macular o outro. Pretendeu-se, ainda, suprimir a visão de um lugar em que pessoas de diferentes classes sociais vivessem isoladas umas das outras, pois as construções são padronizadas.

Brasília é, enfim, um lugar diferente de todos os outros que até então se conceberam, por sua arquitetura, sua história e sua função, tendo se tornado, na prática, uma solução para os problemas que motivaram sua construção.

Considerando os pontos de vista delineados, examinemos o primeiro período do parágrafo inicial do texto.

A integração definitiva do Brasil se deu com a inauguração de Brasília, a nova capital da república, construída no final dos anos 50 e que se destaca por sua arquitetura e grandiosidade.

Há nele referência a três elementos que deverão nortear a composição do texto, isto é, três elementos demarcadores da coerência textual. Três situações que serão objeto de três parágrafos de desenvolvimento.

Primeiro elemento	<i>integração definitiva do Brasil</i>
Segundo elemento	<i>cidade que se destaca por sua arquitetura</i>
Terceiro elemento	<i>cidade que se destaca por sua grandiosidade</i>

Além disso, as impressões são transmitidas pelo olhar de um forasteiro. Todos esses aspectos podem ser resumidos em dois, isto é, o período e, por extensão, o parágrafo em que ele se encontra fala de *integração nacional* e *cidade grandiosa*. Essas ideias repetir-se-ão em todo o texto, como se pode ver no desenvolvimento do seguinte quadro.

Ideia-chave	Frase	Parágrafo
Integração geográfica	surgiram novas estradas de rodagem	2º parágrafo
Integração cultural	processo de aculturação dos indígenas	3º parágrafo
Arquitetura	patrimônio cultural da humanidade	4º parágrafo
Arquitetura e grandiosidade	arquitetura, sua história e sua função	5º parágrafo

As ideias apresentadas em todos os parágrafos estão *de acordo* com o primeiro período do texto. O parágrafo de introdução desenvolve e esclarece o conteúdo expresso no primeiro período, pois é essa a função das frases secundárias (que são denominadas de *frases-predicado* nesta obra).

A coerência se deu porque o texto se manteve fiel ao que vem expresso na introdução. Em certos casos, cada frase da introdução é desenvolvida de tal modo que se torna um novo parágrafo. A esse tipo de progressão temática denomino de **coerência por progressão circular**.

O tipo de coerência que serviu de orientação para a elaboração do texto acima é a **coerência por progressão linear**, pois a primeira frase diluiu-se de cima a baixo ao longo do texto todo, sendo que cada partícula dessa frase se converteu num parágrafo inteiro, conforme visto esquematicamente no quadro acima. Aliás, o período introdutório é um conjunto formado por dois elementos, ou duas partículas, a saber: *A integração definitiva do Brasil e [cidade] que se destaca por sua arquitetura e grandiosidade*.

Ficou demonstrado pelas relações intratextuais que o texto todo está coerente com as afirmações temáticas do primeiro segmento textual, isto é, com a tese nele defendida. De fato, o leitor que se depara com o primeiro segmento do texto em questão cria a expectativa de que os parágrafos seguintes esclareçam em que medida, em que sentido Brasília contribuiu para a *integração definitiva do Brasil* e é uma *cidade diferente e grandiosa*. Os parágrafos darão ênfase a isso se houver *coerência* entre o texto e o tema e, por extensão, entre cada uma de suas partes.

Imaginemos que, depois de ter feito referência aos elementos já citados do primeiro parágrafo, o texto prosseguisse referindo-se às pequenas ruas marginais que ficam entre as quadras e nas cidades satélites, tivesse referido ao lago Paranoá como não sendo tão grande, mas suficiente para manter a umidade do ar; tivesse feito considerações aos pequenos edifícios dos anexos dos ministérios ou enfatizado a falta de comunicação entre os brasileiros. Fosse esse o desenvolvimento de seu texto, teria havido um problema de *coerência* em face do que dissera anteriormente.

Resumindo, a coerência por progressão linear consiste num tipo de coerência em que apenas a primeira frase do primeiro parágrafo serve de baliza para o desenvolvimento do texto todo. Essa frase é dividida em seus elementos semânticos constitutivos e cada elemento produz um novo parágrafo.

COERÊNCIA POR PROGRESSÃO CIRCULAR

Leitura

O dia seguinte em Canudos

Quem, no final da guerra contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, passou pelo arraial de Canudos dificilmente esquecerá o que viu. Um grupo de militares andava com a cabeça do Conselheiro. Distante dali algumas quadras, uma centena de pessoas (homens doentes, velhos, mulheres e crianças) aguardava que lhes viessem dizer qual seria seu destino. Milhares de soldados, ostentando tristeza no olhar e nos gestos, preparavam as mochilas para a viagem de volta. Enquanto isso nuvens de mosquito, atraídas pelo forte odor, incomodavam a todos.

Naquele dia, o comandante da força republicana decidira desenterrar o corpo de Antônio Conselheiro para retirar sua cabeça e enviá-la para estudos na capital. Ele havia morrido depois de longa resistência. Quando o exército republicano cercou Canudos, ele ainda quis resistir. Convocou seus comandados mais fortes e ordenou-lhes que lançassem uma ofensiva. Mas os homens, compreendendo que seria inútil qualquer reação, declararam-lhe que o melhor seria a rendição. Tendo vivido exclusivamente para a religião, para o *governo de Deus*, o Conselheiro não se entregaria ao que ele chamava de *governo dos homens*. Sabendo-se perdido, viu acelerar seu estado de inanição e há uma semana expirou, ouvindo o troar dos canhões a uma centena de metros.

Até aquele momento, tendo transcorrido dois dias, o comandante da área não decidira o que fazer aos poucos sobreviventes que não conseguiram *furar* o cerco e fugir pelas trilhas do sertão. Foram presos e se tornaram, num primeiro momento, objetos de curiosidade para os soldados do litoral. Eram crianças, velhos e mulheres junto a alguns

homens válidos que teimavam, mesmo sob a mira de armas modernas, a dar vivas ao Bom Jesus. Os soldados não sabiam se eles eram teimosos ou corajosos. O certo é que muitos ostentavam sinais de demência. Pouco depois um tenente viera anunciar-lhes que o comandante resolvera libertá-los.

Os soldados, quando viram os vencidos depois da vitória, compreenderam a inutilidade de seu esforço, pois, a julgar pelo estado de seus antagonistas, a guerra que empreenderam teve os emblemas da crueldade. Afinal, os habitantes de Canudos também eram brasileiros, com a diferença de que não tinham instrução nem conheciam o mundo além das fronteiras do sertão. Seu crime, aliás, tinha sido não os conhecer. Por isso, naquele momento, que em qualquer guerra seria de euforia, marcou-se pelo desalento dos vencedores que, apesar de estarem retornando para casa, deixavam miseráveis, famintos e sem esperança os patrícios contra quem vieram lutar.

Era impossível combater os mosquitos que pousavam em toda parte, pois centenas de bois foram abatidos no próprio campo de batalha para alimentar os combatentes e seus restos apodreciam a céu aberto. A preocupação do Estado Maior e do serviço médico era que os mosquitos, tendo passeado pela carniça, pousassem nos alimentos dos soldados, contaminando-os com bactérias que pudessem deflagrar contra eles uma ofensiva bacteriana mais atroz que a levada a efeito pelas forças de Antônio Conselheiro.

Temos, acima, um texto informativo. A função da linguagem predominante nesse tipo de texto, assim como em qualquer texto com finalidade prática é a referencial. O propósito desses textos é levar ao receptor uma informação acerca de um evento ou um assunto qualquer, colocando-o a par dos fatos relativos a quaisquer áreas de atividade. O conteúdo, nesses textos, deve apresentar-se com simplicidade formal (linguagem acessível, aberta, não rebuscada, não hermética) de modo a facilitar o processo de recepção.

Dentre os textos informativos destaca-se o jornalístico, em que o acontecimento, enquanto referente, é levado ao conhecimento do leitor em sua integridade. O texto, neste caso, torna-se mediador entre o que aconteceu e o leitor. Sendo assim, os jornalistas não podem incluir situações fictícias no fato concreto, a menos que essas situações sirvam a propósitos irônicos.

O texto acima contém cinco parágrafos. A frase inicial — *Quem, no final da guerra contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, passou pelo arraial de Canudos dificilmente esquecerá o que viu* — é, ao mesmo tempo, introdução geral do texto, pois o estado de espírito que ela suscita é comum a todos os parágrafos e frase-sujeito do parágrafo onde se situa, pois as outras frases — as frases-predicadas — listam os fatos que suscitam aquele estado de espírito. Desde o início há, portanto, uma preocupação em estabelecer a *amarração*, a tessitura do texto.

O que é mais importante, entretanto, neste tipo de texto é o fato de que o primeiro parágrafo enfeixa o conteúdo de todos os outros. Mais que uma introdução, ele é o resumo do texto. Poder-se-ia dizer, reportando-se ao texto, que o parágrafo inicial se relaciona com os quatro parágrafos seguintes da mesma maneira com que sua frase-sujeito se relaciona com as frases-predicado que o compõem. Isso aponta a questão da coerência textual, em que os diversos parágrafos desenvolvem um tema central *diluído* em todo o texto.

O aspecto que garante a coerência em textos com essa estrutura é a circularidade, haja vista que cada novo parágrafo retorna à introdução e se constrói a partir do desenvolvimento de uma de suas frases-predicado. Quando o conteúdo de uma frase-predicado se desloca para o interior do texto e se transforma em novo parágrafo, o redator a abandona e apropria-se da frase-predicado que a sucede, repetindo o mesmo procedimento. Eis porque denomino esse tipo de coerência de **Coerência por progressão circular**.

Vejam as frases-sujeito dos parágrafos de desenvolvimento deste texto e sua relação com as frases-predicado do primeiro parágrafo, para um melhor entendimento da estrutura de textos formados a partir dessa modalidade de coerência.

No 2º parágrafo, o período

Naquele dia, o comandante da força republicana decidira desenterrar o corpo de Antônio Conselheiro para retirar sua cabeça e enviá-la para estudos na capital.

é o desenvolvimento da seguinte frase do 1º parágrafo

Um grupo de militares andava com a cabeça do Conselheiro.

No 3º parágrafo, o período

Até aquele momento, tendo transcorrido dois dias, o comandante da área não decidira o que fazer aos poucos sobreviventes que não conseguiram *furar* o cerco e fugir pelas trilhas do sertão.

desenvolve a seguinte frase do 1º parágrafo

Distante dali algumas quadras, uma centena de pessoas (homens doentes, velhos, mulheres e crianças) aguardava que lhes viessem dizer qual seria seu destino.

No 4º parágrafo, a frase

Os soldados, quando viram os vencidos depois da vitória, compreenderam a inutilidade de seu esforço, pois, a julgar pelo estado de seus antagonistas, a guerra que empreenderam teve os emblemas da crueldade.

desenvolve a seguinte frase do 1º parágrafo

Milhares de soldados, ostentando tristeza no olhar e nos gestos, preparavam as mochilas para a viagem de volta

No 5º parágrafo, a frase

Era impossível combater os mosquitos que pousavam em toda parte, pois centenas de bois foram abatidos no próprio campo de batalha para alimentar os combatentes e seus restos apodreciam a céu aberto

é um desdobramento da seguinte frase do 1º parágrafo

Enquanto isso nuvens de mosquito, atraídas pelo forte odor, incomodavam a todos

Esquemáticamente temos a seguinte relação:

Frase-sujeito do 1º parágrafo

Quem, no final da guerra contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, passou pelo arraial de Canudos dificilmente esquecerá o que viu.

1ª frase-predicado do 1º parágrafo

Um grupo de militares andava com a cabeça do Conselheiro.

Frase-sujeito do 2º parágrafo

Naquele dia, o comandante da força republicana decidira desenterrar o corpo de Antônio Conselheiro para retirar sua cabeça e enviá-la para estudos na capital.

2ª frase-predicado do 1º parágrafo

Distante dali algumas quadras, uma centena de pessoas (homens doentes, velhos, mulheres e crianças) aguardava que lhes viessem dizer qual seria seu destino.

↑

Frase-sujeito do 3º parágrafo

Até aquele momento, tendo transcorrido dois dias, o comandante da área não decidira o que fazer aos poucos sobreviventes que não conseguiram *furar* o cerco e fugir pelas trilhas do sertão.

3ª frase-predicado do 1º parágrafo

Milhares de soldados, ostentando tristeza no olhar e nos gestos, preparavam as mochilas para a viagem de volta.

↑

Frase-sujeito do 4º parágrafo

Os soldados, quando viram os vencidos depois da vitória, compreenderam a inutilidade de seu esforço, pois, a julgar pelo estado de seus antagonistas, a guerra que empreenderam teve os emblemas da crueldade.

4ª frase-predicado do 1º parágrafo

Enquanto isso nuvens de mosquito, atraídas pelo forte odor, incomodavam a todos.

↑

Frase-sujeito do 5º parágrafo

Era impossível combater os mosquitos que pousavam em toda parte, pois centenas de bois foram abatidos no próprio campo de batalha para alimentar os combatentes e seus restos apodreciam a céu aberto.

O último parágrafo, ao mesmo tempo em que realiza o fechamento da ideia do primeiro, reforça, à guisa de conclusão, a ideia-geratriz expressa no primeiro período do texto. Retoma, portanto, a primeira frase-sujeito do texto, a frase que abre o primeiro parágrafo e dá uma resposta a ela, especificando-a.

Houve, pois, uma circularidade ao longo do texto. Essa circularidade garantiu a coerência, pois impediu que se fugisse ao tema.

COERÊNCIA POR PROGRESSÃO EM ESPIRAL

Leitura

O século da convivência

O século XX diferencia-se dos demais pela convivência entre vertentes estéticas distintas. Isso pode ser demonstrado pelo desenvolvimento do fenômeno literário, que vem

se tornando mais dinâmico à medida que os séculos avançam.

À medida que os séculos avançam as manifestações literárias se tornam mais dinâmicas no que diz respeito à velocidade com que surgem e desaparecem tendências estéticas opostas. Talvez o último século em que uma só vertente estética prevaleceu em todo ele, foi o XVII que é visto, em termos literários, como o século do Barroco. Primeira manifestação literária de alguma importância nesta parte do mundo, o Barroco não é considerado uma escola literária, na conclusão a que Antônio Candido chegou em sua *Formação da literatura brasileira*. Para ele, as produções literárias “que encontramos, no Brasil, em graus variáveis de isolamento e articulação, no período formativo inicial que vai das origens, no século XVI, com os autos e cantos de Anchieta, às Academias do século XVIII” são meramente *manifestações literárias*.

As manifestações literárias que, para Candido, não chegam a se constituir uma escola digna desse nome tiveram, no entanto, peso marcante na construção de nossa literatura e representam a repetição por aqui das formas e figuras prevalentes na parte civilizada do mundo de então. O Barroco é a estética da dúvida; retrata a angústia de um homem mergulhado em ansiedade, repartido entre as necessidades imediatas e a vontade de agradar a Deus. A linguagem dos textos refletiu este estado de espírito, pelo hermetismo que a caracterizou. Daí sua definição como conceptista e cultista, isto é, linguagem fechada em si mesma, sem compromisso com a inteligência da mensagem. Como o estilo de época reflete a cosmovisão de seu tempo, depreende-se que no século XVII o homem esteve fundamentalmente voltado para si mesmo e para a contemplação do transcendente. Eis o século da subjetividade.

O século da subjetividade foi sucedido pelo século da objetividade, cuja fronteira inicial recebeu em seu nascimento o nome de Arcadismo e marcou a vertente literária predominante no começo do século XVIII, uma opção estética oposta ao Barroco. A linguagem do texto árcade estabelece uma ruptura do rebuscamento, porque o homem, voltado agora para o universo à sua frente, é simples e privilegia o entendimento rápido e fácil dos discursos e da vida. O que interessa é a forma exterior dos objetos, pelo que a arte deve privilegiar o olhar e ser, dessa forma, descritiva. Essa estética indica que o século XVIII foi o século da objetividade em detrimento de outra postura que a contrariasse.

A postura que contrariou a objetividade recebeu a etiqueta de Romantismo e apareceu no século XIX. Se na maior parte desse século não houve uma efetiva convivência, é certo que ocorreu, ao contrário dos anteriores, uma sucessão: o Realismo sucedeu ao Romantismo. Este último poderia ser tomado, grosso modo, como uma revitalização das ideias subjacentes ao Barroco, ao passo que o Realismo poderia ser visto como um enriquecimento da estética árcade, visto que se vivia outro momento histórico enriquecido

por outras *filosofias*. Essa sucessão nos limites de um mesmo século apontou dois aspectos que o futuro viria confirmar: o dinamismo cada vez mais acentuado do fenômeno literário refletiu a convivência do subjetivo com o objetivo no mesmo tempo e espaço.

A convivência do subjetivo com o objetivo no mesmo tempo e espaço já se fez sentir na entrada do século XX, quando ainda havia o Realismo e sua poesia parnasiana convivendo com resquícios do Romantismo, como o Simbolismo e presenciando, antes do seu esgotamento, o início das produções pré-modernistas. Os postulados estéticos subjacentes a todas essas tendências permaneceram na cena literária brasileira ao longo do século até os dias de hoje, ora prevalecendo uma, ora outra, ora todas. Sabendo que são tendências situadas no polo da subjetividade e no da objetividade, verifica-se que o século XX é o século da convivência.

Nesse tipo de progressão temática a coerência é garantida a partir de um procedimento que consiste em repetir o final de um parágrafo anterior no começo do parágrafo seguinte. O tema é, dessa forma mantido, o que impede a incoerência pela ruptura temática.

Vimos, pois, três maneiras de se evitar que um texto se torne incoerente; ou seja, a **coerência por progressão linear**, em que o conteúdo semântico do texto está reunido na primeira frase do primeiro parágrafo, uma frase cujo potencial a qualifica como hipertemática. O redator sempre volta a essa frase quando da elaboração de cada novo parágrafo. Vimos ainda a **coerência por progressão circular**, em que o conteúdo semântico do texto está reunido no primeiro parágrafo. O redator volta a esse parágrafo e toma uma de suas frases para elaborar cada novo parágrafo e a **coerência por progressão em espiral**, em que a conclusão de cada parágrafo é empregada como introdução do parágrafo que o sucede.

Um mesmo texto pode lançar mão dos três tipos descritos. Aliás, um texto em que ocorre apenas um tipo de coerência tem sua leitura cansativa, porque toda previsibilidade é monótona.

A ARGUMENTAÇÃO E O TEXTO EXPOSITIVO-ARGUMENTATIVO

Leitura

Preservação, uma iniciativa urgente¹

A preservação do mundo natural é uma iniciativa urgente, porque muitas espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção. Algumas já foram exterminadas pelo desequilíbrio ecológico levado a efeito por iniciativas de desbravadores irresponsáveis que colocaram o lucro acima do bem-estar geral.

No Brasil, ainda hoje se praticam queimadas. Agricultores ignorantes derrubam o mato e o queimam para adubar a terra. Mas durante a queima, o fogo consome os micro-organismos que contribuem para a oxigenação e a adubagem do solo. Mesmo que uma ou outra espécie de insetos não tenha essa utilidade, sua existência contribui para a manutenção da cadeia alimentar e, dessa forma, para o equilíbrio do ecossistema. Além disso, a derrubada de árvores, sem os devidos critérios preservacionistas, causa erosão ao solo, um problema que, de acordo com Sebastião Salgado, nas páginas amarelas da revista *Veja* de 20 de janeiro de 1999, “está mudando a paisagem brasileira”. Na mesma entrevista ele afirma também que “miséria e devastação andam juntas”.

O ataque ao mundo animal está colocando em risco o bem-estar da espécie humana. Certas aves comem os insetos que atacam as lavouras. O aniquilamento delas ou sua extinção deixá-las-á sem a ação de seus predadores naturais. O resultado será sua multiplicação que levará à necessidade dos agrotóxicos. Estes, por sua vez, conduzem a duas consequências: contaminação dos alimentos e elevação do seu preço. Os agrotóxicos envenenam também os cursos d’água, comprometendo a vida dos peixes e da população ribeirinha.

A devastação, na medida em que empobrece o solo, inviabiliza a vida do agricultor pobre no campo, forçando-o a migrar para as cidades, o que conduz ao aumento dos problemas sociais dos grandes centros urbanos. Antigamente, cerca de 70% da população vivia no campo, hoje este número se inverteu.

Enfim, não se concebe que ainda hoje, quando se conhecem todos os riscos do desequilíbrio ambiental, não se tomam medidas que possam, pela via da conscientização ou da punição, impedir que o homem destrua a natureza animal e vegetal do mundo em que vive.

1. Este texto é uma cópia modificada de outro já reproduzido neste livro.

Quando falamos temos em mente o desejo de convencer nosso ouvinte de que a razão está conosco, pois nossos atos de linguagem apresentam um propósito, pelo que a **argumentação** é frequente em nosso discurso, chega a ser um aspecto inerente — por que não dizer imanente — a ele. Isso ocorre porque nossas crenças e visões acompanham cada ato por nós praticado, dentre estes, o nosso discurso.

As articulações argumentativas decorrem da progressão do texto em termos de um fluxo em que cada frase, período ou parágrafo seguinte reforça e prova a verdade contida no anterior; esse esforço de relacionar semântica e sintaticamente blocos textuais entre si faz parte do campo de estudo da coesão e da coerência textuais.

A separação entre dissertação e argumentação é tarefa difícil, pois uma interage com a outra na maioria dos textos expositivos. Enquanto a dissertação constitui-se numa exposição ou interpretação de um ponto de vista acerca de um aspecto da realidade, sem uma incursão contra ideias ou pontos de vista alheios, na argumentação o emissor tem o propósito de persuadir o receptor, modificando o ponto de vista deste acerca do assunto tratado, isto é, o autor trata determinada questão com mais ênfase.

Entretanto, se há nas dissertações necessariamente uma tese, é necessário que se apresente algum argumento para prová-la, isto é, mesmo nas exposições sem combate deve haver argumentação, que, por sua vez, “esteia-se em dois elementos principais: a consistência do raciocínio e a evidência das provas” (GARCIA, 1986, p. 371). Faraco e Moura (1997, p. 94) completam esta consideração, quando afirmam que, “para convencer alguém de alguma coisa, devemos utilizar a argumentação que só se torna eficiente quando apresentamos provas daquilo que falamos, quando nosso raciocínio é exposto de maneira lógica, com clareza e coerência”.

No texto de abertura desta parte, foi apresentado o ponto de vista de que é necessário preservar o meio ambiente, em seguida argumentou-se em defesa da tese apresentada, formulando, assim, uma argumentação. Vejamos os argumentos utilizados:

- a) muitas espécies já foram exterminadas.
- b) o fogo consome os micro-organismos que contribuem para a oxigenação e a adubagem do solo, quebrando a cadeia alimentar e gerando o desequilíbrio do ecossistema.
- c) a derrubada de árvores causa erosão do solo.
- d) Sebastião Salgado respondeu...
- e) os agrotóxicos elevam os preços dos alimentos, contamina-os e envenenam os cursos d'água.
- f) a devastação levou à migração para as cidades.

g) antigamente, cerca de 70% da população vivia no campo, hoje este número inverteu.

Os elementos argumentativos estão assim representados: nas letras **a**, **b**, **c**, **e**, **f**, fatos consumados; isto é, são exemplos. Na letra **d**, testemunho de autoridade. Na letra **g**, dado estatístico.

Lima (1980, p. 120) caracteriza a dissertação como conjunto “de juízos a respeito de determinado assunto, ou questão”. Para ele — dando sequência na mesma página —, a dissertação é um documento para registro “dos temas abstratos, dos problemas doutrinários, dos arrazoados jurídicos, das críticas, das teses, retrata as nossas reflexões, o uso judicioso de nossos conhecimentos, para a explanação — e não raro a sustentação — de pontos-de-vista”. Ao compor um texto dissertativo, o autor tem, portanto, o propósito de “*dar a conhecer*, ou *explicar*, certo modo de ver qualquer questão”, continua Lima (1980, p. 120), ou a pretensão de “*convencer* alguém de alguma coisa, buscando influir no ânimo do leitor por meio de argumentos, provas, etc.” (LIMA, 1980, p. 120). Conclui-se, portanto, que o texto será dissertativo ou argumentativo, de acordo com a pretensão subjacente à sua formulação, isto é, se tiver o escopo de dar a conhecer certo problema ou se, além disso, quiser convencer o receptor. Entretanto, a dissertação e a argumentação aparecem quase sempre integradas no mesmo texto, pois o emissor expõe e convence ao mesmo tempo.

A diferença entre esse tipo textual e os outros gêneros de composição reside no fato de que ele, ao contrário dos demais, “se caracteriza pela profundidade de análise, pela objetividade de conteúdo e forma, pela razão predominando sobre o sentimento” (FELIZARDO, 1969, p. 54), isto é, a dissertação não é um trabalho de arte literária e, por isso, o autor não tem ampliada sua liberdade de criação, esta é controlada pela objetividade.

Já faz parte do senso comum — afirma Rampazzo (2011, p. 20), no universo acadêmico, que o “mundo construído pela ciência aspira à **objetividade**: as conclusões podem ser verificadas por qualquer outro membro competente da comunidade científica, pois a racionalidade desse conhecimento procura despojar-se do emotivo, tornando-se impessoal, na medida do possível”. À objetividade, acrescento o **rigor** da linguagem, afinal, para “ser precisa e objetiva, a ciência dispõe de uma linguagem **rigorosa**, cujos conceitos são definidos de modo a evitar a ambiguidade” (RAMPAZZO, 2011, p.20). De fato, uma dissertação não admite ambiguidade em seu todo, nem em partes específicas. Qualquer ambiguidade invalida o esforço de pesquisa.

O texto de abertura deste capítulo é uma dissertação. A ideia principal está logo na frase-sujeito do parágrafo introdutório: “A preservação do mundo natural é uma iniciativa urgente, porque muitas espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção”. Para

sua composição, foi utilizada uma situação concreta, comprovada pelos estudiosos da ecologia, o que deu maior credibilidade ao propósito do texto.

A credibilidade é um aspecto essencial dos textos práticos e mais ainda dos expositivo-argumentativos, pois além de expor, o autor argumenta. Os fatos, devidamente comprovados, devem ser apresentados numa linguagem marcada pela função referencial, para que o leitor tome ciência de que o autor conhece o referente, que é o elemento da realidade explicitado no texto.

As frases-predicado do parágrafo em causa mantêm relação com a frase-sujeito, pois a esclarecem ou a desenvolvem, como ocorre com qualquer texto prático formulado de acordo com a dinâmica que orienta a formulação desses textos. A frase-sujeito fala de *preservação do mundo natural* como *iniciativa urgente* / ameaça de extinção sofrida por *muitas espécies animais e vegetais*. Tais considerações *forçam* o autor a seguir um plano que deve focar o elemento ecológico e a conscientização da sociedade acerca do problema.

O desenvolvimento foi constituído pelos parágrafos seguintes, que explicam as considerações citadas no primeiro. Passemos uma vista de olhos por suas frases-sujeito. No segundo parágrafo temos:

No Brasil, ainda hoje se praticam queimadas.

No terceiro encontramos:

O ataque ao mundo animal está colocando em risco o bem-estar da espécie humana.

No quarto parágrafo aparece:

A devastação, na medida em que empobrece o solo, inviabiliza a vida do agricultor pobre no campo, forçando-o a migrar para as cidades, o que conduz ao aumento dos problemas sociais dos grandes centros urbanos.

Por último:

Enfim, não se concebe que ainda hoje, quando se conhecem todos os riscos do desequilíbrio ambiental, não se tomam medidas que possam, pela via da conscientização ou da punição, impedir que o homem destrua a natureza animal e vegetal do mundo em que vive.

Cada frase-sujeito dos parágrafos de desenvolvimento amplia um aspecto tratado na frase-sujeito do primeiro parágrafo e, por extensão, nas frases-predicado deste, isto é, na introdução como um todo. No corpo dos respectivos parágrafos ocorrem as frases-

predicado que desenvolvem suas respectivas frases-sujeito. Apenas para lembrar, temos uma coerência por progressão circular.

Enquanto as frases-predicado, em todos os parágrafos, fundamentam pormenorizando a ideia contida na respectiva frase-sujeito, os parágrafos de desenvolvimento voltam-se para a ideia exposta na introdução, fundamentando-a e pormenorizando-a, o que gera duas ordens de relação: interna no parágrafo entre a frase-sujeito e as frases-predicado e externa entre os parágrafos de desenvolvimento e o de introdução, cuja ideia-geratriz é a fonte que serve de baliza para o restante do texto.

Sendo assim, não só o texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão; esses elementos fazem parte, também, da estrutura de cada parágrafo, pois todos contêm frase-sujeito (introdução), frases-predicado (desenvolvimento) e fechamento (conclusão). Esta última que, no texto, é obrigatória; no parágrafo é opcional. Vejamos a seguir, um parágrafo constituído pelos três elementos, em que a parte sublinhada é a introdução, a parte em *itálico* é o desenvolvimento e a parte em **negrito** é a conclusão.

Mais que um fenômeno meteorológico, a falta de chuva no Nordeste brasileiro é um problema social. *A estiagem prolongada afeta a agropecuária; não é rara a perda das plantações de cereais tostadas pelo Sol inclemente. O gado, sem alimento, perambula por pastos secos até a inanição e a morte. Os sertanejos, por seu turno, sofrem em decorrência da falta de comida, de trabalho e de esperança. Só lhes resta partir em busca de um lugar que lhes ofereça melhores condições. Entretanto, raramente vão para uma nova frente de trabalho no campo, de modo a aproveitar sua experiência de agricultores; buscam, ao contrário, as grandes cidades do centro e do Sul que têm pouco a oferecer.* **Por isso, em seu novo destino, resta-lhes ocupar um espaço numa favela, recrudescendo os problemas sociais da falta de moradia, do desemprego, da fome e da falta de perspectiva, que já são graves nas grandes cidades brasileiras.**

CLAREZA E CONCISÃO

O redator deve privilegiar a clareza em sua exposição, lançando mão de estratégias que facilitam a decodificação do texto. Seu pensamento deve claro, expresso em linguagem clara. A inteligibilidade e a apreensão do texto serão sempre mais eficientes quanto mais o texto for conciso. Clareza e concisão estão intimamente relacionadas. Ao falar de concisão ouvimos ecos de clareza.

Um texto conciso apresenta-se com economia de palavras, nele são empregados apenas os vocábulos necessários, não há floreios. O redator se faz compreender através das palavras essenciais à expressão de seu pensamento, privilegiando aquelas que são, de fato, necessárias à perfeita comunicação das ideias e evitando o que for desnecessário,

a *prolixidade*, que se define pelo emprego de frases, palavras e expressões supérfluas, pela repetição de fatos, cenas e aspectos já descritos, e pelo abuso de orações subordinadas que, em excesso, em vez de esclarecer o objeto a que se referem contribuem para torná-lo confuso. O excesso de orações subordinadas em vez de revelar o objeto, o ocultam. Da mesma forma, frases longas comprometem o sentido do texto. A parcimônia verbal, entretanto, deve ser feita com cuidado para não comprometer o conteúdo e, por extensão, o sentido. Enfim, todo exagero deve ser evitado, tanto o exagero por excesso quanto a economia exagerada de conceitos e frases.

É necessário atentar também para o fato de que uma palavra repetida várias vezes banaliza-se no texto, levando ao comprometimento não só semântico como também estético, o que gera até mesmo uma leitura desagradável. Vejamos um exemplo caótico, visto que, além da repetição de palavras, ocorreu também problema na camada acústica:

Pedro, um médico, acorda cedo com muita pressa de chegar ao *hospital*, porque é época de *carnaval* e o *hospital* está atendendo três vezes mais que o *normal*.

Banalizou-se uma sequência sonora. O problema pode ser resolvido substituindo palavras e alterando a estrutura da frase:

Pedro, um médico, acorda cedo, com pressa de chegar ao centro de saúde sobrecarregado com uma maior quantidade de pacientes, pois é época de carnaval.

A frase reestruturada resolveu o problema da redundância (da repetição de palavras), mas gerou outro (de clareza): afinal é Pedro ou o hospital que está sobrecarregado de pacientes. É necessário reestruturá-la mais uma vez:

Como é época de carnaval, o centro de saúde onde Pedro trabalha está sobrecarregado de pacientes, motivo por que ele acorda mais cedo.

A última reestruturação acima chamou a atenção para outro aspecto que precisa ser enfocado quando se fala de clareza, isto é, a questão da **ambiguidade ou duplicidade** de sentido, um defeito que desorienta o leitor no momento de decodificar o conteúdo da frase. Vejamos alguns exemplos de frases ambíguas:

Vi Maria com sua mãe chegando à igreja. (A ambiguidade aqui vem da dúvida sobre saber de quem é a mãe; isto é, de Maria ou da pessoa com quem falo?)

Tenho dito ao nosso colega que vou lhe devolver o livro. (A ambiguidade aqui vem da dúvida sobre saber a quem se deve devolver o livro: ao colega ou à pessoa com quem falo?)

Sua permanência entre nós foi ruidosamente festejada por todos os cronistas mundanos e também por algumas das mais famosas mulheres da sociedade, que o homenagearam com jantares e recepções. (A ambiguidade remete à descoberta sobre quem é, de fato, o antecedente, pois não está claro se o antecedente é apenas mulheres da sociedade, ou estas e os cronistas mundanos.)²

Santos, para quem os fatores que podem trazer prejuízo à clareza são “a má disposição das palavras na frase, a pontuação incorreta, as intercalações excessivas, ou, ainda, a omissão inadvertida de certos termos ou expressões” (SANTOS, s/d, p. 39), também ilustra a falta de clareza com algumas frases. Vejamos esta:

Por falta de dinheiro, comprava artigos para homens de inferior qualidade. (Observe que a expressão ‘de inferior qualidade’, que se refere a ‘artigos para homens’, foi deslocada, tornando a frase obscura) (SANTOS, s/d, p. 39). Neste caso, restou a pergunta: a qualidade inferior tem a ver com os homens ou com os artigos?

No exemplo seguinte de Eça de Queiroz também ocorre falta de clareza:

Carlos continuava calado. Compreendia bem o Ega — e quase sentia um remorso daquela sua rígida reserva. Mas era como um pudor que o enleava, lhe impedia de pronunciar sequer o nome de Maria Eduarda. Todas as suas outras aventuras as contara ao Ega; e essas confidências constituíam talvez mesmo o prazer mais sólido que elas lhe davam.

(Eça de Queiroz. *Os Maias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p. 242)

O leitor terá um trabalho a mais para descobrir a quem o pronome *lhe* se refere, no exemplo de Eça acima, ou seja, *essas confidências constituíam talvez mesmo o prazer mais sólido que elas davam a quem?* Ao Ega ou ao Carlos? Mas em se tratando a texto literário, a ambiguidade é, às vezes, até mesmo um aspecto positivo, pois o leitor deve ser ver como parte da obra, no sentido de se constituir o segundo autor e, portanto, tem liberdade para decidir o referente em vários momentos da leitura. No entanto, quando se tratar de texto acadêmico, a ambiguidade deve ser vista como defeito e evitada a qualquer custo.

Convém que o redator siga a tendência contemporânea de construção do período. Nosso tempo caracteriza-se pelo dinamismo; a pressa deixa sua marca em toda atividade humana de nossos dias. O leitor precisa, com a rapidez que exige o ritmo da vida moderna, apreender o pensamento do autor sem perda de tempo; daí a necessidade de se evitarem divagações. O período longo que

2. Cf. LIMA, Rocha; BARBADINHO NETO, Raimundo. *Manual de redação*. 2.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

caracterizou autores do século passado, vem sofrendo uma expressiva diminuição. A construção de frases curtas amolda-se à tendência prática e comodista da época atual, em que as palavras são escolhidas de forma a expressarem mais objetivamente o pensamento, evitando o supérfluo, o mero ornamento (SANTOS, s/d, p. 39).

Mas essa solução traz outra preocupação, isto é, quanto mais se reduz o período, mais se valoriza a palavra, fazendo com que ela seja escolhida mais cuidadosamente. Como um período longo tem maior probabilidade de ser pouco claro, a redução no tamanho da frase indica que o autor privilegia, dentre outras virtudes, o pensamento claro, por meio de palavras que possam esclarecer em vez de obscurecer o objeto.

A opção pela estrutura da frase sofreu transformação nos últimos tempos, visando à valorização da ordem direta em que os termos são colocados numa sequência que começa pelo sujeito, daí para o verbo e deste para os complementos e adjuntos. Essa sequência vem sendo praticada em detrimento da ordem indireta; isto é, valoriza-se o estilo em que as palavras surjam dispostas harmonicamente na oração, e as orações, no período. O discurso na ordem direta é sempre mais claro.

Dependendo dos receptores a quem a mensagem for transmitida, um texto com expressões em língua estrangeira pode ficar pouco claro. Recomenda-se ao redator que privilegie a forma correspondente em língua portuguesa. Se isso não for possível, deve-se colocar a expressão estrangeira entre aspas ou em itálico.

O preciosismo (rebuscamento da linguagem) é outro defeito que se opõe à clareza, pois o uso inadequado e abusivo de palavras e expressões eruditas nada acrescenta à elegância da frase, além de torná-la confusa. O redator precisa, dessa forma, evitar o desejo de surpreender o leitor com erudição desnecessária. Ele deve surpreender o leitor com uma mensagem clara.

FUNÇÕES DA LINGUAGEM³

A linguagem deve adequar-se às diferentes situações de comunicação, que se relacionam, por sua vez, ao objetivo que o expositor pretende atingir com a mensagem. A linguagem deve ser apropriada ao que se pretende transmitir, de modo a contribuir para manter o sentido. Por essa razão, a comunicação em processo exige uma mensagem construída de acordo com a função de linguagem predominante, visto que esta, na concepção de Lopes (1979, p. 56), “pode servir para transmitir um conteúdo intelectual, exprimir (ou ocultar) emoções e desejos, para hostilizar ou atrair pessoas, incentivar

3. Nas funções da linguagem dei preferência para Jakobson. Encontrei outras fontes de referência igualmente importantes e competentes. A preferência por Jakobson se deu, no entanto, porque, à época, era o pesquisador das funções da linguagem mais conhecido na academia e sua linguagem, nas citações, tem uma inquestionável “pegada” pedagógica e didática.

ou inibir contatos e ainda pode, bem simplesmente, servir para evitar o silêncio”. Para documentar e argumentar de modo mais enfático essas questões, chamemos Jakobson (s/d, p. 122-123) para nos ajudar. Segundo ele, a linguagem

deve ser estudada em toda a variedade de suas funções [...]. Para se ter uma ideia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo linguístico [...]. O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou “referente”, [...]), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário [...] e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.

Jakobson propõe o seguinte esquema didático⁴ para melhor esclarecer a relação entre as funções da linguagem e o elemento em que cada uma delas está centrada.

	REFERENCIAL (contexto)	
EMOTIVA (remetente)	POÉTICA (mensagem)	CONATIVA (destinatário)
	FÁTICA (contato)	
	METALINGÜÍSTICA (código)	

A linguagem em sua função referencial centra-se sobre o contexto (sobre o referente); em sua função emotiva, volta-se para o remetente; centra-se no destinatário se a função for a conativa; é poética se voltar-se para a própria mensagem. Volta-se para o contato se for fática e para o código se for metalingüística.

A função de linguagem predominante na mensagem é que determina sua estrutura, isto é, a seleção de palavras, a pontuação e a organização da frase, de modo que ocorra uma adequação entre “os meios utilizados com o efeito visado” (JAKOBSON, s/d, p. 120). Jakobson (s/d, p. 120) continua asseverando que prevalece na comunicação diária “um pendor para o referente, uma orientação para o CONTEXTO — em suma, a chamada função REFERENCIAL, ‘denotativa’, ‘cognitiva’”. Se na linguagem com fins práticos prevalecer a função referencial, na linguagem criativa (texto literário), a função dominante será a poética. Não há, entretanto, uma função única na mensagem, mas uma hierarquia em que

4. Cf. Roman Jakobson. *Linguística e comunicação*, s/d: 123 e 129. Jakobson propõe dois quadros, mas preferi juntá-los em um só para facilitar a visualização.

uma delas prevalece sobre as demais de acordo com o objetivo imediato da comunicação.

REFERENCIAL OU DENOTATIVA

Centrada no contexto, esta função privilegia o referente. É a linguagem própria dos textos práticos: *argumentativos*, *dissertativos*, *informativos*, *instrutivos*, que visam a transmitir uma informação ou um ensinamento, traduzindo a realidade em seus aspectos imanentes. Quando há predominância da função referencial, o texto é tão somente mediador entre o objeto que descreve, analisa ou a que se reporta e o leitor, como nos dois exemplos abaixo em que são mostradas situações práticas sem alterá-las, isto é, sem uma intromissão subjetiva do emissor que poderia desfigurar o objeto apresentado. Os textos caracterizam-se pela preocupação em transmitir um ensinamento, uma informação.

Atualmente, os pais têm pouco tempo para dedicar aos filhos, que, privados do diálogo no lar, saem às ruas inconscientes das inúmeras armadilhas em cada esquina. Não se trata de viver amedrontados, mas os jovens precisam saber que a vida é, ao mesmo tempo, preciosa e frágil; dessa forma, evitarão os excessos que têm marcado a geração do limiar do terceiro milênio.

O século XX destaca-se pela polarização. O desenvolvimento do capitalismo recrudescer a *migração* da riqueza para um dos polos, deixando o outro na miséria absoluta ou no limiar da inanição. Isso vale tanto para os homens, isoladamente, como para as nações. No caso destas, as mais ricas vêm explorando desavenças regionais entre os países subdesenvolvidos — ou emergentes, como se prefere dizer hoje —, para vender armamentos, aumentando a miséria destas e sua própria riqueza.

EMOTIVA OU EXPRESSIVA

“Centrada no remetente, visa a uma expressão de quem fala em relação àquilo de que está falando. Tende a suscitar a impressão de uma certa emoção” (JAKOBSON, s/d, p. 123). Visto que a função de linguagem predominante é que determina a seleção das palavras, a pontuação e a organização da frase, na função emotiva a linguagem tende a conter inúmeras interjeições.

Sendo uma mensagem centrada na própria pessoa que fala (remetente), é de se esperar que o texto seja escrito em primeira pessoa, caracterizando-se pela subjetividade. A primeira pessoa, neste caso, não é aspecto exclusivo, mas apenas predominante, pois há, em menor quantidade, textos em terceira pessoa que também apresentam a função emotiva, é o que ocorre quando o autor fala de si mesmo como se falasse de outra pessoa. O que vai definir a função é, portanto, o tipo de linguagem. Quando empregada com esta

função, a linguagem, às vezes, suscita estados que apontam para o remetente, mas pode também exemplificar a função poética, como é o caso dos dois exemplos a seguir, em que as duas funções estão claramente inscritas.

Perdoa-me, visão dos meus amores,

Se a ti ergui meus olhos suspirando!...

Se eu pensava num beijo desmaiando

Gozar contigo a estação das flores!

(Azevedo, Álvares de. *Poesia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969. p. 82)

Oh! que saudades que tenho

Da aurora da minha vida,

Da minha infância querida

Que os anos não trazem mais!

Que amor, que sonhos, que flores,

Naquelas tardes fagueiras

À sombra das bananeiras,

Debaixo dos laranjais!

(Abreu, Casimiro de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1973. p. 20)

CONATIVA OU APELATIVA

Como se volta para o destinatário, esta função marca-se pelo predomínio do vocativo e do imperativo. A característica que a distingue consiste no convencimento exercido pelo emissor junto ao receptor, como nas propagandas ou textos publicitários. Comparativamente, podemos estabelecer uma relação entre esta função e a anterior, isto é, enquanto aquela está centrada em quem fala, esta aponta quem está ouvindo.

São Pedro — Vejam a paisagem! Que maravilha, meus filhos! Venham ver o mapa-múndi!

(Andrade, Oswald de. *Obras completas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 8)

E tu dormes, ó Piaga divino!

E Anhangá te proíbe sonhar!

E tu dormes, ó Piaga, e não sabes,

E não podes augúrios cantar?!

FÁTICA

Esta função predomina nas mensagens formuladas “para prolongar ou interromper a comunicação” (JAKOBSON, s/d, p. 126), estabelecendo, dessa forma, o contato. São expressões do tipo: *Bom dia!*; *Oi!*; *Pronto!*; *Alô!*; *Está me ouvindo?*; *Atenção!*.

— Por que é que acabaram os conventos? Diga-me!

(Eça de Queiroz. *Os Maias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996)

— Peço-lhe apenas um favor.

— *Diga*.

— Que me leve ao cinema hoje.

Como ele não respondeu, insisti:

— *Está me ouvindo?* Eu pedi para você me levar ao cinema

— *Repita*.

— *Atenção!* — gritei — Quero ir ao cinema!

METALINGUÍSTICA

A mensagem em que predomina a função metalinguística fala da própria linguagem. Trata-se de um discurso que, centrado no código, com ele se preocupa, isto é, o código é explicado por ele mesmo, como neste exemplo: “— que quer dizer?, pergunta quem ouve ... e quem fala, antecipando semelhantes perguntas, indaga: — Entende o que quero dizer?” (JAKOBSON, s/d, p. 123).

Sendo uma mensagem sobre a linguagem de que se serve, a função metalinguística é predominante durante a aquisição da fala pela criança e na aquisição de outra língua por qualquer falante. A linguagem dos livros de gramática é também metalinguística, assim como a linguagem das músicas que pretendam ensinar sobre música ou dos filmes que discorram sobre cinema ou ainda o texto jornalístico que trata de jornalismo.

Numa função metalinguística pode haver, de forma marginal, não predominantemente, outras funções como a fática e a conativa, por exemplo. A linguagem com a função metalinguística tem um referente que é a própria linguagem, sendo assim, há uma íntima relação entre esta função e a *referencial*. Vejamos os dois exemplos abaixo. No primeiro, Olavo Bilac emprega a poesia para falar sobre o que considera a construção ideal de uma de estrofe; no segundo, Manuel Bandeira usa o mesmo recurso para expor sua opinião

acerca do lirismo.

Profissão de fé

Invejo o ourives quando escrevo:
Imito o amor
Com que ele, em ouro, o alto-relevo
Faz de uma flor.

Imito-o ...

[...]

Quero que a estrofe cristalina,
Dobrada ao jeito
Do ourives, saia da oficina
Sem um defeito:

(In Goldstein. *Olavo Bilac*: Literatura Comentada. São Paulo: Ática, 1980. p. 12)

Estou farto do lirismo comedido
Do lirismo bem comportado
Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente
protocolo e manifestações de apreço ao Sr. Diretor.
Estou farto do lirismo que para e vai averiguar no dicionário
o cunho vernáculo de um vocábulo.

[...]

Quero antes o lirismo dos loucos
O lirismo dos bêbados
O lirismo difícil e pungente dos bêbados
O lirismo dos clowns de Shakespeare

— Não quero mais saber do lirismo que não é libertação

(Bandeira, Manuel. *Estrela da vida inteira*. 8.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. p. 98)

POÉTICA

“O pendor para a MENSAGEM como tal, o enfoque da mensagem por ela própria, eis a função *poética* da linguagem” (JAKOBSON, s/d, p. 127-128). O objetivo do emissor

consiste em privilegiar a elaboração da mensagem. O que conta é a construção do texto. O sistema sintático da língua articulado ao conteúdo semântico das palavras canoniza as formas de seleção e combinação destas em frases, bem como a estruturação dos textos; mas se o autor da mensagem estiver atuando em termos da função poética, as palavras e as frases tornam-se instrumentos da arte literária, em que o cuidado na seleção e combinação transcende ou pode transcender o cânone sintático.

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
Mas o bom negro e o bom branco
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

(Andrade, Oswald de. *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 89)

Vou-me embora pra pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra pasárgada.

(Bandeira, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974. p. 425)

No outro dia o herói acordou muito constipado. Era porque apesar do calorão da noite ele dormira de roupa com medo da Caruviana que pega indivíduo dormindo nu. Mas muito gangento com o sucesso do discurso da véspera.

(Andrade, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Martins, 1978. p. 121)

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA DISSERTAÇÃO

IDEIA PRINCIPAL

Leitura

A Unesco transformou Brasília em patrimônio cultural da humanidade. Esta decisão respaldou-se não apenas na beleza da cidade como também em sua originalidade. Os arquitetos inspiraram-se em propostas de construção já tornadas canônicas e reinventaram uma cidade diferente em que prevalece o jogo entre o reto e o curvo sem qualquer rebuscamento. Aboliram-se esquinas, harmonizando também a cidade ao cerrado circundante que convive com prédios e casas sem um macular o outro. O forasteiro que visita a cidade não enxerga um lugar em que pessoas de diferentes classes sociais convivem lado a lado, pois as construções são padronizadas, o que camufla as diferenças sociais.

O estudo da ideia principal ocupa lugar de destaque nas discussões sobre a produção de textos acadêmicos. A ideia principal faz parte dos parágrafos. Ela contém a constante semântica que controla o parágrafo. A constante se encontra na frase-sujeito, onde ocupa a camada semântica que guarda o sentido da frase; enfim, a ideia principal guarda, de forma resumida, o conteúdo do parágrafo. Ela é necessária na leitura, sobretudo, à atividade de sintetização textual, pois, para resumir um texto, recomenda-se, como atividade primeira, identificar e registrar as frases-sujeito de cada parágrafo para só então redigir o resumo. Da mesma forma, para produzir textos, é necessário que se formulem ideias principais que ocupem frases geratrizes (as frases-sujeito), pois esse tipo de solução contribui para impedir a fuga do objetivo que se pretende atingir com a elaboração do parágrafo, haja vista que a ideia principal carrega o objetivo que serve de norte ao parágrafo. A “prisão” a uma ideia principal, na medida em que impede fuga ao tema, garante a coerência.

A formulação da frase-sujeito não é, entretanto, a primeira tarefa no processamento da redação, visto que se aconselha partir da delimitação do assunto e, depois de fixado o objetivo, formular a ideia principal, que deve apresentar um conteúdo genérico, sendo formulada de tal maneira que possa ser desenvolvida nas outras frases do parágrafo, isto é, nas frases-predicado. A construção da ideia principal é, considerando as postulações acima, a terceira tarefa no processo de elaboração de uma redação.

Transcendidos os limites impostos pelas frases-sujeito, constroem-se as frases-predicado, em que se esclarece a ideia principal por meio de ilustrações, exemplos, analogias e outros recursos empregados na progressão textual. Leiamos, a título de ilustração, o parágrafo seguinte:

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentado com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religiosos de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, do posto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativo, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação.

(NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. p. 48)¹

O primeiro período do parágrafo acima contém a ideia principal que, no caso em tela, é uma afirmação que pede exemplos ou esclarecimentos, que induz perguntas como esta: se em outros países a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, como se deu semelhante ação no Brasil? Trata-se de um parágrafo que, implícita ou explicitamente, deve ser desenvolvido por comparação, pois é isso que vem à tona na frase-sujeito, afinal, se “em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso” é porque há países em que tal propaganda se deu de modo diverso. Ao responder a pergunta, o autor desenvolve a ideia principal contida na frase-sujeito que, dessa forma, orienta o parágrafo como um todo, garantindo, assim, sua coerência com o tema do texto. O tema, aliás, é *abolicionismo*.

A frase-sujeito deixa implicitamente registrado que, no Brasil, o clero não se importou com a situação dos escravos. Essa frase reúne o sentido do parágrafo. No caso presente a frase realiza essa operação com tal ênfase que se chega a cogitar que não é necessário o registro de novas informações a respeito da questão, mas o leitor precisa ficar convencido de que a proposição é verdadeira. Causa estranheza ao leitor que a igreja, cuja existência se justifica pela luta em prol da liberdade das pessoas e na pregação do amor e das atitudes que lhe são conexas, pudesse deixar os escravos à mercê dos feitores. Isso indica que devem ser empregadas estratégias argumentativas para convencer o leitor. Essas estratégias diluem-se nas frases-predicado, cuja função é esclarecer e reforçar a ideia principal contida na frase-sujeito. Eis a frase:

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentado com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas.

1. . Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>>. Acesso em 01/06/2022).

O período seguinte estabelece a comparação, afirmando como se dá a questão no Brasil:

Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religiosos de senhores e escravos.

Esses dois períodos complementares entre si abrem caminho para a argumentação que aparece em tom de denúncia nas demais frases-predicado que avançam para a conclusão:

A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação.

TESE

Leitura

Preservação, uma iniciativa urgente

A preservação do ambiente natural é uma iniciativa urgente, porque muitas espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção.

Desde várias décadas, a imprensa tomou para si a tarefa de denunciar os desmandos cometidos contra o ecossistema. Por meio dela tomou-se conhecimento das conclusões a que chegaram os estudiosos do assunto. Soube-se, por exemplo, que muitas espécies não existem hoje, porque foram exterminadas em decorrência do desequilíbrio levado a efeito por iniciativas de desbravadores irresponsáveis, que colocaram o lucro acima do bem-estar geral.

No Brasil, ainda hoje se praticam queimadas nas áreas mais distantes. Agricultores derrubam o mato e o queimam, acreditando que os resíduos da queima adubam a terra. Mas ocorre o contrário, pois o fogo consome os micro-organismos que contribuem para a oxigenação e, conseqüentemente, para a adubagem do solo. Mesmo que uma ou outra espécie de insetos não tenha esta utilidade, sua existência contribui para a manutenção da cadeia alimentar e, dessa forma, para o equilíbrio do ambiente natural.

O ataque ao mundo animal é um fator de risco para a espécie humana. Certas aves comem os insetos que atacam as lavouras. O aniquilamento delas ou sua extinção poderá deixar os insetos sem a ação de seus predadores naturais. O resultado será sua multiplicação que levará à necessidade de agrotóxicos. Estes conduzem a duas conseqüências: contaminação dos alimentos e elevação do preço destes.

Enfim, não se concebe que, ainda hoje, quando se conhecem todos os riscos do desequilíbrio ambiental, não se tomaram medidas que pudessem, pela via da conscientização ou da punição, impedir que o homem venha a destruir a natureza animal e vegetal do mundo em que vive.

A tese não é exatamente uma centena ou mais de folhas que se manda encadernar para a banca avaliar a pertinência de um trabalho de doutorado. Esse nome “pegou” pelo hábito, por associação, pois tese é o *ponto de vista* do autor acerca de determinado problema, da forma como encara determinada questão ou assunto, como a defende. Ela se traduz por meio das hipóteses levantadas na discussão do problema, isto é, diante de um assunto qualquer o autor aponta alternativas para discuti-lo ou solucioná-lo. Um exemplo disso pode ser tomado quando o aluno, em face da violência na escola, levanta a hipótese de que a causa de tal problema seja a *falta de diálogo no lar*. A partir daí, escreverá um texto, aproveitando seus conhecimentos ou experiências ou fará uma pesquisa bibliográfica, entrevistará especialistas, pais e religiosos e escreverá o trabalho para demonstrar que seu ponto de vista (sua tese) está correto.

A tese defendida no texto *Preservação, uma iniciativa urgente* pode ser encontrada já no próprio título e faz parte do primeiro parágrafo. Essa tese orientou a composição do texto *em torno* da ideia de que *a preservação do ambiente natural é uma iniciativa urgente* (primeira oração do primeiro parágrafo). Os parágrafos de desenvolvimento e a conclusão do texto estão, portanto, direcionados para a demonstração da tese, havendo, dessa forma, coerência entre as diferentes partes do texto.

Nem sempre a tese (ponto de vista) é encontrada na introdução do texto, por isso, num exercício para encontrá-la, é necessário que se leia o texto todo a fim de extrair o ponto de vista. Mesmo nos textos em que ela se apresenta no primeiro parágrafo, não é conveniente o leitor extraí-la sem uma leitura do texto, visto não ser raro o elemento textual que se parece com a tese pode vir expresso na linguagem da ironia e significar o oposto do que se está afirmando.

PROGRESSÃO TEMÁTICA E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO

A progressão temática remete à coesão e à coerência textuais, isto é, à interação entre as camadas superficial (horizontal = relação entre as partes por meio de partículas de ligação) e profunda (vertical = sentido) no desenvolvimento do texto. Koch (1984, p. 21) é de opinião que “o discurso, para ser bem estruturado, deve conter, implícitos ou explícitos, todos os elementos necessários à sua compreensão, deve obedecer às condições de **progresso** e **coerência**, para, por si só, produzir comunicação: em outras palavras, deve constituir um **texto**”. Existem, pois, *condições de progresso*. Não se trata, portanto, de se pôr a escrever sem a preocupação com o *avanço* do texto, com sua tessitura. A tecelã não vai amarrando as linhas ao acaso, ela segue um padrão (um plano) que possibilita ao tecido se tornar, de fato, um tecido. Assim, somos nós, não podemos ir escrevendo frases depois de frases sem um plano pré-estabelecido.

Progresso supõe *avanço*, caminhada. Partindo desse pressuposto, a *progressão temática* consiste na amplificação do tema, ocorrendo a partir do alongamento de uma ideia que, por sua vez, não se dá isoladamente, mas pela articulação (coesão) com outras ideias que a enriquecem. Sendo assim, estamos falando de *progressão temática* quando nos reportamos à atividade de enriquecimento de um contexto lexical ou frasal por meio dos recursos disponíveis para a modificação do vocábulo e para a construção, sucessivamente, do parágrafo e do capítulo: exemplos, sinônimos, recursos sintáticos e figuras de estilo.

“O discurso como encadeamento sintagmático implica a condensação de sequências que a leitura opera, decifrações parciais e progressivas que avançam por contiguidade e nos remetem retrospectivamente à sua totalidade enquanto sentido clausurado” (SARDUY, 1979, p. 174). De fato, o texto forma-se a partir de uma sequência de palavras, frases e períodos colados (coesos) entre si, de modo que, quando lido, possa gerar uma série de sub-blocos, isto é, de partes independentes, no sentido de que uma não pode ocupar o espaço da outra ou substituí-la, daí o *avanço por contiguidade*. A relação de independência entre as partes do texto esvazia-se, no entanto, em função da relação necessária entre as partes e a relação destas com a *totalidade enquanto sentido clausurado* do texto; isto é, uma parte depende da outra para recuperar seu sentido ao longo do texto.

Os parágrafos são, a partir da frase-sujeito, exemplos de *progressão temática*, visto que a ideia central se desenvolve através de ilustrações, analogias, figuras e outros recursos diluídos nas frases-predicado que contêm as ideias secundárias, cuja função é desenvolver e explicar o conteúdo expresso na frase-sujeito. Isso só se dá quando o autor conhece suficientemente o tema a desenvolver de modo que possa ampliá-lo.

A *progressão temática* pode se dar a partir do desenvolvimento dos sintagmas nominais e verbais até o texto completo, passando pela frase e período. A frase *João chegou* apresenta-se com parcimônia vocabular, visto girar em torno de apenas dois sintagmas (nome e verbo), devendo, por isso, ser desenvolvida (enriquecida) com expressões que expliquem as palavras que a formam. Vejamos: *João chegou tarde*. O verbo *chegar* foi modificado a partir de seu enriquecimento pelo advérbio *tarde*. Outros advérbios poderiam tornar a frase mais completa, como no exemplo: *João chegou tarde ao escritório, porque o ônibus que tomou era muito lento*. Neste caso a progressão recebeu outros advérbios. Pode-se também enriquecer atribuindo circunstâncias ao sujeito: *João, meu colega de trabalho, chegou tarde ao escritório, porque o ônibus que tomou era muito lento*.

Desta frase enriquecida podem-se derivar alguns temas, tais como: *a situação do trânsito nas grandes cidades, o treinamento de motoristas, o comprometimento das empresas de transporte urbano com o horário dos passageiros*. Os temas geram frases-sujeito que, desenvolvidas, transformam-se, por sua vez, em parágrafos que se sucedem até que cheguem a formar um capítulo. Vejamos uma frase-sujeito possível para o primeiro deles: *há um descompasso entre o aumento dos veículos em circulação e a construção de novas vias públicas ou a ampliação das existentes*. A progressão temática, neste caso, poderia se dar por meio de exemplos em que o autor tomaria uma rua específica e faria seu histórico nos últimos anos, mostrando como era e como é, ou o autor lançaria mão de uma história, um fato ocorrido para ilustrar a frase-sujeito citada. Em todos os casos haveria uma ampliação (progressão) ou enriquecimento do tema.

O CONCEITO DE AMARRAÇÃO EMPREGADO AO TEXTO

Em todo relatório de pesquisa, como de resto em toda redação há um elemento que faz a amarração, isto é, um elemento que funciona como uma geratriz. Quando construímos a introdução, consciente ou inconscientemente, anotamos a entidade que amarra o texto, aquele elemento que garante a coerência. Os outros elementos circulam em torno dessa entidade central. Na introdução a seguir, por exemplo, o ente que faz a amarração do texto é *meio ambiente*.

Aos poucos a humanidade vem se preocupando mais com o meio ambiente. Há iniciativas urgentes para salvar o espaço onde o homem vive. Neste aspecto, fala-se muito em evitar queimadas, em proteger as nascentes dos rios. A última moda é condenar as nações mais desenvolvidas que lançam gases poluentes no espaço.

Se *meio ambiente* é a expressão que amarra o texto, cadê os outros elementos do parágrafo: aqueles que serão amarrados; isto é, utilizados para o desenvolvimento da ideia central contida, neste caso, no assunto *meio ambiente*? Pois bem, algumas outras

expressões, frases, palavras ou blocos do parágrafo são também importantes porque é por meio delas que o *meio ambiente* será abordado.

Começemos por separar algumas frases: *fala-se muito em evitar queimadas, em proteger as nascentes dos rios / as nações mais desenvolvidas lançam gases poluentes no espaço*. Temos então três pequenos blocos: 1) evitar *queimadas*, 2) proteger *nascentes* de rios, 3) inibir a liberação de *carbono* no espaço. Assim fica mais fácil escrever a redação.

Podemos pensar em três parágrafos de desenvolvimento. No primeiro deles, falaremos das queimadas, no segundo das nascentes e no terceiro dos gases poluentes. Já deu para desconfiar que cada parágrafo *olha* para a palavra ou expressão que deve amarrar o texto e garantir a coerência.

Se esses parágrafos fizerem parte de uma introdução, podemos desenvolver cada um deles em um capítulo completo.

OS CONCEITOS DE CONSTANTE E VARIÁVEIS EMPREGADOS AO TEXTO

Empregamos, para a operacionalização do parágrafo, o conceito de termos essenciais da oração, aplicando a noção de sujeito e predicado, que são micropartículas juntadas para formar a oração. Esta é, por sua vez, uma partícula que isoladamente ou juntada a outra(s) cria um micro bloco, isto é, o período que também pode isoladamente ou acrescentado a outro(s) formar um bloco denominado de parágrafo. Vamos agora partir para outra analogia, desta vez, empregando um conceito que a matemática utiliza com várias funções, principalmente para a programação de computadores. Trata-se da constante e das variáveis.

Na matemática, uma constante é uma entidade que representa um valor fixo, isto é, podem variar as outras entidades, mas a constante não se modifica. As variáveis são símbolos que representam valores que podem ser alterados. Demonstramos isso na seguinte fórmula:

$$3 + x + y + z = W$$

Podemos atribuir um valor a cada letra, isto é, a cada variável. Assim, por exemplo: a letra “x” vale 4, a letra “y” vale 2 e a letra “z” vale 7. Encontramos o seguinte resultado:

$$3 + 4 + 2 + 7 = 16$$

Neste exemplo, as letras x, y e z são variáveis e o valor 3 é uma constante. Portanto, para que a igualdade fique verdadeira, teremos que atribuir à letra W um valor que é a soma das variáveis mais o valor da constante. Assim temos que as letras em minúscula são

variáveis e o número 3 é uma constante. O número 16 é a conclusão.

Na pesquisa, assim como em qualquer redação também **temos uma constante que é o tema**. Este aparece implícito na introdução, apresentando um problema, que podemos denominar de **ideia primária** ou **ideia geratriz**, há os que a denominam de **ideia matriz**. Assim, o texto da pesquisa tem a mesma estrutura de um parágrafo, pois este também apresenta uma ideia primária, normalmente na primeira frase, a que denominamos de frase-sujeito e ideias secundárias apresentadas nas frases seguintes denominadas de frases-predicado. A sequência, que começa na frase-sujeito e passa pelas frases-predicado culmina na conclusão. O ato de pesquisar e, por extensão, o ato de registrar o resultado da pesquisa é, portanto, a busca de uma conclusão. É como se, no caso que serviu de ilustração, buscássemos substituir a letra W por seu valor.

Numa pesquisa esses conceitos adquirem maior amplitude, visto que, enquanto no parágrafo a conclusão é preparada pelas frases-sujeito, na redação do relatório de pesquisa, a conclusão é preparada pelas variáveis, isto é, ela depende dos conceitos que atribuímos às variáveis ao longo do texto, sendo que cada capítulo apresenta uma variável em seu parágrafo introdutório que, por sua vez, é o desenvolvimento ou uma especificação, ou mesmo uma concretização do conteúdo de um dos parágrafos da introdução. Essa variável remete à constante que se encontra na introdução. Sua função consiste em conceder novos sentidos (novos valores) à constante, de modo a se buscar uma conclusão.

Há dois tipos de variáveis. As que modificam e a modificada. Cada frase-sujeito é, ao mesmo tempo, uma variável que explica e desenvolve a ideia carregada pela constante e uma variável modificada pelas frases-predicado. Assim, sucessivamente, durante a redação do texto, a progressão temática se dá pela inclusão de novas variáveis.

VARIÁVEIS TEXTUAIS QUE MODIFICAM E VARIÁVEIS MODIFICADAS

Leitura

O século da convivência

O século XX diferencia-se dos demais pela convivência entre duas posturas existenciais distintas. Isso pode ser demonstrado pelo desenvolvimento do fenômeno literário, que vem se tornando mais dinâmico à medida que os séculos avançam.

Durante o século XVII prevaleceu, no Brasil, o Barroco. Primeira manifestação literária de alguma importância nesta parte do mundo. O Barroco não é considerado uma escola literária, na conclusão a que Antônio Candido chegou, na obra *Formação da literatura brasileira*. Para ele, as produções literárias “que encontramos, no Brasil, em graus variáveis de isolamento e articulação, no período formativo inicial que vai das origens, no século

XVI, com os autos e cantos de Anchieta, às Academias do século XVIII” são meramente *manifestações literárias*.

O Barroco é a estética da dúvida; retrata a angústia de um homem mergulhado em ansiedade, repartido entre as necessidades imediatas e a vontade de agradar a Deus. A linguagem dos textos refletiu este estado de espírito, pelo hermetismo que a caracterizou. Daí sua definição como conceptista e cultista, isto é, linguagem fechada em si mesma, sem compromisso com a inteligência da mensagem. Como o estilo de época reflete a cosmovisão de seu tempo, depreende-se que no século XVII o homem esteve fundamentalmente voltado para si mesmo e pela contemplação do transcendente. Eis o século da subjetividade.

O século XVIII foi do Arcadismo, uma opção estética oposta ao Barroco. A linguagem do texto árcade estabelece uma ruptura do rebuscamento, porque o homem, voltado agora para o universo à sua frente, é simples e privilegia o entendimento rápido e fácil dos discursos e da vida. O que interessa é a forma exterior dos objetos, pelo que a arte deve privilegiar o olhar e ser, dessa forma, descritiva. Essa estética indica que o século XVIII foi o século da objetividade em detrimento de outra postura que a contrariasse.

Se na maior parte do século XIX não houve uma efetiva convivência, é certo que ocorreu, ao contrário dos anteriores, uma sucessão: o Realismo sucedeu ao Romantismo. Este último poderia ser tomado, grosso modo, como uma revitalização das ideias subjacentes ao Barroco, ao passo que o Realismo poderia ser visto como um enriquecimento da estética árcade, visto que se vivia outro momento histórico enriquecido por outras *filosofias*. Essa sucessão nos limites de um mesmo século apontou dois aspectos que o futuro viria confirmar: o dinamismo cada vez mais acentuado do fenômeno literário refletiu a convivência do subjetivo com o objetivo no mesmo tempo e espaço.

Na entrada do século XX havia o Realismo e sua poesia parnasiana convivendo com resquícios do Romantismo, como o Simbolismo e presenciando, antes do seu esgotamento, o início das produções pré-modernistas. Os postulados estéticos subjacentes a todas essas tendências permaneceram na cena literária brasileira ao longo do século até os dias de hoje, ora prevalecendo uma, ora outra, ora todas. Sabendo que são tendências situadas no polo da subjetividade e no da objetividade, verifica-se que o século XX é o século da convivência.

No texto acima, a constante está presente em todo primeiro parágrafo, sobretudo, na sua frase-sujeito:

O século XX diferencia-se dos demais pela convivência entre duas posturas existenciais distintas.

O redator introduz o problema e dá uma pista de que pretende desenvolvê-lo por meio de comparação. O parágrafo em tela contém apenas uma frase-predicado, nesta, o redator indica quais elementos da realidade serão empregados para desenvolver o ponto de vista que trouxe ao lume na frase-sujeito. Já temos, portanto, a constante. Chegou o momento de estudarmos as variáveis e verificar como estas se relacionam com a constante.

No segundo parágrafo, a frase-sujeito (Durante o século XVII prevaleceu, no Brasil, o Barroco) é uma variável que modifica a constante. A modificação, no entanto, não altera o ponto de vista norteador do texto, não muda o tema. Neste caso, a modificação ocorre porque a variável acrescentou à constante um novo sentido que a enriqueceu. O redator poderia explicar a constante partindo de outros princípios, outros aspectos da realidade, mas preferiu utilizar termos da teoria literária. A constante adquiriu, portanto, a partir daí um contorno definido, eis porque foi modificada.

A frase-sujeito do terceiro parágrafo é uma variável que modifica — porque enriquece — o sentido do parágrafo anterior, na medida em que conceitua o termo *barroco*, apontando que este é um estado de espírito marcado pela dúvida, pela angústia e pela ansiedade. Ocorre a partir daí uma modificação em cascata no sentido inverso, isto é, uma cascata de baixo para cima, visto que cada novo parágrafo contém uma frase-sujeito que apresenta uma variável que modifica, por enriquecimento ou esclarecimento, o sentido do parágrafo anterior. Este, por sua vez modificado, dá novos sentidos ao parágrafo que o antecede e assim por diante até a constante que vai, aos poucos, adquirindo os contornos que atendem ao ponto de vista norteador do texto. Esquemáticamente temos a seguinte interação entre a constante e as variáveis:

O século XX diferencia-se dos demais pela convivência entre duas posturas existenciais distintas. (Constante)



Durante o século XVII prevaleceu, no Brasil, o Barroco. (variável v)



O Barroco é a estética da dúvida; retrata a angústia de um homem mergulhado em ansiedade, repartido entre as necessidades imediatas e a vontade de agradar a Deus. (variável x)



O século XVIII foi do Arcadismo, uma opção estética oposta ao Barroco. (variável y)



Se na maior parte do século XIX não houve uma efetiva convivência, é certo que ocorreu, ao contrário dos anteriores, uma sucessão: o Realismo sucedeu ao Romantismo. (variável z)



Na entrada do século XX havia o Realismo e sua poesia parnasiana convivendo com resquícios do Romantismo, como o Simbolismo e presenciando, antes do seu esgotamento, o início das produções pré-modernistas. (conclusão)

Consideremos a fórmula matemática ($3 + x + y + z = W$) empregada acima para representar a soma entre uma constante e algumas variáveis. Lembramos que essas fórmulas são apenas exemplos ou situações que podem ilustrar possíveis decisões de quem produz um texto; entretanto, em termos matemáticos não há como chegar a resultados empregando apenas a fórmula acima, ao se chegar a isso, o matemático para o exercício e o dá por encerrado. Como no caso presente estamos diante de uma redação com seis parágrafos em que o primeiro guarda a ideia primária, sendo, portanto, a constante, podemos representar o texto assim:

Constante (ideia primária) + variável v (ideia primária em relação ao parágrafo e secundária em relação à constante) + variável x (idem) + variável y (idem) + variável z (idem) = W (conclusão).

De fato, o último parágrafo (conclusão) é uma resposta à proposição mostrada na ideia primária apresentada na frase sujeito da introdução.

Essa mesma relação entre os parágrafos de desenvolvimento e a introdução repete-se internamente nos parágrafos, como podemos verificar, a guisa de exemplo, com o segundo parágrafo.

O Barroco é a estética da dúvida; retrata a angústia de um homem mergulhado em ansiedade, repartido entre as necessidades imediatas e a vontade de agradar a Deus.



A linguagem dos textos refletiu este estado de espírito, pelo hermetismo que a caracterizou.



Daí sua definição como conceptista e cultista, isto é, linguagem fechada em si mesma, sem compromisso com a inteligência da mensagem.



Como o estilo de época reflete a cosmovisão de seu tempo, depreende-se que no século XVII o homem esteve fundamentalmente voltado para si mesmo e pela contemplação do transcendente. Eis o século da subjetividade.

Podemos ampliar o alcance desses conceitos e estendê-los a uma dissertação de Mestrado. Após a construção do capítulo introdutório seguindo os processos de construção do texto, tais como explicados acima, podemos considerar todo o capítulo de introdução como a constante e a partir dela gerar os capítulos de desenvolvimento.

MODO DE ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA

RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO E DE PROGRESSÃO DO TEXTO

O relatório de pesquisa (dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado) é um texto dissertativo que apresenta um modo particular de organização¹ identificável; isto é, um planejamento textual. Infere-se que, para o desenvolvimento de um texto, a teoria da redação oferece inúmeros recursos.

Às vezes, o redator depara-se com a necessidade de transmitir, no interior de uma dissertação, algum conhecimento acerca de fatos alheios à realidade dos sujeitos a quem a mensagem se destina. Neste caso, pode lançar mão da **analogia**, que é um tipo de comparação em que se utiliza um fato conhecido por parte do receptor e, por meio dele, apresenta-se um fato desconhecido. É o que ocorre, por exemplo, quando se utiliza a imagem de uma laranja para mostrar a uma criança a forma da terra. Aliás, a analogia tem tal importância nessa discussão que será objeto de um título específico algumas páginas adiante.

Outro recurso para o desenvolvimento de parágrafos é a **oposição ou o contraste**, que é o contrário da analogia, pois enquanto esta privilegia as semelhanças entre os elementos, aquela compara explicitando as diferenças. A frase do texto acima: *O século XX diferencia-se dos demais pela convivência entre duas posturas existenciais distintas* exemplifica este recurso de organização do parágrafo, visto que se pretendeu, pela força do contraste, chamar a atenção para duas situações opostas. O mesmo recurso foi empregado no terceiro parágrafo: *O século XVIII foi do Arcadismo, uma opção estética oposta ao Barroco*.

Em quaisquer textos práticos, sobretudo, nos argumentativos, visando dar maior força aos argumentos, costuma-se utilizar o **testemunho de estudiosos** que sejam reconhecidamente autoridades no assunto que se estiver tratando. Neste caso, citam-se suas opiniões, ideias ou conclusões. Como exemplo vale o trecho do segundo parágrafo do texto acima em que se buscou o testemunho de Antônio Candido — autoridade reconhecida no campo da literatura — para dar mais força argumentativa à informação de que o Barroco não forma um sistema literário no Brasil.

Outro recurso é a **definição**, que aparece já na frase-sujeito da introdução e é normalmente estruturada a partir de uma afirmação acerca do que é ou significa o elemento tratado no parágrafo; sendo que, para seu desenvolvimento, exige que se empreguem, articulados no mesmo contexto ou com exclusividade, os demais recursos de organização

1. Magda Becker Soares denomina de “formas de ordenação no desenvolvimento do parágrafo”. Cf. 1978, p. 88 seq.

textuais, tais como a **analogia**, a **ilustração**, a **comparação**, o **contraste**. A seguinte frase-sujeito que faz parte da explicação sobre coesão e, portanto, já foi citada nesta obra, é uma definição. Vejamos:

A coesão textual consiste na relação, na ligadura entre orações dentro dos períodos, entre períodos dentro dos parágrafos e entre estes últimos no texto. Koch (1984, p. 13-14) a define como “ligação entre os elementos superficiais do texto, o modo como eles se relacionam, o modo como frases ou partes delas se combinam”. Essa ligação (combinação) não pode ser feita aleatoriamente, é necessário o emprego de advérbios, conjunções, preposições, pronomes selecionados de forma a garantir a ligadura entre os elementos; devendo essa ligadura proporcionar a coerência do texto.

Na organização do parágrafo acima apareceram definição, testemunho de autoridade (Koch) e ilustração. Esta última aparece na sequência de certas figuras morfológicas: advérbios, conjunções, preposições, pronomes.

O aparecimento da definição na frase-sujeito não é uma regra, esta posição facilita o desenvolvimento da ideia, mas é possível colocá-la, também, no final do parágrafo, como no seguinte exemplo em que o primeiro período é a frase-sujeito desenvolvida nos outros períodos e, por último, o período final (conclusão) é onde está a definição.

Preocupo-me com a situação do homem nesta época de materialismo exacerbado. Os valores derivados da religião e os ensinamentos dos sábios do passado foram, aos poucos, aliados das regras de conduta social. O egoísmo de muitos impede que, motivados por esses valores e ensinamentos, busquem formas de amenizar o sofrimento alheio. Torna-se difícil a redução do número de menores abandonados, apesar de muita gente poder colaborar com as instituições de caridade, mas poucos o fazem. Apesar disso, acredita-se que essa situação vai mudar, visto que uma nova consciência de cidadania vem se formando na sociedade. Não poderia ser diferente, pois o homem é um ser racional.

Quando um texto ou um parágrafo faz uso da **ilustração**, tem sua ideia principal desenvolvida através de **exemplos**. Trata-se de outro recurso muito empregado em textos argumentativos, pois os exemplos tendem a convencer o leitor. A ilustração emprega também os **dados estatísticos**, pois estes têm a mesma força argumentativa dos exemplos. Vejamos este parágrafo desenvolvido por meio de ilustração, citado por Lima (1980, p. 42):

O vezo de filar livros não é somente brasileiro, e nenhum escritor, mesmo entre os maiores, se livra dos botes dos filantes. Um centro feminino qualquer da Inglaterra pediu a G. B. Shaw que lhe oferecesse alguma de suas obras, para a biblioteca que estava organizando. Shaw respondeu, em carta, dizendo que um centro que não possuía cinco xelins para comprar um de seus livros não merecia ser uma sociedade. A presidente do centro não encavacou. Muito

pelo contrário: vendeu o autógrafo do famoso escritor a apuro de dez libras².

É comum ocorrer a necessidade de se fazer uma listagem dos atributos do objeto dado como tema. Tem-se, neste caso a organização por **enumeração** em que o autor faz uma lista que privilegia o objeto não só em termos de suas características como de suas ações. É o que podemos perceber nas partes grifadas dos dois parágrafos a seguir.

A biblioteca da Universidade de Brasília foi, durante muitos anos, um oásis de conhecimento no Distrito Federal, onde não havia outras grandes bibliotecas. Sempre que a visito fico maravilhado com suas estantes atulhadas de obras, desde as de referência no térreo à direita da entrada, passando pelo acervo geral no subsolo e no lado esquerdo da entrada, até o primeiro andar onde se encontra a seção de periódicos. É, de fato, uma grande biblioteca.

João Antônio é muito dinâmico. Acorda cedo e, antes mesmo de tomar o lanche matinal, faz sua primeira corrida. Ao longo do dia há outras, pois quando chega a casa, já está na hora de sair para o colégio; ele come rapidamente e vai correndo para o ponto de ônibus. Depois da aula, faz estágio num banco que treina adolescentes para o mercado de trabalho. Sai do banco às 18h00 horas e ainda encontra tempo para praticar natação.

A frase-sujeito traz a orientação sobre qual será o tipo de organização que se privilegiará no parágrafo. Se esse parágrafo for de introdução, certamente, dará as pistas ou orientações de quais recursos de progressão devem ser empregados na composição do capítulo inteiro.

DA REDAÇÃO ESCOLAR À DISSERTAÇÃO STRICTO SENSO

O texto *O século da convivência* é uma dissertação que traça considerações acerca do Brasil na perspectiva da história literária. Alguns de seus aspectos organizacionais já foram relatados. Utilizarei essa dissertação para explicar o planejamento do relatório de pesquisa em geral, ou em outras palavras, explicar a elaboração da dissertação de Mestrado ou da tese de Doutorado.

O parágrafo de introdução indica as linhas gerais do planejamento. No caso presente, ele deixa claro que o texto trata de duas posturas existenciais que prevalecem em distintos séculos. Sendo assim, espera-se que a abordagem de cada século seja feita num parágrafo específico, havendo também a necessidade de que tais parágrafos sejam *organizados* sequencialmente por abrangência ou cronologia. Na medida em que são séculos, supondo momentos distintos da História, a sequência mais indicada é a temporal, como ocorreu no texto, cujo planejamento atendeu aos seguintes passos:

2. O destaque é meu.

1) Objetivo geral (parágrafo de introdução): Caracterizar as posturas existenciais prevalentes no século XX, utilizando as estéticas literárias.

Esse objetivo se explicita na expressão: *desenvolvimento do fenômeno literário*; esta, por seu turno, aponta uma dinâmica textual na perspectiva histórica. A expressão *diferencia-se dos demais* induz a uma caracterização do problema a partir de uma tensão entre o que o século XX apresenta em oposição aos outros. O texto trata, portanto, do problema de forma comparativa. A expressão *à medida que os séculos avançam* antecipa o desenvolvimento, apontando o tipo de sequência adotada.

2) Objetivos específicos:

- a) identificar o século XVII com o subjetivismo (Barroco) (segundo parágrafo).
- b) vincular o século XVIII ao objetivismo (Arcadismo) (terceiro parágrafo).
- c) caracterizar o século XIX como o período de preparação da convivência entre subjetivismo e objetivismo (quarto parágrafo).
- d) demonstrar que subjetivismo e objetivismo são posturas inclusivas no século XX (quinto parágrafo).

O objetivo geral orientou a formulação da frase-sujeito do parágrafo de introdução, os objetivos específicos orientaram a construção das frases-sujeito dos parágrafos de desenvolvimento e do parágrafo de conclusão. O “objetivo geral de um estudo está diretamente relacionado com o problema da pesquisa. No entanto, enquanto o problema é formulado sob a forma de pergunta, o objetivo é redigido como afirmação, iniciando-se sempre por verbo no infinitivo” (ACEVEDO e NOHARA, 2013, p. 40). Em se tratando de um objetivo geral, o verbo que o inicia não precisa ter sentido preciso, não precisa ser verbo de caráter operacional, pode ser um verbo que admite algum grau de abstração, como é, por exemplo, o verbo *analisar*.

A partir de agora, farei uma reestruturação ampliando o foco do problema; ou seja, em vez de abordar um parágrafo de introdução de um texto menor, pretendo pensar num capítulo de introdução e assim por diante, mas sempre partindo de um contexto de dimensão menor, isto é, sempre partindo do parágrafo.

DO PARÁGRAFO DE INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO QUE INTRODUZ

O parágrafo de introdução, assim como os demais, apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão. Mas há casos, como o do texto *O século da convivência* (que vem sendo utilizado para ilustrar este estudo), em que tal parágrafo limita-se a introduzir os demais. Ele contém apenas dois blocos (dois períodos), a saber:

Bloco 1 - O século XX diferencia-se dos demais pela convivência entre duas posturas existenciais distintas.

Bloco 2 - Isso pode ser demonstrado pelo desenvolvimento do fenômeno literário, que vem se tornando mais dinâmico à medida que os séculos avançam.

O segundo bloco, ou período limita-se a indicar como será explicada (modificada) a afirmação do primeiro, antecipando, dessa forma, o que será desenvolvido nos parágrafos seguintes. Entretanto, embora as três partes em questão não ocupem espaços isolados por pontos, o parágrafo em questão apresenta quatro informações articuladas entre si que, de certa maneira, indicam a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Vejamos:

1ª informação - o século XX diferencia-se dos demais (introdução);

2ª informação - convivência entre duas posturas existenciais distintas (desenvolvimento);

3ª informação - desenvolvimento do fenômeno literário (desenvolvimento);

4ª informação - vem se tornando mais dinâmico à medida que os séculos avançam (conclusão).

A primeira informação é geral, a ideia que ela contém é recorrente, *introdutória*, portanto. Todos sabem que um século é diferente de outro. A segunda informação restringe a primeira, na medida em que aponta em quais aspectos a diferença está sendo evidenciada. A terceira é ainda mais delimitadora, pois esclarece que tais diferenças serão aventadas apenas no desenvolvimento da literatura. Estas duas últimas informações são, portanto, o *desenvolvimento* da primeira. A quarta informação enfoca o problema no ponto de vista do tempo, indicando que o fenômeno será descrito no aspecto diacrônico e retorna à primeira informação, repetindo a ideia de século exposta no começo do parágrafo, pelo que tem um caráter fundamentalmente *conclusivo*.

Os aspectos citados na introdução e no desenvolvimento são objetos de análise a partir do conteúdo da conclusão, sendo assim, há no texto uma coesão e uma coerência adequadas à formulação dos textos expositivo-argumentativos, visto que se privilegiou uma sequência em que uma frase ou um período penetra no seguinte sem cortes no raciocínio. A relação é sucessivamente de causalidade entre a estética literária e a postura existencial privilegiada em cada período. Não é demais repetir que o parágrafo introdutório termina por uma conclusão que fala de *séculos que avançam*. O desenvolvimento do texto nos parágrafos seguintes vai justamente caracterizar (especificar) esse *avançamento*, essa progressão dos séculos ao longo do tempo.

Abandonemos agora a ideia de que estamos diante de um parágrafo de introdução e pensemos na redação toda como sendo a introdução de uma dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado. Aqui e ali faço referência a *Dissertação de Mestrado e Tese de*

Doutorado como sendo duas modalidades distintas, e de fato o são. Entretanto, em tempos não muito distantes, não se falava em tese e dissertação como duas modalidades textuais distintas, demarcadas pelo grau de aprofundamento. Nos idos dos anos 1970, tese era tida, ao mesmo tempo, como um instrumento de pesquisa e uma atividade acadêmica. Na primeira condição, ela se destinava “a promover a aquisição de novos conhecimentos com objetivos de interpretação, predição e controle do fenômeno em estudo” (LEITE, 1978, p. 1). Como atividade acadêmica ela era “necessária à obtenção de um título de pós-graduação ao nível de mestrado ou doutorado” (LEITE, 1978, p. 1). Essas duas condições permanecem imutáveis, mas nos dá uma ideia de que se havia uma distinção entre Mestrado e Doutorado, não o havia entre Dissertação e tese. O que denomino de aprofundamento como aspecto de diferenciação entre um e outro documento, Severino remete à noção de originalidade. De acordo com ele, em se tratando de *Dissertação de Mestrado*, a

diferença fundamental em relação à tese de doutorado está no caráter de originalidade do trabalho. Tratando-se de um trabalho ainda vinculado a uma fase de iniciação à ciência, de um exercício diretamente orientado, primeira manifestação de um trabalho pessoal de pesquisa, não se pode exigir da dissertação de mestrado o mesmo nível de originalidade e o mesmo alcance de contribuição ao progresso e desenvolvimento da ciência em questão (SEVERINO, 2002, p. 151).

Neste caso, a dissertação de Mestrado admite que seja um estudo já feito, mas exige-se do aluno que acrescente dados novos a esse estudo de modo a não se constituir uma repetição. Em alguns casos, sobretudo, nas dissertações mais antigas, quando as exigências eram mais severas para esse tipo de trabalho, era comum haver mestrados que discorriam sobre aspectos ainda não estudados. No meu caso, por exemplo, mesmo tendo feito meu Mestrado no final do século passado (1997), até então não surgiu outro estudo que tangencia a pesquisa que fiz e que se encontra publicada em livro.

Esclarecido esse ponto, retornemos à discussão que vínhamos empreendendo. Na condição de introdução, o parágrafo convidou o redator a produzir um texto com quatro parágrafos de desenvolvimento e um de conclusão. Se o texto todo fosse a introdução de uma monografia, certamente, a parte de desenvolvimento teria quatro capítulos sucedidos por um último, que seria o capítulo em que o redator concluiria o trabalho.

A redação abriu com a informação de que, no século XX, não se dá a exclusão entre vertentes estéticas, mas sua inclusão pela convivência entre a objetividade e a subjetividade. Ao longo da redação, essa informação foi esclarecida, mas não resolvida. O primeiro e o segundo parágrafos de desenvolvimento tocaram no ponto da subjetividade e exemplificaram com o Barroco; o parágrafo seguinte levantou a questão da objetividade e a exemplificou com a prevalência do Arcadismo. O penúltimo parágrafo preparou a conclusão quando admitiu a existência de duas posturas que convivem, sucessivamente, no século

XIX. Finalmente, a conclusão explica que não se dá uma sucessão, mas uma convivência entre as posturas, respondendo, de modo categórico, a questão posta na introdução.

Se a redação toda fosse uma introdução, o primeiro capítulo e, quiçá, também o segundo desenvolveriam, de modo estendido, com a amplitude que o redator considerasse necessária, as características do século XVII, explicitando seus aspectos sociológicos, históricos e religiosos que deram azo à constituição de um gosto estético voltado para o eu. A contrarreforma não ficaria fora da discussão. Afinal seria um capítulo inteiro e não apenas um parágrafo. E assim por diante, cada novo capítulo desenvolveria o conteúdo que, apenas de passagem, a introdução inscreveu em seus parágrafos. O certo é que a característica fundamental de qualquer trabalho acadêmico é a coerência. Esta é garantida se cada novo capítulo dialogar com uma parte da introdução. Se cada novo capítulo constituir-se um desdobramento, uma ampliação de um parágrafo da introdução.

Então, para que isso fique definitivamente claro, da mesma forma que cada parágrafo de uma redação desenvolve a ideia secundária contida em cada nova frase-predicado da introdução, cada novo capítulo da dissertação de Mestrado deve ser o desenvolvimento ou a extensão de um ou mais parágrafos do capítulo a que denominamos de introdução.

DOS PARÁGRAFOS DE DESENVOLVIMENTO AOS CAPÍTULOS QUE DESENVOLVEM

Em todos os parágrafos de desenvolvimento do texto (*O século da convivência*), a introdução restringiu-se ao primeiro período, a parte relativa ao desenvolvimento de cada parágrafo está nas frases mediais e a conclusão limita-se ao último período. Por isso, não é necessário estudar cada parágrafo isoladamente. Tomar-se-á apenas o quarto parágrafo como *corpus* para a presente análise. Leiamos o parágrafo e vejamos como se estrutura.

O século XVIII foi do Arcadismo, uma opção estética oposta ao Barroco. A linguagem do texto árcade estabelece uma ruptura do rebuscamento, porque o homem, voltado agora para o universo à sua frente, é simples e privilegia o entendimento rápido e fácil dos discursos e da vida. O que interessa é a forma exterior dos objetos, pelo que a arte deve privilegiar o olhar e ser, dessa forma, descritiva. Essa estética indica que o século XVIII foi o século da objetividade em detrimento de outra postura que a contrariasse.

a) Introdução:

O século XVIII foi do Arcadismo, uma opção estética oposta ao Barroco.

Nota-se que, nesta parte, as ideias contidas no segundo parágrafo do texto foram aproveitadas para auxiliar o entendimento do que se vai expor, visto que o parágrafo anterior já expusera as características do Barroco, facilitando, por oposição, o entendimento do Arcadismo. Além dessa vantagem, esse recurso indica certa atenção à coesão e à coerência textuais.

b) Desenvolvimento:

A linguagem do texto árcade estabelece uma ruptura do rebuscamento, porque o homem, voltado agora para o universo à sua frente, é simples e privilegia o entendimento rápido e fácil dos discursos e da vida. O que interessa é a forma exterior dos objetos, pelo que a arte deve privilegiar o olhar e ser, dessa forma, descritiva.

Nesta parte há dois períodos, o primeiro explica porque a linguagem do Arcadismo não é rebuscada e o segundo expõe acerca do descritivismo do mundo exterior que caracteriza essa estética. Em ambos ocorrem caracterizações que reforçam o Arcadismo como visão de mundo oposta ao Barroco, visando desenvolver a ideia contida na introdução do parágrafo, de modo que o leitor possa entender a conclusão.

c) Conclusão:

Essa estética indica que o século XVIII foi o século da objetividade em detrimento de outra postura que a contrariasse.

Último período do parágrafo retoma a introdução do parágrafo, porque o desenvolvimento provou a afirmação contida naquela.

Se não estivéssemos diante de um parágrafo, mas de um capítulo inteiro, conforme já explicitamos acima, a estrutura seria a mesma, com a diferença de que os elementos apareceriam ampliados. Além do que novos objetos seriam acrescentados para que o raciocínio ficasse completo.

Um capítulo que aborda todo o século XVIII, em termos de suas características estéticas predominantes e aspectos históricos recorrentes, teria que falar de iluminismo, racionalismo, ascensão da burguesia, ampliação do comércio marítimo, início da Revolução Industrial e seus efeitos sobre as coletividades, Revolução Francesa. Enfim, não se teria apenas um parágrafo que afirmasse o século XVIII como aquele em que houve uma predominância do objetivismo, demarcado, em termos estéticos, pelo neoclassicismo. O capítulo teria que dar conta dos fatos históricos, culturais, filosóficos etc. que culminaram na adoção do objetivismo como estratégia de explicação da realidade.

DO PARÁGRAFO DE CONCLUSÃO AO CAPÍTULO QUE CONCLUI

O último parágrafo é a conclusão das ideias expostas no texto. Trata-se de um parágrafo que estabelece um *casamento* com o parágrafo de introdução, retomando de forma mais enfática a ideia contida neste. O parágrafo de conclusão contém estruturalmente os mesmos elementos dos outros. Primeiro leiamos o parágrafo:

Na entrada do século XX havia o Realismo e sua poesia parnasiana convivendo com resquícios do Romantismo, como o Simbolismo e presenciando, antes do seu esgotamento, o início das produções pré-modernistas. Os postulados estéticos subjacentes a todas essas tendências permaneceram na cena literária brasileira ao longo do século até os dias de hoje, ora prevalecendo uma, ora outra, ora todas. Sabendo que são tendências situadas no polo da subjetividade e no da objetividade, verifica-se que o século XX é o século da convivência.

a) Introdução:

Na entrada do século XX havia o Realismo e sua poesia parnasiana convivendo com resquícios do Romantismo, como o Simbolismo e presenciando, antes do seu esgotamento, o início das produções pré-modernistas.

Esta introdução da conclusão reforça as ideias expressas ao longo do texto e estabelece uma ligadura com as partes anteriores, funcionando como uma resposta à afirmação contida na abertura do parágrafo de introdução, isto é,

O século XX diferencia-se dos demais pela convivência entre duas posturas existenciais distintas.

Enquanto no primeiro período do parágrafo de introdução ocorreu uma referência a *duas posturas existenciais*, aqui no parágrafo de conclusão essas posturas receberam nomes específicos, porque já tinham sido esclarecidas ao longo do texto.

b) Desenvolvimento:

Os postulados estéticos subjacentes a todas essas tendências permaneceram na cena literária brasileira ao longo do século até os dias de hoje, ora prevalecendo uma, ora outra, ora todas.

O desenvolvimento traduziu para o século XX a convivência mencionada na introdução.

c) Conclusão:

Sabendo que são tendências situadas no polo da subjetividade e no da objetividade, verifica-se que o século XX é o século da convivência.

Último período. Como se trata de uma frase que conclui num parágrafo de conclusão, ela se volta não só para a introdução do parágrafo em que se encontra, como também aponta a introdução do texto no primeiro parágrafo.

Esqueçamos que estamos diante de um pequeno texto de uma página e pensemos em algo como uma dissertação de Mestrado. Da mesma forma que o parágrafo de conclusão dá uma resposta definitiva à questão levantada no parágrafo de introdução, o capítulo conclusivo responde ao problema levantado no capítulo de introdução. Fosse uma dissertação de Mestrado, teríamos que, neste capítulo final (conclusão), caracterizar o século XX de modo mais estendido, ampliar a discussão e apontar as contradições sociais, políticas e históricas que dera azo às denúncias nas produções pré-modernistas. Falaríamos do Modernismo da primeira hora sem esquecer a Semana de Arte Moderna como uma tentativa de responder, nos limites da literatura brasileira, às tendências vanguardistas que, da Europa, se espalharam pelo Ocidente.

Enfim, o capítulo introdutório antecipou os aspectos que seriam objetos de discussão nos capítulos de desenvolvimento. Como **todos** os elementos desenvolvidos ao longo do texto já se encontram citados (na condição de problema ou questões), mas não resolvidos na introdução, se o pesquisador conseguiu transformar suas hipóteses em tese; isto é, se conseguiu comprovar suas hipóteses ao longo dos capítulos de desenvolvimento, então para concluir basta retomar o primeiro parágrafo do capítulo de introdução e produzir um capítulo que responda pontualmente àquilo que aparece nele como questão a ser resolvida. Esta parte receberá novo tratamento a seguir, quando explicitarmos o desenvolvimento da habilidade para organizar ideias e planejar o texto acadêmico.

TEXTOS INSTRUCIONAIS

Os textos instrucionais são necessários na fase de preparação das citações no texto acadêmico. Ou para ser mais preciso, os textos instrucionais são necessários na preparação de qualquer trabalho acadêmico. Dentre eles os mais comuns que participam do texto acadêmico destacam-se o **resumo**, a **resenha**, a **síntese**, a **paráfrase** e a **intertextualidade**.

RESUMO

Leitura

Educação

O investimento em educação é o primeiro caminho que um povo pode trilhar rumo ao desenvolvimento. Por meio de uma educação eficiente forma-se o pensador e o cientista, que podem transformar para melhor o contexto próximo e o remoto. As soluções eficientes com vistas a melhorar a situação em que vive o nordestino em decorrência da seca, por exemplo, surgiram nas universidades; da mesma forma, os centros avançados de estudos agrônômicos vêm apontando novos rumos para a agricultura aumentar a produção em espaços cada vez menores, preservando extensas áreas de florestas. Saíram das universidades as alternativas para a solução de problemas sanitários e relativos às doenças tropicais. Sendo assim, se um país não privilegiar o ensino, deve resignar-se com o que vem do exterior, condenando-se ao atraso e à dependência tecnológica.

A arte, que nunca foi prioridade nesta parte do mundo, vem perdendo espaço a cada dia. É necessário que se restaure a boa música na sala de aula, que se busquem meios para aproveitar a sensibilidade dos alunos em pintura, escultura, leitura e peças de teatro. Partindo do teatro-arte, chega-se ao teatro-função em que se emprega a linguagem cênica para transmitir conhecimentos. A escola deixaria de ser uma instituição meramente de ensino e tornar-se-ia uma agradável oficina de arte onde o aluno encontraria um ambiente propício para passar seu tempo livre, divertindo-se e crescendo.

As novas leis de trânsito são mais rigorosas do que as antigas. O rigor da lei, no entanto, melhora a situação, mas não a resolve sem a tomada de medidas educacionais eficientes. Sabe-se que, quando um motorista causar acidente grave, perde, temporariamente, o direito de dirigir e, para readquiri-lo, tem que fazer outro curso, assistir a filmes e participar de palestras. Esse tipo de preparação, por mais eficiente que pareça, denuncia uma omissão, isto é, ocorre depois que o problema surge. Melhor seria se a carteira de motorista fosse conseguida a partir de uma educação para o trânsito que começasse desde o momento

em que o aluno entra na escola para as primeiras letras, pois assim educar-se-ia não só o motorista como também o pedestre. O Detran já possui os recursos materiais e humanos que poderiam ser aproveitados em cursos de treinamento ou reciclagem de professores e em atividades diretas com o aluno na escola. Certamente argumentarão que a atividade docente transcende os limites de suas funções, mas a situação emergencial em que se encontra o trânsito nos dias de hoje justifica uma exceção.

Enfim, a realidade atual precisa de uma educação que articule o elemento humano e o exato, o aprendizado das ciências ao aprendizado da cidadania, privilegiando uma transformação do homem que é corpo e mente, que espera, desde o nascimento, por um mundo sempre melhor. É necessário que a escola mostre a seus alunos que o mundo será tanto pior quanto eles forem incapazes de melhorá-lo. Afinal, sala de aula é lugar de entrosamento, de encontro, de cultura.

Uma ação que não pode faltar na atividade do pesquisador é o resumo. Ninguém pode ter a pretensão de copiar um texto de outro na íntegra, mas se esse texto apresentar valores que podem contribuir para o desenvolvimento do projeto não pode ser ignorado. O problema surge quando o pesquisador “não tem o hábito de escrever, de desenvolver alguma ideia ou pensamento [pois] dificilmente terá o de resumir bem o pensamento alheio. O fato de usar esquemas, plano para desenvolver um tema, ajuda a encontrar o plano, as ideias principais, os detalhes importantes da exposição alheia” (SALOMON, 2010, p. 101).

Salomon explica que há meios para se encontrar detalhes importantes no texto de outros redatores. Para ele, “*um detalhe importante é a base da ideia principal. Apresenta-se, geralmente, sob a forma de um fato, um conjunto de fatos importantes em relação à ideia com a ideia principal. Pode funcionar como argumento e prova da ideia*” (SALOMON, 2010, p. 102). Uma pesquisa é o desenvolvimento de dois elementos que, sem ser complementares, são paralelos e têm valor equivalente. Um desses elementos é o *projeto* e o outro é o *relatório*. O projeto, no caso de pesquisa apenas ao Mestrado ou Doutorado predomina até o momento em que o candidato, o aluno, realiza o exame de qualificação, a partir daí a direção dos trabalhos passa a ser feita em torno do relatório, do trabalho final, aquele que será apresentado a uma banca para apreciação final. Salomon (2010, p. 215) opina que ambos, isto é, o projeto e o relatório “representam uma necessidade do pesquisador, uma exigência universal de agências patrocinadoras e não deixam de ser também condição metodológica para o êxito da pesquisa”.

Resumo é, pois, a diminuição de um texto a proporções menores, uma “leitura seletiva [que ocorre] no momento em que o leitor sabe escolher as ideias pertinentes, que complementam o ponto de vista do autor” (FAULSTICH, 1985, p. 11). O sentido do texto em sua integridade precisa, entretanto, ser respeitado. Ao resumir-se um texto, não se pode

incluir ideias estranhas a ele. O objetivo é extrair as **ideias que contêm sua essência semântica** de modo que seu conteúdo se mantenha intacto, para que a informação contida no texto original seja respeitada, mantida e assim utilizada em outros trabalhos.

Resumo é o resultado de uma leitura informativa. Aquela que se faz com vistas à aquisição de algum conhecimento. Aliás, resumir um texto é um bom recurso para tomar posse de seu conteúdo e transmiti-lo a outrem que não tenha tempo de ler o texto integral.

O método para resumir textos proposto por Faulstich consiste em “identificar, dentro de cada parágrafo, a **palavra-chave principal**, pois é em torno dela que o autor normalmente desenvolve a ideia principal” (FAULSTICH, 1985, p. 12). A palavra-chave principal encontra-se na frase-sujeito, que é a frase antecipadora do conteúdo do parágrafo. Sendo assim, o conjunto das frases-sujeito é um resumo. Entretanto, para que o resumo respeite integralmente o pensamento do autor é, às vezes, necessário que se faça também seleção das “palavras-chave secundárias, que são as que estruturam as frases que fundamentam a sentença-tópico e desenvolvem o parágrafo” (FAULSTICH, 1985, p. 14). Buscando complementar ou tornar mais aplicável essa sugestão convém pensar em *palavra-chave* e em *expressão-chave*, pois, às vezes, o sentido de uma palavra depende de um adjetivo, locução adjetiva ou palavra que lhe complete o sentido.

Feitas essas considerações, vamos resumir o texto que abre esta parte, seguindo o esquema proposto acima.

1º PARÁGRAFO

Frase-sujeito:

O investimento em educação é o primeiro caminho que um povo pode trilhar rumo ao desenvolvimento.

- Expressão-chave: **investimento em educação.**

Frases-predicado:

Por meio de uma educação eficiente forma-se o pensador e o cientista, que podem transformar para melhor o contexto próximo e o remoto.

- Expressão-chave: **educação eficiente.**

As soluções eficientes com vistas a melhorar a situação em que vive o nordestino em decorrência da seca, por exemplo, surgiram nas universidades; da mesma forma, os centros avançados de estudos agronômicos vêm apontando novos rumos para a agricultura aumentar a produção em espaços cada vez menores, preservando, dessa forma, extensas áreas de florestas.

- Palavra-chave: **soluções.**

Saíram das universidades as alternativas para a solução de problemas sanitários e relativos às doenças tropicais.

- Palavra-chave: **solução**.

Sendo assim, se um país não privilegiar o ensino, deve resignar-se com o que vem do exterior, condenando-se ao atraso e à dependência tecnológica.

- Palavra-chave: **resignar-se**.

2º PARÁGRAFO

Frase-sujeito:

A arte, que nunca foi prioridade nesta parte do mundo, vem perdendo espaço a cada dia.

- Palavra-chave: **arte**.

Frases-predicado:

É necessário que se restaure a boa música na sala de aula, que se busquem meios para aproveitar a sensibilidade dos alunos em pintura, escultura, leitura e peças de teatro.

- Expressão-chave: **boa música**.

Partindo do teatro-arte, chega-se ao teatro-função em que se emprega a linguagem cênica para transmitir conhecimentos.

- Palavra-chave: **teatro**.

A escola deixaria de ser uma instituição meramente de ensino e tornar-se-ia uma agradável oficina de arte onde o aluno encontraria um ambiente propício para passar seu tempo livre divertindo-se e crescendo.

- Expressão-chave: **oficina de arte**.

3º PARÁGRAFO

Frase-sujeito:

As novas leis de trânsito são mais rigorosas que as antigas.

- Expressão-chave: **leis de trânsito**.

Frases-predicado:

O rigor da lei, no entanto, melhora a situação, mas não a resolve sem a tomada de medidas educacionais eficientes.

- Expressão-chave: **rigor da lei**.

Sabe-se que quando um motorista causa acidente grave perde o direito de dirigir e, para restaurá-lo, tem que fazer outro curso, assistir a filmes e participar de palestras.

- Palavra-chave: **acidente**.

Esse tipo de preparação, por mais eficiente que pareça, denuncia uma grave omissão, isto é, ocorre depois que o problema surge.

- Palavra-chave: **omissão**.

Melhor seria se a carteira de motorista fosse conseguida a partir de uma educação para o trânsito que começasse desde o momento em que o aluno entra na escola para as primeiras letras, pois assim educar-se-ia não só o motorista como também o pedestre.

- Expressão-chave: **educação para o trânsito**.

O Detran já possui os recursos materiais e humanos que poderiam ser aproveitados em cursos de treinamento ou reciclagem de professores e em atividades diretas com o aluno na escola.

- Palavra-chave: **treinamento**.

Certamente argumentarão que a atividade docente transcende os limites de suas funções, mas a situação emergencial em que se encontra o trânsito nos dias de hoje justifica uma exceção.

- Expressão-chave: **situação emergencial**.

4º PARÁGRAFO

Frase-sujeito:

Enfim, a realidade atual precisa de uma educação que articule o elemento humano e o exato, o aprendizado das ciências ao aprendizado da cidadania, privilegiando uma transformação do homem que é corpo e mente, que espera, desde o nascimento, por um mundo sempre melhor.

- Expressão-chave: **realidade atual**.

Frases-predicado:

É necessário que a escola mostre a seus alunos que o mundo será tanto pior quanto eles forem incapazes de melhorá-lo.

- Palavra-chave: **melhorá-lo**.

Afinal, sala de aula é lugar de entrosamento, de encontro, de cultura.

- Palavra-chave: **entrosamento**.

Obtivemos, assim, as seguintes expressões e palavras-chave:

1º PARÁGRAFO

Palavra-chave da frase-sujeito: **investimento em educação**.

Palavras-chave das frases-predicado: **educação eficiente, soluções, resignar-se**.

2º PARÁGRAFO

Palavra-chave da frase-sujeito: **arte**.

Expressões e palavras-chave das frases-predicado: **boa música, teatro, oficina de arte**.

3º PARÁGRAFO

Expressão-chave da frase-sujeito: **leis de trânsito**

Expressões e palavras-chave das frases-predicado: **rigor da lei, acidente, omissão, educação para o trânsito, treinamento, situação emergencial**.

4º PARÁGRAFO

Expressão-chave da frase-sujeito: **realidade atual**.

Palavras-chave das frases-predicado: **melhorá-lo, entrosamento**.

Considerando a palavra-chave das frases-sujeito dos quatro parágrafos, bem como as respectivas palavras-chave de suas frases-predicado, concluímos que o texto privilegiou o **investimento em educação**. A palavra-chave da frase-sujeito do primeiro parágrafo aponta tal investimento como a primeira alternativa para qualquer nação atingir o desenvolvimento. Já as palavras-chave das frases-predicado desse parágrafo bem como das frases-sujeito e das frases-predicado dos outros apresentam semas (significados) que apontam as condições que precisam ser satisfeitas para que se possa atingir uma educação eficiente. Podemos, então, escrever o resumo na seguinte forma:

O investimento em educação resulta na solução dos problemas de um país que, dessa forma, supera o atraso. A arte é um aspecto que as escolas devem privilegiar, ao ponto de se tornarem também uma oficina de arte. O rigor das novas leis de trânsito não é capaz de diminuir os acidentes, se juntamente com elas, o Estado não promover, na escola, uma educação para o trânsito. Um atendimento educacional neste nível mostrará aos alunos que depende

deles a melhoria do mundo.

Verificou-se que no momento em que se procedeu à arrumação das palavras em frases, muitas palavras-chave foram descartadas por se constituírem em repetições, o que as tornou desnecessárias. Esse é mais um cuidado que se deve ter ao fazer um resumo. Já que é para diminuir o tamanho do texto, por que repetir palavras, expressões e ideias?

É possível também proceder ao resumo a partir de outro caminho, isto é, por meio da seleção das frases-sujeito, pois estas antecipam o conteúdo dos parágrafos. Sendo assim, o conjunto das frases-sujeito separadas do texto constitui o resumo deste. Por esse caminho, resume-se o texto em causa da seguinte maneira:

O investimento em educação é o primeiro caminho que um povo pode trilhar rumo ao desenvolvimento. Por isso, é necessário que se privilegie o ensino da arte e das novas leis de trânsito na escola, pois a realidade atual precisa de uma educação que articule o elemento humano e o exato, o aprendizado das ciências ao aprendizado da cidadania, privilegiando uma transformação do homem que é corpo e mente.

Há, neste novo resumo, uma focalização exclusiva nas frases-sujeito, entretanto, essas frases não foram reescritas da mesma forma com que apareceram no texto, pois foi necessária a utilização dos critérios de montagem de texto. As frases-sujeito foram reestruturadas e receberam partículas de coesão para adquirir sentido no texto resumido.

Vimos, portanto, uma técnica de resumir textos que abrange duas formas de atuação: uma que parte das palavras-chave de cada período e outra que parte da seleção das frases-sujeito.

À guisa de fixação desta parte do conteúdo, vamos resumir mais um texto.

O abolicionismo (excerto)

Joaquim Nabuco

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa, e que a lei de Lynch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar. Covardia, porque seria expor outros a perigos que o provocador não correria com eles; inépcia, porque todos os fatos dessa natureza dariam como único resultado para o escravo a agravação do seu cativo; crime, porque seria fazer os inocentes sofrerem pelos culpados, além da cumplicidade que cabe ao que induz outrem a cometer um crime; suicídio político, porque a nação inteira — vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vindita bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se — pensaria que a necessidade

urgente era salvar a sociedade a todo o custo por um exemplo tremendo, e este seria o sinal de morte do abolicionismo de Wilberforce, Lamartine, e Garrison, que é o nosso, e do começo do abolicionismo de Catilina ou de Espártaco, ou de John Brown.

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre; mas tal possibilidade não entra nos cálculos de nenhum abolicionista. Não é, igualmente, provável que semelhante reforma seja feita por um decreto majestático da Coroa, como o foi na Rússia, nem por um ato de inteira iniciativa e responsabilidade do governo central, como foi, nos Estados Unidos, a proclamação de Lincoln.

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda.

A escravidão é um estado violento de compressão da natureza humana no qual não pode deixar de haver, de vez em quando, uma forte explosão. Não temos estatística dos crimes agrários, mas pode-se dizer que a escravidão continuamente expõe o senhor ou os seus agentes, e tenta o escravo à prática de crimes de maior ou menor gravidade. Entretanto, o número de escravos que saem do cativeiro pelo suicídio deve aproximar-se do número dos que se vingam do destino da sua raça na pessoa que mais os atormenta, de ordinário, o feitor. A vida, do berço ao túmulo, literalmente, debaixo do chicote é uma constante provocação dirigida ao animal humano, e à qual cada um de nós preferiria, mil vezes, a morte. Quem pode, assim, condenar o suicídio do escravo como covardia ou deserção? O abolicionismo, exatamente porque a criminalidade entre os escravos resulta da perpetuidade da sua condição, concorre para diminuí-la, dando uma esperança à vítima.

(NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 44-45)¹

As frases-sujeito dos quatro parágrafos do excerto acima guardam o sentido de todo o texto. Essa constatação pode gerar a suspeita de que um texto não precisa de nada além de suas frases-sujeito, isto é, as frases-predicado seriam supérfluas. Há equívocos nessa suspeita, porque as frases-predicado têm o condão de esclarecer, desenvolver, explicar

1. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000054.pdf>>. Acesso em 09/06/2014.

o conteúdo das frases-sujeito, elas realizam a progressão temática; mas quando se trata de resumo, em que a dimensão do texto precisa ser reduzida, o redator deve ficar atento, sobretudo, às frases-sujeito, porque é em torno destas que deve trabalhar para resumir.

Não se concebe que um resumo seja feito sem que o redator faça leituras atentas do texto que é objeto de sua interferência. As frases-predicado oferecem os elementos que o ajudarão a fazer a coesão entre as frases-sujeito, ou seja, no momento de colar uma à outra e, assim, produzir o texto resultante. O texto acima contém as seguintes frases-sujeito:

1. A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos.
2. A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais.
3. A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras.
4. A escravidão é um estado violento de compressão da natureza humana no qual não pode deixar de haver, de vez em quando, uma forte explosão.

As frases-sujeito dessa exposição sobre o abolicionismo indicam que Nabuco expressa a maneira como, em sua opinião, se deve libertar os escravos. Ele aponta a propaganda abolicionista como um aspecto dessa libertação e condiciona, às leis, a alforria definitiva. Nabuco expressa preocupação com o estado de violência que pode contaminar a nação se não houver o cuidado no tratamento do tema pela sociedade. Essa preocupação pode ser auferida na frase sobre a propaganda que *não se dirige aos escravos* e nas palavras *guerra, insurreições e atentados*. Finalmente o problema seria resolvido por uma *lei*.

Um resumo não pode alterar o sentido do texto, mas apenas *reduzir o tamanho* do texto. Entretanto, ao se proceder à coesão de modo a garantir a coerência do texto, o redator pode alterar a ordem do texto original. O sentido das frases-predicado do primeiro parágrafo casa-se com o conteúdo da frase-sujeito do último. Há uma complementaridade entre eles; isto é, a primeira e a última frases-sujeito apresentam uma interpenetração semântica. Assim, o resumo poderia ser feito atendendo à seguinte ordem: frase-sujeito 4 (causa) – frase-sujeito 1 (consequência) - frase-sujeito 2 (proposição) - frase-sujeito 3 (solução). Assim:

4. A escravidão é um estado violento de compressão da natureza humana no qual não pode deixar de haver, de vez em quando, uma forte explosão.

1. A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos.
2. A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais.
3. A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras.

Coloquemos as frases numa sequência textual:

A escravidão é um estado violento de compressão da natureza humana no qual não pode deixar de haver, de vez em quando, uma forte explosão. [Por isso] A propaganda abolicionista não se dirige aos escravos. [Afinal, poderia sublevá-los] A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. [] A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras.

O elemento coesivo [Por isso] que ligou o primeiro bloco ao segundo é necessário para gerar uma sequência que evidencie a relação de causa e consequência entre os dois blocos. A causa — que vem expressa no primeiro bloco — está desenvolvida ao longo das frases-predicado do primeiro parágrafo e é especificada no elemento coesivo [Afinal, poderia sublevá-los]. Não foi necessária a inclusão de elementos coesivos entre os dois blocos seguintes. Agora leiamos o resumo:

A escravidão é um estado violento de compressão da natureza humana no qual não pode deixar de haver, de vez em quando, uma forte explosão. Por isso, a propaganda abolicionista não se dirige aos escravos, pois poderia sublevá-los. A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras.

RESENHA

Leitura

Os sertões

Um marco na literatura e no pensamento

Toda grande obra literária apresenta elementos de transição, pois aponta, ao mesmo tempo, o futuro e o passado. Não poderia ser diferente com *Os sertões* de Euclides

da Cunha (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995. 654 páginas), uma obra que articula o realismo literário com fatos da história do Brasil, criando, dessa forma, uma nova tendência na literatura brasileira. *Os sertões* é, portanto, uma obra demarcadora de nova fronteira na literatura, na história e no ensaísmo, tendo em vista que exerceu influência sobre outros autores que se lhe seguiram. É nesse sentido que aponta o futuro sem se furtar, entretanto, às influências românticas mais recentes e às influências mais remotas dos gregos, haja vista que apresenta, muitas vezes, uma visão romanesca do mundo, nos momentos em que excede em sua objetividade, estabelecendo uma dialética entre o possível e o impossível, com o privilégio deste último, nas partes em que a terra aparece como um monstro vivo e nos trechos em que o heroísmo além da conta por parte do personagem assemelha-se às melhores páginas de Alencar. Quanto aos gregos — sobretudo Eurípides — motivaram Euclides a construir um enredo de tragédia clássica.

A busca de respostas ao fenômeno da pátria conflagrada levou Euclides da Cunha a erigir perguntas implícitas que podem ser resumidas em duas: *por que a história brasileira produziu o Conselheiro e sua comunidade e o que poderia fazer para não produzir fenômeno semelhante novamente?* *Os sertões* é uma resposta a essas perguntas.

Uma conclusão a que se chega com a leitura da obra é a de que Euclides da Cunha postulou a *integração do sertanejo à pátria do litoral*. Sendo assim, também no aspecto da postura ideológica é difícil uma classificação do autor. Ele seria ao mesmo tempo um conservador, um liberal e um radical. Resolve-se o problema posicionando-o no meio: Euclides é ideologicamente um liberal, aquele que prega as transformações pela educação e não pela violência.

Os sertões deixa entrever as influências sofridas por Euclides da Cunha, tais como o Positivismo, a dramaturgia grega e Carlyle. A visão de mundo filtrada pelo Positivismo é responsável pela tomada de consciência racional e científica do mundo sertanejo. Euclides não se restringe a apresentar um movimento recente na história do Brasil, vai o mais longe possível e narra suas origens que, por sua vez, é apenas um pretexto para uma visão particular sobre a História na qual se insere: *a formação da nacionalidade brasileira*. A redução do fenômeno de Canudos às relações entre causa e consequência é outro legado do Positivismo. O Conselheiro é o resultado mecânico de séculos de miséria e abandono, de estagnação no tempo e no espaço. Mais que um indivíduo ele foi, para Euclides da Cunha, uma classe — um fenômeno sociológico misto de personagem trágico e elemento de pesquisa — é, portanto, um painel de um tempo e de um lugar, com todas as características desse tempo e desse lugar, onde “o transviado encontrara meio propício ao contágio da sua insânia” (p. 159). Sua fé, que reproduz a fé do sertanejo, resulta da busca pela proteção divina em face do abandono em que vivia, pois “em paragens mais

benéficas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imperiosa” (p. 157), visto que isolado no espaço, não restou ao sertanejo outra alternativa senão reproduzir a forma medieval de relação com Deus e com os homens, isto é, “insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez” (p. 389). À dramaturgia grega já se fez referência nesta resenha. Carlyle deu-lhe um modelo de herói.

Em Euclides da Cunha o que prevalece é a exaltação das diferenças entre o sertão e o litoral. Diferenças geradas pela forma como o mundo sertanejo modificou seu estilo de vida em decorrência de sua relação com o transcendente, motivando a redução entre os dois contextos dados.

As resenhas assim como os resumos reduzem o tamanho do texto-fonte. O resumo não o extrapola, não vai além, permanece nos limites do texto-fonte, sem nada acrescentar. Elimina, no entanto, as partes não essenciais para a manutenção do sentido, como as repetições, por exemplo. O autor do resumo não pode incluir suas opiniões.

A resenha, ao contrário, é uma crítica que apresenta contribuição do resenhista. Este não só resume o texto como o critica ou, em outras palavras, resume para criticá-lo. É o que se percebe na resenha acima, cujo livro-fonte foi reduzido a uma página. Incluíram-se, no entanto, comentários marginais, isto é, foi feita também uma crítica da obra, esta foi comentada.

Resenhas e resumos são ótimos recursos numa pesquisa, pois quando o pesquisador pretender abordar uma obra deve antes ler algum resumo ou resenha preparado por outrem, a fim de avaliar se a obra é, de fato, útil para sua pesquisa. Caso não encontre essa resenha ou resumos prontos, deve ele mesmo ler a obra toda ou em parte para traçar seu perfil conceitual e, dessa forma, incluí-la ou excluí-la do acervo de obras que serão empregadas na pesquisa.

A crítica — ação que diferencia resenha de resumo — conduz a uma postura, a um ponto de vista em face da obra resenhada, como se viu na resenha que abre esta parte. Esse ponto de vista está expresso no próprio título da resenha que, à moda dos títulos das matérias jornalísticas, aponta (resume) o conteúdo. Aliás, essa é uma característica dos títulos das resenhas.

Há resenhas de uma obra específica e resenhas que envolvem toda a produção de um autor. A resenha acima faz parte do primeiro grupo, enfoca *Os sertões* de Euclides da Cunha. Tem-se, a partir da leitura dessa resenha, uma ideia geral acerca da obra, tanto no que se refere ao conteúdo como ao gênero, abrangendo até mesmo as influências sofridas pelo autor.

A leitura de uma obra com vistas à elaboração de uma resenha não é feita na perspectiva da palavra-chave ou da frase-sujeito. Trata-se de uma leitura abrangente, em

que se pode eventualmente copiar uma palavra ou frase do texto em causa, como se verifica nas partes entre aspas da resenha acima; mas o resenhista não deve prender-se excessivamente à obra, visto que o objetivo é a tomada de uma posição pessoal em face do texto. O objetivo da resenha é, em suma, uma *extração*. A leitura serve como matriz “para se fazer a crítica — isto é, comentar a obra ou para facilitar a outros essa tarefa” (KOCH, 1984, p. 39). Por *crítica e comentário* entende-se *resenha*.

A leitura com vistas à resenha, isto é, a leitura “crítica exige do leitor uma visão abrangente em torno do assunto que está sendo focalizado” (FAULSTICH, 1985, p. 16). Essa *visão abrangente* capacita o resenhista a fazer o exercício de intertextualidade imprescindível nesse tipo de trabalho.

Os títulos das resenhas guardam semelhança com as manchetes de notícias de jornal. Normalmente, como os textos jornalísticos costumam ser longos e, ao abrir jornais ou revistas, o leitor depara-se com várias reportagens, convém colocar nos primeiros parágrafos os fatos principais acerca do acontecimento, de modo que, se o leitor não puder ou não quiser ler até o final, já terá, logo no início, um panorama do que aconteceu. As partes finais da reportagem são aportes, acréscimos, esclarecimentos, desenvolvimentos. Um aspecto que faz parte dessa solução é o *título* que, nesses textos, tem o condão de apresentar o fato de forma resumida ao leitor. Além disso, as manchetes (os títulos) “apresentam geralmente o verbo no presente (ou, então, elidido): é a partir delas que se fará o comentário. É através delas que se solicita a atenção do leitor” (KOCH, 1984, p. 39).

Para capacitar o leitor a um entendimento mais seguro do assunto que estamos tratando, faremos a resenha do texto de Joaquim Nabuco que foi objeto de resumo algumas páginas acima. Pedimos ao leitor que faça a leitura de ambos, isto é, da resenha a seguir e do resumo alhures e os compare.

O abolicionismo

Necessidade e legalidade

Joaquim Nabuco reconhece, na obra *O abolicionismo* (Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 44-45), que “A escravidão é um estado violento de compressão da natureza humana” e manifesta preocupação com a situação dos escravos no que tange à propaganda abolicionista, à violência que esta pode gerar e à forma como os escravos podem ser libertos sem deixar traumas na sociedade. Ele entende que se a propaganda contra a escravidão for dirigida aos escravos, poderá levá-los a um estado de consciência de sua condição e, por consequência, de revolta contra a sociedade que os escraviza e contra o sistema jurídico que legitima seu status. O resultado seria desastroso, porque os escravos não dispunham de meios para resistir ante a reação da sociedade, além do que

sua atitude poderia levar esta a se colocar contra a abolição, por julgar que os escravos são violentos e, por isso, devem ficar confinados às senzalas. Percebe-se que, mais que sua preocupação com a situação dos escravos, Nabuco tinha aversão à violência, por isso, rejeita a guerra, a revolução ou qualquer forma que exija o emprego de armas para abolir a escravidão. A obra demonstra que só há uma maneira de acabar com essa nódoa que por vários séculos vem manchando a história do Brasil. Essa maneira está restrita à formulação de “uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras”. Enfim, Nabuco é um legalista.

PARÁFRASE

Leitura

A propósito da sintaxe

As orações apresentam dois termos — o *substantivo* e o *verbo* — que, como se fossem ímãs, atraem os demais. Ambos, além de atrair outras palavras que a eles se subordinam, contêm a significação principal do que se pretende transmitir. As palavras atraídas apresentam uma articulação entre si, ou seja, da mesma forma que se subordinam ao verbo ou ao nome, articulam-se na oração por meio da *subordinação* e da *coordenação*.

De acordo com o processo em que se dá essa relação de dependência, tem-se, no caso de ser o substantivo o elemento que atrai, o *adjunto adnominal*, o *predicativo* e o *complemento nominal*. Este último atraído também por adjetivos e advérbios. As palavras que o verbo atrai podem, da mesma forma, assumir diferentes classificações de acordo com a forma como se dá a dependência; sendo assim, há os *adjuntos adverbiais* e os *complementos verbais*: objeto direto e objeto indireto.

Imaginemos, a título de analogia, um telegrama — forma de comunicação que se caracteriza pela economia de palavras, visando à redução de preço e à agilidade da comunicação. Ainda que se possa preencher um telegrama com grande quantidade de palavras, abusando-se de floreios e aportes, de acordo com a disponibilidade de recursos econômicos e com a vontade do emitente, o mais comum é que nele sejam escritas apenas as palavras essenciais, isto é, os telegramas são formulados somente pelos termos essenciais da oração: sujeito (nome) e predicado (verbo) ou por uma frase nominal.

Ao efetuarmos sua transformação em carta, incluiremos outras palavras que possam esclarecer melhor o nosso pensamento ou torná-lo mais belo, traduzindo melhor o nosso estado de espírito. Essas novas palavras estarão em função do nome ou do verbo que antes fizeram parte, sozinhas, do telegrama.

Parafrasear um texto é escrevê-lo empregando outras palavras. A mera substituição, trocando os termos originais por sinônimos não pode constituir uma paráfrase, pois o propósito desta não se limita a “simples substituições de palavras de um texto A [...] por outras, sinônimas, num texto B” (GARCIA, 1986, p. 185). A paráfrase é “uma espécie de tradução dentro da própria língua, em que se diz, de maneira clara, num texto B o que contém um texto A, sem comentários marginais, sem nada acrescentar e sem nada omitir do que seja essencial” (GARCIA, 1986, p. 185).

Ao explicar um texto instrutivo ou informativo qualquer na sala de aula, sobretudo se for um texto em linguagem hermética (fechada, difícil), o professor parafraseia-o, porque o explica com palavras acessíveis ao aluno ou com palavras que o adaptam ao nível da sala. É o que faria um professor que, depois de dizer, na sala de aula, a frase: *o homem é um ser racional*, ouvisse um aluno pedir que a explicasse. O professor diria que *o homem age de acordo com a razão* ou que *o homem, ao contrário dos outros animais, pensa*. Tal professor teria construído duas paráfrases.

O texto que abre esta parte pode ser parafraseado da seguinte maneira:

O verbo e o substantivo atraem para si as outras palavras das orações em que se inserem. Quando uma palavra passa a *gravitar em torno* de um verbo ou um de substantivo estes têm seu sentido modificado por elas e se diz que tal palavra se relaciona com eles em termos de dependência. Se, por exemplo, duas ou mais palavras de mesma função sintática forem atraídas pelo mesmo verbo, elas passam a ter entre si uma relação de equivalência.

Quando uma palavra *gravitar em torno* do substantivo, ela recebe a classificação de adjunto adnominal, predicativo ou complemento nominal; se, ao contrário, ela *existir* na oração em função do verbo, sua classificação será de adjunto adverbial ou complemento verbal.

Um bom elemento para entendermos esse assunto é o telegrama, pois nele são colocadas poucas palavras, só as essenciais: aquelas que contêm a significação do discurso, isto é, substantivos e verbos. Raramente são escritas em telegramas palavras de outras classes gramaticais. Imaginemos, agora, sua transformação em carta. Vamos, certamente, fazer com que a nossa mensagem se torne mais atraente. Nesse momento incluiremos muitas palavras em torno dos substantivos e dos verbos que antes formavam sozinhos o nosso texto.

A paráfrase acima atendeu ao que Garcia recomenda para esse tipo de texto, isto é, seguiu passo a passo, “com o máximo de fidelidade, a ordem das ideias contidas no

original mas expressas em linguagem mais clara” (GARCIA, 1986, p. 186), ou seja, ocorreu uma *tradução* do texto para outra linguagem dentro da mesma língua, sendo que **todas** as ideias do texto original foram respeitadas e mantidas, ao mesmo tempo em que nada foi acrescentado a ele.

SÍNTESE

Leitura

Do racionalismo à ruptura do sentimentalismo

A tensão entre o sentimento e a racionalidade adquiriu novo fôlego a partir do Iluminismo. No aspecto educacional, a racionalidade tem privilégio sobre a sentimentalidade. Esse fato é resultante da ruptura dos aspectos míticos, poéticos e espirituais nas disciplinas escolares e na relação do homem com o mundo. Isso tem conduzido à mecanização excessiva e à valorização do material e do racional.

Com a ascensão do cientificismo, o pensar e o sentir, na visão do homem ocidental, perdeu espaço para o *saber*. Tudo passou a girar em torno da razão, pois traços como a sensibilidade, a intuição e o saber poético não têm valor num contexto em que a ciência reina absoluta ou onde o ritmo frenético e mecânico da globalização ocupou o espaço da vida provinciana e regional.

Não se pode questionar a importância da razão para a nossa vida. Advertimos, no entanto, que ela não deve ser tomada como única via para se atingir o conhecimento, porque todo sistema unilateral leva a uma visão limitada da existência, que, neste caso, seria uma visão privada do sentimento.

Os indivíduos de hoje estão cada vez mais técnicos e menos líricos e sentimentais. Isso é o resultado de uma opção exacerbada pelo caminho da razão, que vem levando, sem a devida inclusão do problema nos limites da discussão filosófica, à substituição do homem pela máquina, que convém ao desenvolvimento tecnológico num mundo marcado pela busca desenfreada do lucro. Por isso, o homem típico desta era é o homem-robô das linhas de montagem.

Na área da educação, este fato desencadeou um sistema injusto de avaliação, conhecido como *Vestibular*, e que recentemente mudou de nome e passou a se chamar ENEM. Esse sistema de avaliação é injusto porque avalia baseando-se apenas em conhecimentos técnicos, deixando pouco espaço para se verificar a criatividade e a habilidade para lidar com os conhecimentos e relacioná-los. Ainda que esses aspectos sejam acionados como justificativa para o ENEM, permanecem apenas como linguagem, haja vista que, na prática, ocorre o contrário. Nele tudo é mecânico, desde a inscrição dos

candidatos, passando pela marcação das respostas até a seleção final, pois em todas essas fases não se leva em conta a sensibilidade do aluno e menos ainda sua vivência, sonhos e necessidades.

É, no entanto, possível transformar essa estrutura que se enraizou profundamente no inconsciente do homem ocidental. Para tanto o sistema educacional precisa valorizar o sentimento e a intuição na formação do homem, resgatando o espiritualismo que predominou em épocas passadas.

Faulstich (1985, p. 27), reinterpretando as Capacidades Cognitivas propostas por Benjamin Bloom et al., explica que

COMPREENSÃO é a capacidade de entender-se a mensagem literal contida em uma comunicação. Em um primeiro momento, deve o leitor ater-se ao ponto de vista do autor, à tese que o autor defende no texto. ANÁLISE é a capacidade de desdobrar o material em suas partes constitutivas, percebendo-se suas inter-relações e os modos de organização. SÍNTESE é a capacidade de colocar em ordem os pensamentos essenciais do autor, utilizando-se das sentenças-tópico dos parágrafos, que são as que normalmente sintetizam as ideias do texto.

Dito isso, completa: “a síntese manifesta-se pela reconstituição do todo, decomposto pela análise, eliminando-se o que é secundário e acessório e fixando-se no essencial. Nesse momento, atinge-se o ideal de relacionar e ordenar as ideias, sem a preocupação de seguir rigorosamente a sequência que elas possuem no texto original” (FAULSTICH, 1985, p. 27-28), mas preocupando-se em verificar como e em que sentido as outras ideias importantes gravitam em torno do ponto de vista do autor. Uma tarefa, portanto, se completa com a outra: para se chegar à síntese é necessário passar pela compreensão e pela análise. Isto é, torna-se necessário identificar o ponto de vista do autor, dividir e classificar o texto em suas diferentes partes e, por último, utilizando-se das frases-sujeito já devidamente separadas e classificadas, ordenar o pensamento norteador do texto em causa. A síntese tem, portanto, o escopo de *reduzir o tamanho* do texto, mantendo, entretanto, as ideias essenciais que participam de sua formulação. Então, se é assim, não há diferença entre síntese e resumo. Enganam os que assim pensam. Vejamos.

As frases-sujeito de cada parágrafo do texto acima são:

- A tensão entre o sentimento e a racionalidade adquiriu novo fôlego a partir do Iluminismo.
- Com a ascensão do cientificismo, o pensar e o sentir, na visão do homem ocidental, perdeu espaço para o *saber*.
- Não se pode questionar a importância da razão para a nossa vida.
- Os indivíduos de hoje estão cada vez mais técnicos e menos líricos e senti-

mentais.

- Na área da educação, este fato desencadeou um sistema injusto de avaliação, conhecido como *Vestibular*, e que recentemente mudou de nome e passou a se chamar ENEM.
- É, no entanto, possível transformar essa estrutura que se enraizou profundamente no inconsciente do homem ocidental.

A sequência das ideias é temporal. O texto expõe, pela ordem, *Iluminismo*, *cientificismo*, *indivíduos de hoje*, *vestibular*, *ENEM*. Tudo mediado por dois parágrafos em que um deles (terceiro) confere alguma importância à razão e no outro (último) há uma advertência sobre um sistema que considera injusto. Mesmo assim, a síntese pede alguma alteração na ordem das ideias. Vejamos a síntese:

Como resultado do Iluminismo e do racionalismo, o sentimento vem perdendo terreno para a razão, resultando num homem tornado mecânico por uma educação que só enfatiza o *saber*.

Percebeu-se, a partir da leitura da síntese, que apenas o primeiro, o segundo e o quarto parágrafos continham o conteúdo básico do texto, pois só com o que eles expõem foi possível sintetizá-lo.

INTERTEXTUALIDADE

Leitura

1º excerto

O comboio chegou ao alto da Favela a 13 de julho; e no dia subsequente, convocados os comandantes de brigadas, na tenda do general Savaget enfermo do ferimento recebido em Cocorobó, concertaram sobre o assalto. O dia era propício: uma data de festa nacional. Logo pela manhã uma salva de vinte e um tiros de bala a comemorara. Os matutos brancos foram varridos cedo, — surpreendidos, saltando estonteadamente das redes e dos catres miseráveis, — porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se batera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana.

O ataque contra o arraial era urgente.

(Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. 37.ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995. p. 475)

2º excerto

Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.

Afeiçoara-se a ver a fisionomia temerosa dos povos na ruínia majestosa das cidades vastas, na imponência soberana dos colíseus ciclópicos, nas gloriosas chacinas das batalhas clássicas e na selvaticidade épica das grandes invasões. Nada tinha que ver naquele matadouro.

O sertão é o homizio. Quem lhe rompe as trilhas, ao divisar à beira da estrada a cruz sobre a cova do assassinado, não indaga do crime. Tira o chapéu, e passa.

E lá não chegaria, certo, a correção dos poderes constituídos. O atentado era público. Conhecia-o, em Monte Santo, o principal representante do governo, e silenciara. Coonestara-o com a indiferença culposa. Desse modo a consciência da impunidade, do mesmo passo fortalecida pelo anonimato da culpa e pela cumplicidade tácita dos únicos que podiam reprimi-la, amalgamou-se a todos os rancores da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminosa e paga para matar.

Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava.

(Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. 37.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 603-604)

Os exercícios de intertextualidade são fundamentais para o entendimento de um texto. O leitor precisa ter condições não só para interpretar aquilo que o texto diz como também para aplicar as ideias que ele contém a outras realidades ou retirar ideias dessas outras realidades e aplicar a ele. O primeiro momento (leitura interpretativa) e o segundo (leitura aplicativa) só se tornam possíveis a partir da articulação entre o conteúdo do texto e os conhecimentos do leitor. Daí que um texto pode se tornar incoerente para certo leitor, se ele não apresentar condições de interpretá-lo. Essas condições dizem respeito ao seu nível de formação intelectual que, por sua vez, é resultado de suas leituras e conhecimento de mundo.

A interpretação consiste na busca e decodificação (entendimento) das ideias transmitidas pelo texto. Essa atividade só se torna plena quando o leitor capta a mensagem central do texto: aquela mensagem que se esconde nos implícitos e que deve ser buscada com o mesmo afincamento com que o garimpeiro procura o diamante; para tanto, deve também identificar e relacionar os símbolos que ele contém a partir de aspectos exógenos.

A *busca e decodificação das ideias* e sua compreensão exigem pequeno esforço e não muito conhecimento por parte do leitor, visto que são aspectos endógenos, isto é, intratextuais: elementos do próprio texto. Entretanto, sua extrapolação, bem como a identificação e tradução dos símbolos exigem que o leitor tenha um conhecimento mais

abrangente, porque precisa estabelecer uma interação — uma intertextualidade — entre o texto e o mundo, entre o texto e outros textos, precisando, dessa forma, conhecer outros textos e haurir o sentido da relação entre texto e contexto.

A realidade do texto é diferente da nossa, ainda que tenha sido composto no nosso próprio contexto histórico, apresente a descrição das ruas da nossa cidade e dos lugares que visitamos e conhecemos, pois além dos elementos do cotidiano que pode conter, interferem também os seguintes aspectos que apontam a *intertextualidade*: a **cosmovisão do autor, sua ideia de mundo, sua opção política e ideológica, sua religião, suas leituras anteriores** e, sendo um texto literário, apresenta também o elemento estético. Por isso, é necessário que o leitor alie sua própria visão de mundo à realidade que o texto transmite, como a transmite. É necessário, em suma, que *respeite a realidade do texto*, pois a leitura é uma atividade que se define pelo contato com essa realidade, que é particular, atípica, só do texto.

É de uma leitura adequada que depende o entendimento do texto e, por conseguinte, uma interpretação correta que deve, por sua vez, privilegiar a identificação da estrutura textual interna (leitura intratextual) e da relação que ele mantém com o contexto que o gerou e com outros contextos (leitura intertextual). Essas relações tanto se dão em termos sincrônicos (relações estabelecidas pelo texto no espaço) quanto diacrônicos (relações que o texto estabelece no tempo). O próprio texto traz marcas de interpretação² que auxiliam o leitor nessa direção. Uma boa leitura pode identificá-las.

A primeira marca de interpretação que o excerto 1 acima oferece encontra-se logo na primeira linha, que dá uma ideia de movimento. Este aponta, por seu turno, o elemento narrativo: *o comboio chegou*. As linhas seguintes indicam que o texto é, de fato, uma narração, pois a situação apresentada não é estática, como seria se o texto fosse descritivo; vai modificando-se no tempo: a chegada do comboio e a convocação dos comandantes não podem ocorrer na mesma hora: há uma evolução temporal, pois o autor narra uma história. Esta marca de interpretação é um dos elementos estruturais intratextuais, porque se restringe aos limites do texto. No excerto 2, o autor não narra nem descreve, tece considerações, elegendo um ponto de vista acerca do problema. O texto agora é dissertativo.

Uma segunda marca de interpretação diz respeito à linguagem fundamentalmente irônica do texto, porque fala dos matutos surpreendidos em suas próprias camas de onde são expulsos pelos invasores, seguida de uma referência aos direitos humanos, em mais um momento intertextual, pois *direitos humanos* é objeto de muitos outros textos escritos ou orais ao longo da História — os matutos foram varridos *porque havia pouco mais de*

2. Antes de mim, Ingedore G. V. Koch referiu-se a essas marcas, utilizando o termo *marcas linguísticas*.

cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem. A presença da conjunção (*porque*) estabelecendo a coesão textual entre dois aspectos moralmente incompatíveis é que determinou a ironia, que teria desaparecido se no lugar da conjunção citada, tivesse sido empregada a expressão *apesar de, embora, a despeito de* etc.

O emprego da palavra *porque* gerou a ironia, visto que o autor expôs uma coisa para dizer outra oposta à que disse, pois dentre os direitos humanos está o de ter respeitados e garantidos pelos poderes constituídos o repouso, a segurança, uma vida saudável e o lar. Ocorre que no sertão (no *Os Sertões*) era justamente esse poder que impedia aos matutos tais direitos.

Esta segunda marca de interpretação diz respeito tanto ao aspecto intratextual quanto ao da relação do texto com o mundo, visto que evoca um elemento fora do texto, pois a linguagem, a despeito de sua apropriação social, é aspecto dele, enquanto os direitos humanos é aspecto que pode ser apropriado por qualquer outro texto, pois pertence à História. Da mesma forma que empregou a linguagem da ironia, poderia ter empregado outra linguagem qualquer, a da metonímia, por exemplo, residindo aí outro aspecto intertextual. Estas considerações enfatizam a intertextualidade entre o texto e a língua, que é uma entidade normativa e fator social e de socialização, manifestando-se de diferentes maneiras, com diferentes dialetos e recursos em distintos textos e lugares. Cabe ao leitor perguntar: quais recursos linguísticos foram privilegiados neste ou naquele texto? Como o autor utilizou a língua, ou seja, que tipo de relação existe entre o texto e a língua (entre o conteúdo e a forma)?

A aptidão para interpretar textos depende, portanto, da quantidade e qualidade de leituras anteriores do leitor. Aquele que conhece o tema *direitos humanos* está mais capacitado a fazer e tecer as possíveis relações espaciais e temporais que as ideias do texto em questão evocam; sendo assim, quanto mais o leitor apresentar leituras anteriores, maior será sua capacidade de fazer relações intertextuais, pois seu arcabouço de conhecimentos será mais rico e a ele o texto aparecerá mais coerente.

Qual seria o tema dos excertos em causa? Mais uma vez fazem-se perguntas que apontam o elemento intertextual. A partir de um primeiro olhar, parece que o tema é a descrição de uma guerra. A obra *Os Sertões* trata da guerra de Canudos que, dessa forma, é o assunto. O tema seria a inclusão do sertanejo à civilização do litoral. Ocorre que este excerto, isolado do contexto da obra, aponta para outra direção. Primeiro mostra os militares numa situação de força e poder: *o comboio, festa nacional, salva de vinte e um tiros*. Em seguida apresenta uma situação de fragilidade e pobreza: *matutos brancos varridos, surpreendidos, saltando estonteadamente das redes, miseráveis*. Estes aspectos indicam que o tema é direitos humanos. A inclusão do sertanejo à civilização do litoral

poderia figurar como uma delimitação do tema.

O leitor pode achar estranho que o tema seja direitos humanos, porque se trata de uma expressão que surgiu em uma só linha do excerto no meio de dezenas de outras palavras. Ocorre que o tema não precisa ser uma palavra ou expressão citada no texto, pois é algo que se *extraí* dele, a partir do recurso à intertextualidade. Há entre tema e referente uma íntima relação. E a relação entre o texto e o mundo se dá à moda da relação entre o significante (a palavra) e o significado (o que a palavra significa ou representa). O referente é o elemento do mundo mostrado pelo texto. E há entre este e o que ele significa uma relação intertextual. O tema será, então, extraído da forma como esse referente manifesta-se no texto, como resposta à pergunta: o que o texto mostra e por que mostra? Sendo assim, mesmo que o autor não tivesse registrado a expressão *direitos humanos* no texto, seria possível *extraí-la*, porque há um problema de direitos humanos em quaisquer textos que mostram o indivíduo alijado de sua condição humana essencial por um poder mais forte. A identificação do tema, portanto, só foi possível quando se articulou o texto ao contexto (o texto ao mundo).

Há relações entre os dois excertos empregados para ilustrar este estudo, não só porque poderiam figurar como dois textos, como também porque fazem parte da mesma obra. O estudo dessa relação é outro fator de intertextualidade.

O reino maior da intertextualidade entre textos é a paródia, visto que nela ocorrem influências em que impera o enfrentamento, quando um texto se aproxima de outro, para imitá-lo ou a fuga, quando utiliza esse outro texto para rechaçá-lo. O trecho de Oswald de Andrade, a seguir, é parte de um poema que estabelece uma paródia de um conhecido poema de Casimiro de Abreu.

Meus Oito Anos

Oh! que saudade que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!
(Abreu, Casimiro de. *Poesias Completas*.
São Paulo: Saraiva, 1961. p. 63)

Meus oito anos

Oh! que saudades que eu tenho
Da aurora de minha vida
Das horas
De minha infância
Que os anos não trazem mais
Naquele quintal de terra
Da Rua de Santo Antônio
Debaixo da bananeira
Sem nenhum laranjais.
(Andrade, Oswald de. *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 1972)

Há intertextualidade de conteúdo, quando o leitor reporta-se a conhecimentos anteriores para o entendimento de um assunto atual que Koch (1984, p. 88-89) exemplifica com o caso de “matérias jornalísticas que cobrem um mesmo fato, durante vários dias.

Cada artigo pressupõe que os leitores conheçam os artigos sobre o mesmo assunto publicados anteriormente”, assim como a paródia pressupõe que os leitores conheçam o texto parodiado.

Uma das relações entre os dois trechos de Euclides da Cunha pode apontar o fluxo do pensamento, isto é, um dos excertos é mais generalista, outro, mais específico, sendo assim, um lembra uma introdução e o outro, uma conclusão. Qual deles se aproxima mais de uma conclusão? O primeiro trecho mostra o fenômeno em seu aspecto dinâmico, o processo, o acontecimento: a narração. O segundo apresenta considerações abstratas, é dissertativo.

Outra marca de interpretação de qualquer texto é aquela que remete à visão de mundo do autor ou ao tipo de mensagem que ele transmite. Em ambos os excertos, Euclides da Cunha relata um fato e faz uma denúncia, chamando atenção contra a injustiça cometida pelo mais forte contra o mais fraco.

Os vocábulos empregados em um texto dão margem a questões relativas à significação das palavras e à ortografia. No caso em tela o vocábulo *concertaram*, por exemplo, é uma palavra rica para esse tipo de discussão, pois há o *eu conserto* e o *concerto*. A primeira remete ao ato de reparar um defeito e a segunda, a uma apresentação musical. *Concertaram* não foi empregada em nenhum dos dois sentidos. Para que se entenda a camada semântica da palavra é necessário que se adentrem aos limites da relação entre o texto e a língua, isto é, a intertextualidade entre ambas, pois o significado das palavras depende do contexto em que se inserem, de sua relação com as outras palavras no texto, bem como do texto tomado em sua integridade; depende, em suma, da intratextualidade em sua interação com a intertextualidade.

Outras palavras que poderiam gerar discussões da mesma ordem seriam *assalto* e *varridos*. Ambas foram, tanto quanto *concertaram*, empregadas em sentido figurado, conotativo. Assalta-se para roubar (atitude própria de marginais e não do governo), varre-se o chão, não uma pessoa.

Insiste-se, mais uma vez, que é necessário o leitor adquirir razoável cultura geral que lhe permita entender um texto, pois é da sua riqueza intelectual que depende sua inserção nos sentidos que um texto aciona. A propósito do vocábulo *coliseu*, no segundo trecho, pode-se afirmar muita coisa. Esta palavra é o nome de um espaço arquitetônico de Roma, mas no texto seu sentido é diverso.

Enfim, nós lemos um texto para entendê-lo. O entendimento de um texto depende da capacidade de percorrer o emaranhado de configurações sêmicas que o ligam com diversos outros textos e contextos, pois são esses que guardam, em sua relação com o texto em espécie, o sentido que este expressa.

ANALOGIA

Leitura

De coisas sublimes e infinitas³

Os amigos são anjos da guarda imperfeitos

Nossas lágrimas se confundem

Nossos laços são puros e pra sempre.

Transcendendo tempo, espaço e paixão

5 A amizade se faz castelo incólume

Em nossos corações.

Os laços eternos

Não cedem às tempestades,

A imperfeição é nosso convívio.

10 Não somos santos,

Somos felizes e tristes,

Retos e tortos,

Somos amigos.

(Gil Roberto Gomes de Almeida. *Inédito*)

A analogia é o recurso da comunicação mais utilizado tanto na linguagem oral como na escrita. Sua estrutura é a das figuras retóricas da comparação e da metáfora, pois analogia é uma comparação, uma semelhança e, como tal, pode levar a uma conclusão em virtude da semelhança ou diferença entre dois aspectos da realidade. Analogia é, em suma, uma relação entre fatos, circunstâncias ou objetos. Ela permite atingir o desconhecido por meio do conhecido, constituindo-se um bom instrumento didático e argumentativo, visto que nem todas as semelhanças podem ser observadas, mas aquelas que se observam servem para desvendar as desconhecidas. A terra, por exemplo, é redonda. O elemento da realidade que podemos empregar para estabelecermos uma comparação (uma analogia) com ela é uma bola. Se um professor tivesse que ensinar aos alunos que a terra apresenta um movimento de rotação, girando sobre o próprio eixo, lembrar-se-ia de um pião (brinquedo comum à época em que o autor desta obra era criança). Ao empregá-lo em sua explicação estaria lançando mão da analogia. Enfim, ao dizer que algo é igual ou diferente de outro se emprega a analogia.

Um discurso analógico pode *atuar* em dois níveis, se for metafórico, ou em três, se for comparativo. Os versos 1 e 5 do poema acima são exemplos de analogias no

3. Texto de Gil Roberto Gomes de Almeida cedido por ele para este livro, em sua primeira edição, quando o autor era meu aluno no Ensino Médio.

plano metafórico, em que surgiu, no primeiro nível, o ente que se quer caracterizar (o ente desconhecido) e no segundo o ente caracterizador (o ente conhecido). O verso 1 compara *amigos* (ente hipoteticamente desconhecido) com *anjos da guarda imperfeitos* (entes caracterizadores); a mesma estrutura prevalece no verso 5, que compara *amizade* com *castelo incólume*. Estes dois exemplos dão a medida da potencialidade explicativa da analogia, pois, a partir dela, pode-se explicar, em poucas palavras, um fato que, de outro modo, requereria várias páginas. Ao dizer que *os amigos são anjos da guarda imperfeitos*, o poeta atingiu, de forma sucinta e dinâmica, a caracterização de *amigos*, deixando ao leitor a tarefa de articular o conceito de *anjo da guarda* à significação que o termo caracterizado apresenta para ele.

O terceiro verso: *Nossos laços são puros e pra sempre*, modificado para *Nossos laços são puros como a neve* apresenta analogia a partir da figura retórica da comparação em que o primeiro nível indica o ente que se pretende caracterizar (laços), no segundo nível ocorre o ente caracterizador (puros) e no último nível o ente que estabelece a ponte metafórica (neve). O raciocínio, neste caso, fluiu num crescendo gradativo de *puros* para *neve*. Vejamos mais um exemplo.

Brasília é, enfim, um lugar diferente de todos os outros que até então se conceberam, por sua arquitetura, sua história e sua função.

Neste trecho foram empregados três elementos conhecidos (porque específicos de uma cidade): *arquitetura, história e função* de Brasília para compará-la com outros lugares. Trata-se de um aspecto que ocupou um pequeno espaço no texto: apenas duas linhas, mas, pela força da analogia, contém um discurso extenso e profundo.

INFERÊNCIA

Leitura

Pombinha

Pombinha pousou os cotovelos na mesa e tulipou as mãos contra o rosto, a cismar nos homens.

Que estranho poder era esse que a mulher exercia sobre eles, a tal ponto, que os infelizes, carregados de desonra e de ludíbrio, ainda vinham covardes e suplicantes mendigar-lhe o perdão pelo mal que ela lhes fizera?

E surgiu-lhe então uma ideia bem clara da sua própria força e do seu próprio valor.
Sorriu.

E no seu sorriso já havia garras.

Uma aluvião de cenas, que ela jamais tentara explicar e que até aí jaziam esquecidas nos meandros do seu passado, apresentavam-se agora nítidas e transparentes.

(Azevedo, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Martins, 1970. p. 161)

Para se estabelecer uma inferência faz-se necessário que o receptor de um texto oral ou escrito, por meio de um exercício de intertextualidade, busque relações entre elementos desse texto e suas leituras ou experiências anteriores, pois a inferência é uma operação mental que se traduz na capacidade de chegar a uma conclusão apegando-se a suspeitas ou indícios que o texto oferece e são colocados em face de uma situação que com eles guarda implicitamente alguma relação. As conclusões a que se chega por meio dessa operação não podem ter o caráter de certezas absolutas, pois permanecem no campo das suspeitas.

A imprensa costuma fazer inferências; nos jornais, por exemplo, é frequente a referência a certo cidadão que, mesmo ganhando pouco, ostenta um padrão de vida muito alto. O jornalista faz tal afirmação esperando daí a inferência de que o indivíduo possa ser um ladrão. Na sala de aula, já ocorreu a algum professor que um ou outro aluno estivesse *colando* numa prova, porque o viu falando em voz baixa com um colega ou manuseando um caderno, ou que, sendo um aluno de poucos atributos cognitivos venha a tirar nota alta na prova.

Talvez a conversa tenha girado em torno de outro assunto estranho à prova, da mesma forma que a consulta ao caderno possa ter sido para pegar uma folha em branco com vistas a algum rascunho, e a nota alta pode ser resultado de algum esforço que, sazonalmente, ocorre na trajetória acadêmica de discentes com grau cognitivo de baixo quilate. Mas a situação em que ele se encontrava no momento específico — fazendo uma prova —, levou à suspeita, isto é, à inferência de que estivesse buscando, ilicitamente, a resposta para alguma questão.

A inferência é bom recurso para a interpretação de texto. Vejamos as inúmeras inferências que se pode retirar do trecho de Aluísio Azevedo acima. O próprio título traça, por inferência, um retrato do personagem, indicando que ela era miudinha (atente para o nome *pombinha*) e que, tal como as pombas, vivia a pousar em diferentes lugares. O texto confirma esta última inferência, pois o parágrafo final fala de *uma aluvião de cenas* [...] *esquecidas nos meandros do seu passado*. Para divisar *uma aluvião de cenas* ela teria que andar pela cidade. A frase *E no seu sorriso já havia garras* conduz à inferência de que o sorriso da personagem escondia muito rancor, que, por sua vez, gerará outras inferências, como a de que a sociedade a tenha prejudicado de alguma forma.

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

HABILIDADE PARA EXPRESSAR-SE COM CLAREZA E CONCISÃO

A clareza é um aspecto de grande importância e pode ser obtida a partir do lançamento de estratégias que facilitam a decodificação do texto. Um texto claro testemunha não somente um pensamento deve ser claro, expresso em linguagem também clara. Um dos artifícios que contribuem para a clareza a decodificação do texto é a concisão. Clareza e concisão são duas noções que guardam entre si elevado grau de parentesco semântico: uma depende da outra, pois ao falar de concisão ouvimos ecos de clareza. Um texto claro deve ser conciso, entretanto, a concisão exagerada culmina por produzir um resumo que prejudica a clareza. A questão se resolve por meio do equilíbrio: toda forma de exagero não combina com um texto escrito de forma a não produzir frases muito longas, pois estas comprometem o sentido do texto, mas a parcimônia verbal deve ser feita com cuidado para que não comprometer o conteúdo e, por extensão, o sentido.

Um texto conciso apresenta-se com economia de palavras, nele são empregados apenas os vocábulos necessários, não há os floreios que normalmente “enfeitam” e acionam elementos estéticos num texto literário de certa vertente. Num texto conciso, o redator se faz compreender através das palavras essenciais à expressão de seu pensamento, privilegiando aquelas que são, de fato, necessárias à perfeita comunicação das ideias e evitando, por conseguinte, o que for desnecessário. Evitando, portanto, a *prolixidade*, que se define pelo emprego de frases, palavras e expressões supérfluas, pela repetição de fatos, cenas e aspectos já descritos, e pelo abuso de orações subordinadas.

Uma palavra repetida várias vezes banaliza-se no texto, levando ao comprometimento não só semântico e estético. A leitura se torna desagradável. Vejamos um exemplo caótico, visto que, além da repetição de palavras, ocorreu também problema na camada acústica:

Pedro, um médico, acorda cedo com muita pressa de chegar ao *hospital*, porque é época de *carnaval* e o *hospital* está atendendo três vezes mais que o *normal*.

Banalizou-se uma sequência sonora. O problema poderia ser resolvido substituindo palavras e alterando a estrutura da frase:

Pedro, um médico, acorda cedo, com pressa de chegar ao centro de saúde sobrecarregado com maior quantidade de pacientes.

A frase reestruturada resolveu o problema da redundância (da repetição de palavras),

mas gerou outro (de clareza): afinal é Pedro ou o hospital que está sobrecarregado de pacientes. É necessário reestruturá-la mais uma vez:

Como é época de carnaval, o centro de saúde onde Pedro trabalha está sobrecarregado de pacientes, por essa razão ele acorda mais cedo.

A última reestruturação acima chamou a atenção para outro aspecto que precisa ser enfocado quando se fala de clareza, isto é, a questão da ambiguidade ou duplicidade de sentido, um defeito que desorienta o leitor no momento de decodificar o conteúdo da frase. Vejamos alguns exemplos:

Vi Maria com sua mãe chegando à igreja. (mãe de Maria ou da pessoa com quem falo?)

Tenho dito ao nosso colega que vou lhe devolver o livro. (devolver a quem: ao colega ou à pessoa com quem falo?)

Sua permanência entre nós foi ruidosamente festejada por todos os cronistas mundanos e também por algumas das mais famosas mulheres da sociedade, que o homenagearam com jantares e recepções. (Não está claro se a palavra *que* tem por antecedente apenas mulheres da sociedade, ou estas e os cronistas mundanos.)¹

Santos, para quem os fatores que podem trazer prejuízo à clareza são “a má disposição das palavras na frase, a pontuação incorreta, as intercalações excessivas, ou, ainda, a omissão inadvertida de certos termos ou expressões” (SANTOS, s/d, p. 39), também ilustra a falta de clareza com algumas frases. Vejamos esta:

Por falta de dinheiro, comprava artigos para homens de inferior qualidade. (Observe que a expressão ‘de inferior qualidade’, que se refere a ‘artigos para homens’, foi deslocada, tornando a frase obscura) (SANTOS, s/d, p. 39).

No exemplo seguinte de Eça de Queiroz também ocorre falta de clareza:

Carlos continuava calado. Compreendia bem o Ega — e quase sentia um remorso daquela sua rígida reserva. Mas era como um pudor que o enleava, lhe impedia de

1. Cf. LIMA, Rocha; BARBADINHO NETO, Raimundo. *Manual de redação*. 2.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

pronunciar sequer o nome de Maria Eduarda. Todas as suas outras aventuras as contara ao Ega; e essas confidências constituíam talvez mesmo o prazer mais sólido que elas lhe davam.

(Eça de Queiroz. *Os Maias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p. 242)

O leitor terá dificuldade para descobrir a quem o pronome *lhe* se refere no exemplo de Eça acima, ou seja, *essas confidências constituíam talvez mesmo o prazer mais sólido que elas davam a quem?* Ao Ega ou ao Carlos?

A clareza e a concisão devem ser vistas também numa perspectiva histórica. Ao escrever, o aluno precisa estar motivado a seguir a tendência contemporânea de construção do período. Sabemos que o nosso tempo se caracteriza pelo dinamismo; a pressa deixa sua marca em toda atividade humana de nossos dias. Essa é também uma das características do estilo literário contemporâneo. O leitor precisa, com a rapidez que exige o ritmo da vida moderna, apreender o pensamento do autor sem perda de tempo; daí a necessidade de se evitarem divagações. O período longo

que tanto caracterizou autores do século passado, vem sofrendo uma expressiva diminuição. A construção de frases curtas amolda-se à tendência prática e comodista da época atual, em que as palavras são escolhidas de forma a expressarem mais objetivamente o pensamento, evitando o supérfluo, o mero ornamento (SANTOS, s/d, p. 39).

Mas essa solução traz outra preocupação, isto é, quanto mais se reduz o período, mais se valoriza a palavra, fazendo com que ela seja escolhida mais cuidadosamente. Como um período longo tem maior probabilidade de ser pouco claro, a redução no tamanho da frase indica que o autor privilegia, dentre outras virtudes, o pensamento claro.

A opção pela estrutura da frase sofreu transformação nos últimos tempos, visando à valorização da ordem direta em que os termos são colocados numa sequência que começa pelo sujeito, daí para o verbo e deste para os complementos e adjuntos. Essa sequência vem sendo praticada em detrimento da ordem indireta; isto é, valoriza-se o estilo em que as palavras surjam dispostas harmonicamente na oração, e as orações, no período. O discurso na ordem direta é sempre mais claro.

Dependendo dos receptores a quem a mensagem for transmitida, um texto com expressões em língua estrangeira pode ficar pouco claro. Recomenda-se ao redator que privilegie a forma correspondente em língua portuguesa. Se isso não for possível, deve-se colocar a expressão estrangeira entre aspas ou em itálico.

O preciosismo (rebuscamento da linguagem) é outro defeito que se opõe à clareza, pois o uso inadequado e abusivo de palavras e expressões eruditas nada acrescenta à elegância da frase, além de torná-la confusa. O redator precisa, dessa forma, evitar o

desejo de surpreender o leitor com erudição desnecessária. Ele deve surpreender o leitor com uma mensagem clara.

HABILIDADE PARA ORGANIZAR IDEIAS

O princípio mais elementar da habilidade para organizar ideias diz respeito à capacidade de esquematizar um roteiro antes de iniciar a redação. Isso porque ao desenvolver um texto, a primeira fase consiste no surgimento de ideias acerca do assunto. Elas surgem, no entanto, embaralhadas, confusas e desconexas. O autor tem dois caminhos a seguir: lançá-las no papel da forma que surgem ou organizá-las, esquematizá-las, selecioná-las, PLANEJAR.

A primeira reação de quem vai compor um texto é a dúvida que, se não for controlada, pode levar ao apagamento das ideias, deixando o redator desorientado. Seguindo alguns passos ou técnicas relativas à organização das ideias, ele pode, no entanto, impedir que a dúvida evolua.

O tema surge normalmente embaralhado e desconexo. O redator não pode se desorientar em face disso, mas ter calma e maturidade. Não é o fim do mundo! Deve (como diz um clichê) *dar um tempo* a si mesmo, permitindo que seu pensamento divague, passeando pelo tema. Nesse passeio muitas ideias vão surgindo. Com o lápis e o papel na mão, vai anotando cada uma dessas ideias, cada palavra ou expressão que se relacione ao tema a ser desenvolvido.

Vamos supor que o tema seja *o menor abandonado*. A dúvida inicial pode conduzir a uma pergunta do tipo: *como vou desenvolver esse tema se não sou um menor abandonado nem os conheço?* Se o redator não *fugir*, mas tiver calma e permitir que seu pensamento divague pelo tema, ocorrerão lembretes como: *vi certa vez alguma coisa a respeito de menores abandonados na televisão* ou *li algo sobre isso num jornal*, ou algo como: *vi alguns menores perambulando pelas ruas*.

Podemos denominar esse momento de *fase das primeiras reflexões desconexas*. É a fase em que, a partir de reflexões preliminares, o redator traz o assunto para suas experiências e vivências. Tais lembranças conduzem a perguntas do tipo: *por que existem menores abandonados?* Nesta fase, sem maiores esforços e inconscientemente, o redator delimitou o assunto, pois esta pergunta já é a delimitação, e perguntas pedem respostas, perguntas lembram fatos. É neste momento, quando as perguntas começam a se tornar mais maduras, mais densas e significativas que as ideias surgem na forma de respostas a elas.

Considerando a pergunta — *por que existem menores abandonados?* — como o primeiro passo concreto da redação (a delimitação), chegou o momento de fixar o objetivo,

o momento de criar a constante que vai controlar a redação. Esse objetivo, ou essa constante poderia ser: *identificar as causas da existência do menor abandonado*. Aliás, a fixação do objetivo é uma etapa que vem em seguida à delimitação do assunto, é o objetivo “que deve orientar o que será escrito” (SOARES, 1978, p. 56). É por isso que lhe dou o nome de constante.

A fixação do objetivo “facilita a seleção das ideias e sua ordenação” (SOARES, 1978, p. 56). Havendo um objetivo, a tendência do redator (por que não dizer a obrigação?) é não se afastar dele, buscando ideias que com ele se relacionam. Devido a essa característica de prender o parágrafo em torno de si, o objetivo torna-se “um recurso indispensável para se escrever com *coerência*” (SOARES, 1978, p. 57), isto é, para controlar as ideias. Isso feito, o aluno (o redator) passa para outra fase.

É chegado o momento de especificar uma tese, um ponto de vista, algo como: *o menor abandonado é uma realidade social grave no Brasil*. A tese pode ser outra: *o problema do menor abandonado não é tão grave quanto parece*. Nesta fase de lembranças e registro das ideias, o redator não deve se prender muito ao objetivo, pois tudo que lhe vier à mente deve ser registrado, só depois é que lançará mão do objetivo para fazer uma seleção dos registros que se relacionam com ele. Lembrar-se-á, por exemplo, de algo como: *gravidez precoce*, que o conduzirá a lembrar-se de outro ente social: *mãe solteira*. Lembrando-se de que a pobreza é fator subjacente ao problema em causa, ocorrer-lhe-á outra lembrança, a do *desemprego*. Mas... e o governo, por que não evita o problema? Outra pergunta que gerará outra resposta: *assistência social deficiente*. Continuando a pensar, o redator lembrar-se-á do *uso de drogas*, outro problema que está na base da existência do menor abandonado. Ideias e mais ideias surgem: *fome, desamparo, choro, tristeza* e assim por diante. Nesse momento o aluno já tem **alguma** coisa no papel, as dúvidas começam a desvanecer-se. Afinal, ele tem a delimitação do assunto, o objetivo, uma tese e muitas palavras, expressões e frases.

Depois de registradas, as palavras e expressões devem ser colocadas em frases completas; algo como:

O desemprego tem desestruturado muitas famílias.

A gravidez precoce é um problema social.

A assistência social ao menor brasileiro tem apresentado muitas falhas.

Aumenta o uso de drogas entre os menores.

Muitas famílias não têm condições de amparar seus filhos.

Vi uma criança chorando na frente da padaria.

É muito triste ver uma criança sofrendo.

Sem maiores esforços, o redator construiu várias frases-sujeito, todas relacionadas (coerentes) ao tema, porque todas respondendo à pergunta que deu origem ao objetivo. Sozinhas, entretanto, as frases não explicam o problema, é necessário que sejam esclarecidas, que sejam desenvolvidas através de outras frases: frases com ideias secundárias (as frases-predicado) que formam, juntamente com a frase-sujeito, um parágrafo. Em cada frase sujeito a pelo menos uma palavra ou expressão que remete à constante, que serve de ancoragem para o objetivo, pois temos, nessa ordem: desemprego, gravidez precoce, assistência social ao menor, uso de drogas, amparar seus filhos, chorando na frente da padaria, criança sofrendo.

As frases-sujeito registradas, pela sua natureza, apontarão vários tipos de parágrafo. As frases *o desemprego tem desestruturado muitas famílias e a gravidez precoce é um problema social* são frases-sujeito que podem ser desenvolvidos por meio de motivos, o que pode ser feito em função da pergunta: *por que o desemprego tem desestruturado muitas famílias e por que a gravidez precoce é um problema social?* A lista de respostas constituir-se-á nas frases-predicado que desenvolverão cada parágrafo.

Já frase-sujeito *a assistência social ao menor brasileiro tem apresentado muitas falhas* oportuniza o desenvolvimento de um parágrafo pela citação de exemplos, empregando fatos concretos como testemunho para demonstrar o que se afirmou. A frase-sujeito aparece, assim, como uma matéria-prima que precisa ser trabalhada, moldada, acabada; esse tratamento dado à frase-sujeito a transformará numa geratriz, isto é, uma frase que vai gerar inúmeras outras, pois ela contém a ideia primária em torno da qual o parágrafo será construído.

A frase-sujeito *umenta o uso de drogas entre os menores* também aponta exemplos, o redator pode simplesmente ilustrá-la relatando uma história que conhece ou de que ouviu falar sobre o uso de drogas entre menores; entretanto, esse desenvolvimento depende do tratamento que o redator queira dar à ideia primária contida na frase-sujeito, pois se sua tendência for a de transformá-la em perguntas, certamente o desenvolvimento por ilustração não será o mais adequado, visto que não cabe, por exemplo, uma historietta como resposta à pergunta: *por que aumenta o uso de drogas entre as crianças?*

A frase-sujeito *muitas famílias não têm condições de amparar seus filhos* pode ser vista como uma consequência, sendo assim, cabe ao redator enumerar as causas. Ele está, por enquanto, na fase do rascunho ou numa fase anterior ao rascunho.

Chegando às duas frases-sujeito: *vi uma criança chorando na frente da padaria e é muito triste ver uma criança sofrendo*, descobrirá que soariam melhor como frases-predicado da primeira frase-sujeito. É o momento de fazer uma primeira reestruturação de seu texto.

O redator deve, portanto, começar por algumas palavras que sirvam para situá-lo no tema proposto. A partir daí as ideias vão surgindo e sendo, evidentemente, anotadas para que não se percam. Quando tiver uma quantidade razoável de ideias anotadas, tem início outra fase: seleção e classificação. Esta última consiste no agrupamento das ideias por afinidade entre elas, isto é, as ideias *parecidas* são colocadas umas junto das outras, mais ou menos como a seleção de frutas em que se colocam as maçãs numa caixa, as laranjas em outra e assim por diante. Se nossa atividade for a de classificar e ordenar frutas, certamente depois que separarmos por classes, devemos adotar um método de ordenação que pode ser da mais barata para a mais cara ou das maiores para as menores etc. Da mesma forma, temos que ordenar nossas ideias depois que forem classificadas.

A ordenação deve partir do mais geral para o mais específico, isto é, das ideias que reportam à introdução para as que apontam a conclusão. Precisamos, neste ponto, lembrar a coerência entre o que vamos escrever e o tema que delimitamos. Convém relermos nossas frases para decidir quais estão de fato relacionadas ao que queremos expor; certamente muitas serão alijadas por estarem em desacordo com o que pretendemos.

Verificada a *coerência*, chegou o momento da *coesão*, pois é agora que o redator vai montar o rascunho, articulando as frases entre si por meio de conjunções, preposições, advérbios. No momento em que estiver desenvolvendo esta etapa, ocorrerá a ele que, para articular uma ou outra frase entre si, os elementos de ligação citados não serão suficientes, pois é necessário, às vezes, montar uma terceira frase para ligar duas outras. E o texto vai surgindo naturalmente. Seguem-se quantas releituras forem necessárias para a melhoria do trabalho; “procederemos, então, onde couberem, a enxertos, sucessões ou mudanças de ordem na própria estrutura da exposição; troca de palavras, refazimento de frases, correção de deslizes gramaticais — tudo a servir de base para a elaboração de praticamente novo texto” (LIMA, 1980, p. 15).

O redator aluno deve ter entendido que da organização das ideias faz parte também a capacidade de proceder à hierarquização do texto em INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO e CONCLUSÃO. As relações devem ser estabelecidas de tal modo que este último seja preparado pelo desenvolvimento, que, por sua vez, decorre da introdução.

Há diferentes meios para se introduzir um texto, tais como, dentre outros, conforme Felizardo (1969, p. 35-36), “um retrospecto histórico, uma citação, uma cena descritiva, uma pergunta, um dado geográfico precisando um fato, dados estatísticos, a narrativa de um fato, uma frase declarativa, linguagem figurada, duas ideias contrastantes”. Independente do meio empregado, a introdução deve conter a ideia primária do texto, de modo que seja possível desdobrá-la na parte seguinte: o desenvolvimento. A introdução por meio de uma pergunta facilita as coisas para o redator iniciante, visto que para concluir basta respondê-

la.

A segunda etapa da dissertação em processo é o *desenvolvimento* da ideia primária expressa na introdução. O desenvolvimento pode ser elaborado empregando os mesmos recursos utilizados para a introdução. Mais uma vez, o redator precisa servir-se do que aprendeu sobre coesão e coerência de modo que o desenvolvimento de seu texto construa-se “em blocos de ideias bem articulados entre si, de tal sorte que da sucessão deles resulte um conjunto unitário e coerente, capaz de encaixar-se com naturalidade na parte que o antecede (a *introdução*) e na que lhe sucede (o *desfecho*)” (LIMA, 1980, p. 13).

É no desenvolvimento que se dá a defesa do ponto de vista expresso na introdução e a amplificação do tema (a progressão temática), a partir da exposição das ideias, que não podem, por seu turno, ser apresentadas aleatoriamente, é necessário que obedeçam a uma ordem cronológica ou lógica. É necessário, em suma, que se utilize o bom senso no processo de composição do texto.

A conclusão deve apresentar duas características identificáveis: encerramento e resposta. A primeira porque fecha o texto, a segunda porque dá uma resposta final às indagações implícitas ou explícitas feitas na introdução, quando se apresentou o problema expresso na ideia primária. Na conclusão, retoma-se, portanto, com mais ênfase — porque já foi comprovada — a tese defendida ao longo do texto. O próprio desenvolvimento indica a forma como se deve proceder à construção da conclusão.

A organização das ideias faz parte de qualquer texto, portanto, a narração também pode evidenciar um pensamento organizado ou desorganizado. O redator que se propõe a narrar deve, para evitar ruptura de suas ideias, partir de um plano previamente formulado em que anote, de antemão, o esqueleto de seu texto. Do plano deve constar o lugar, o tempo, os personagens e o fato a ser narrado (em poucas palavras). Convém registrar também o foco narrativo e o tipo de discurso. Isso feito, terá condições de redigir sua narração sem sobressaltos, porque estando pronto o esqueleto do texto, basta completá-lo com o *recheio*.

HABILIDADE PARA FORMULAR HIPÓTESES

O conceito de *hipótese* relaciona-se ao de *condição*, pois sempre que houver uma hipótese deve haver condições para sua existência. As condições são os recursos da hipótese. Ambas são “estritamente afins, confundindo-se por vezes quando não identificando-se, uma e outra apresentam — respectivamente — a circunstância de que depende, ou supostamente dependeria, a realização do fato contido no enunciado básico” (LIMA, 1980, p. 80). Além dessa relação, ambas se articulam à tese.

Ao prender-se a uma tese e levantar uma hipótese, o autor terá condições de atingir

o problema em profundidade. Se um autor defender a tese de que a violência na escola é decorrente da falta de diálogo no lar, espera-se que levante a hipótese de que com o incremento do diálogo em família, a violência seja erradicada. Tal hipótese depende de demonstração. É necessário que ele indique as condições para que ela ocorra, traçando o perfil de um lar onde se deu a ruptura do diálogo e o perfil do aluno *produzido* nesse lar, estabelecendo uma descrição de sua atuação na escola, de modo a relacionar sua conduta fora de casa ao tipo de interação humana que sua família oferece.

Para ilustrar a questão do levantamento da hipótese repito, a seguir, o primeiro parágrafo de um texto já analisado neste livro.

Brasília, uma cidade magnífica construída no final dos anos 50, visando à integração nacional, é a nova sede da República. Preocupado com a dimensão continental do território brasileiro, cujas regiões, pela sua dispersão tanto em longitude quanto em latitude, ficavam a uma distância considerável da antiga capital, cidade do Rio de Janeiro, o governo decidiu centralizar o poder numa área equidistante em relação a todos os pontos do Brasil. Essa foi uma das razões que motivaram a construção de Brasília. Além disso, deve-se acrescentar o fato de que muitas áreas do país permaneciam inexploradas e, dessa forma, desconhecidas, o que levava, necessariamente, a um problema de integração territorial. Aliando o elemento prático exposto à beleza, os construtores da nova cidade tiveram particular interesse em privilegiar as novas soluções arquitetônicas, produzindo a par do seu aspecto utilitário uma obra de arte no cerrado.

O parágrafo acima apresenta um *ponto de vista*, aponta a *hipótese* levantada e indica as condições para sua existência. No parágrafo, o ponto de vista traduz-se pela afirmação de que *Brasília é uma cidade magnífica construída com vistas à integração nacional*. Deriva daí a hipótese de que o atingimento desse objetivo deu origem à construção da cidade.

Espera-se que o estudante seja capaz não só de identificar a *tese*, a *hipótese* e as *condições*, como também de elaborar seu texto de tal maneira que o leitor possa identificá-las. Imaginemos que ele seja convidado a desenvolver os temas a seguir:

1. O uso de drogas é um problema social que vem se agravando nos últimos dias.
2. O movimento dos Sem-terra vem politizando a questão da seca no Nordeste brasileiro.
3. Com a adesão do país ao instituto da reeleição, corremos o risco de assistir ao uso indevido de recursos públicos durante as eleições.
4. A clonagem de seres vivos é, antes de tudo, um problema ético.

Em todos os temas expostos há uma tese, porque há um ponto de vista que orienta o pensamento do autor. Esse ponto de vista aparece em afirmações categóricas sobre aspectos da realidade. A presença da tese no tema dá certa tranquilidade ao redator, a menos que queira contestá-la, defendendo um ponto de vista contrário.

Os temas acima podem ser também o primeiro período de um parágrafo e, por consequência, do texto. Independentemente de ser tema ou primeiro período cabe ao redator levantar a hipótese que orientará as condições, isto é, o desenvolvimento do texto. Vejamos as possíveis hipóteses pela ordem:

1. Há uma série de fatores que vêm levando ao agravamento do uso de drogas.
2. A politização da seca do Nordeste é decorrente de uma nova tomada de consciência nacional acerca do problema.
3. Só assistiremos ao uso de recursos públicos, por políticos, durante as eleições, se a sociedade e a justiça eleitoral não tomarem partido.
4. A dimensão ética da clonagem de animais submete-se às perspectivas do progresso científico.

Percebemos que a última hipótese é também uma tese que contestará a tese contida no tema. Isso pode ser feito e é até saudável, desde que o redator tenha como argumentar, como defender seu ponto de vista. Levantadas as hipóteses, chegou o momento de inventariar as condições em que serão comprovadas.

HABILIDADE PARA PRODUZIR TEXTOS

Há técnicas que auxiliam na produção de texto. A mais essencial delas afirma que todo trabalho deve ser planejado. Esse é um aspecto já teorizado em vários momentos dessa obra.

Ao deparar-se com o tema é necessário delimitá-lo, isto é, estabelecer aquele aspecto que será utilizado para trazer o tema ao lume, de modo a restringir seu sentido amplo; nesta fase, aquele que vai compor o texto “trabalha o assunto de forma a fazer com que as ideias passem por um ‘funil’ [...] E por que motivo a *delimitação do assunto*? A *restrição* ou *delimitação do assunto* é necessária para que se possa controlá-lo com mais facilidade” (SOARES, 1978, p. 46). Um tema como a *reforma agrária* pode gerar inúmeros textos, de acordo com a delimitação que se privilegiar para a composição. Vejamos algumas sugestões de delimitação para o tema em causa:

A marcha dos sem-terra em (ou até) Brasília.

- O movimento dos sem-terra em Minas Gerais.
- A distribuição de terras no recôncavo baiano.
- A questão do Pontal do Paranapanema
- A reforma agrária depois do ano 2000.

Depois que o tema for delimitado, deve-se registrar primeiro, todas as palavras e expressões que ele suscita e, em seguida, organizá-las por ordem de complexidade para, então, redigir o rascunho. Dessa forma, o redator demonstra que está preocupado em expor suas ideias ordenadamente, buscando formular um plano de desenvolvimento do assunto a ser tratado.

O seguinte roteiro é ideal para orientar a montagem do parágrafo. Trata-se, portanto, de um modelo ideal de planejamento de uma redação e pode ser — com a devida adequação — empregado em sequências maiores que um parágrafo:

1. Primeiro o redator deve delimitar o assunto.
2. Baseando-se na delimitação, isto é, no tema já formado, o redator deve formular o objetivo. Este servirá de esteio para sustentar a escrita e de norte para indicar os rumos que o redator deve dar ao tema.
3. O objetivo deve ser reescrito na forma de uma frase-sujeito; isto é, o objetivo se transformará na frase que contém a ideia primária do parágrafo.
4. A frase-sujeito transformada em frase introdutória do parágrafo de introdução deve ser desdobrada em frases-predicado.
5. As frases-predicado devem ser colocadas numa sequência.
6. Por último as frases-predicado devem ser reunidas em uma frase isolada que contenha a resposta à proposição apresentada na ideia geratriz, ou ideia primária, contida na frase-sujeito. Esta frase gerada pela soma da ideia geratriz (frase-sujeito) mais as ideias secundárias (frases-predicado) é a frase de conclusão do parágrafo.
7. Como as ideias apresentadas nas diversas frases do parágrafo de introdução devem servir de fonte para alimentar a escrita do desenvolvimento da redação, cabe ao redator buscar nas frases-predicado do parágrafo de introdução as ideias que servirão de ancoragem para a formulação das frases-sujeito dos parágrafos de desenvolvimento.
8. E assim por diante, repete-se o roteiro acima em cada parágrafo.

O leitor certamente se deu conta de que esse planejamento privilegiou a construção do texto obedecendo à elaboração por meio da coerência por progressão circular. Se a pressuposição tivesse partido da coerência por progressão linear ou em espiral, o planejamento teria sido escrito com alguma diferença. Vejamos, resumidamente, como se

pode reescrever o planejamento proposto acima (de 1 a 8).

1. Delimitar o assunto.
2. Formular o objetivo.
3. Reescrever o objetivo como frase-sujeito; isto é, a frase que contém a ideia primária do parágrafo.
4. desdobrar a frase-sujeito em frases-predicado.
5. Colocar as frases-predicado numa sequência.
6. Resumir tudo numa frase de conclusão do parágrafo.
7. Buscar nas frases-predicado do parágrafo de introdução as ideias que darão ensejo para a formulação das frases-sujeito dos parágrafos de desenvolvimento.
8. Repete-se o roteiro acima em cada parágrafo, para atender às questões relativas à progressão temática.

Em situações de concursos e provas oferecem-se vários temas ao candidato, que deve escolher aquele mais de acordo com sua experiência de vida e de leitura. Suponhamos, por exemplo, que numa prova haja os seguintes temas:

- Educação para o terceiro milênio.
- Educação numa época de globalização.
- Educação para o trabalho.
- O desafio de educar o cidadão do Mercosul.
- Educação para quê?
- Educação e vida.

Os temas privilegiaram a educação. Um candidato que, nos últimos tempos, tenha lido jornais e revistas de notícias e visto telejornais, não estaria agindo coerentemente se escolhesse o tema *educação para o trabalho*; sua escolha ideal deveria ser *o desafio de educar o cidadão do Mercosul*, pois teria mais assunto para discorrer sobre a problemática de um Estado integrado a outro num contexto de globalização, exigindo um homem que tivesse a devida flexibilidade cultural e política para agir nesse mundo de fronteiras diluídas. Um candidato com essas características poderia escolher também o tema *educação numa época de globalização*. Outro que sempre se preocupou com assuntos de filosofia, religião e futuro da humanidade deveria escolher o tema *educação para o terceiro milênio*, pois teria como discorrer sobre esse aspecto com mais facilidade.

Esse candidato pode também discorrer a partir do tema *educação e vida*, tomando, entretanto, o cuidado de delimitá-lo para os aspectos da vida voltados para as relações

entre o homem e a divindade, o homem e ele mesmo, o homem e suas dúvidas existenciais em face do hoje ou do porvir, a questão da educação para a vida social. Vejamos algumas sugestões de delimitação para esse exemplo.

A educação aprimora a relação do homem com o próximo.

As pessoas mais instruídas buscam um estilo de vida mais saudável.

A educação é a melhor alternativa que o indivíduo encontra para entender o mundo em que vive.

Através da educação forma-se o cidadão.

O tema é *educação*. Já o recebemos delimitado. Escolhemos para este estudo a última delimitação apresentada:

Através da educação forma-se o cidadão.

Demos, portanto, o primeiro passo. Vamos ao segundo, que é formular o objetivo. Eis uma sugestão:

Indicar alguns aspectos do exercício consciente da cidadania que são formados pela educação.

Partamos para o terceiro passo, que é a reescrita do objetivo na forma de uma frase:

A escola tem uma missão que a torna nobre na sociedade, isto é, ensinar às crianças as principais regras de conduta que as habilita para o exercício consciente da cidadania.

No quarto passo, a frase acima, que contém a ideia primária do parágrafo, visto que foi formulada como frase-sujeito deve ser desdobrada em frases-predicado. Na dificuldade de criar, de chofre, algumas frases, vamos primeiro registrar algumas expressões-chave que serão, em seguida, moldadas em sentenças completas. Vejamos algumas sugestões:

Respeito ao meio ambiente

Cumprimento de horários.

Preferência aos idosos e deficientes.

Respeito às leis.

Passemos, então, ao enriquecimento das expressões-chave pelo acréscimo de palavras, de modo a resultar, cada uma delas, em uma sentença completa.

Frase-predicado 1 - O meio ambiente deve ser preservado, por meio de ações conscientes que expressam o respeito pelos animais, pelas árvores e pelo espaço social onde transitamos.

Frase-predicado 2 - Chegar aos compromissos no horário marcado é uma atitude comum aos cidadãos que valorizam e respeitam seus semelhantes; estes são obrigados a adiar ou cancelar tarefas, quando têm que esperar além do horário marcado.

Frase-predicado 3 - Um cidadão com senso crítico desenvolvido e, portanto, consciente jamais atravessaria na frente de um idoso ou deficiente numa fila, ao contrário, daria preferência às pessoas nessas condições; além disso, procuraria ajudá-los sempre que as circunstâncias pedissem.

Frase-predicado 4 - O cidadão que respeita as leis mantém suas ações nos limites estabelecidos pelas normas que regem e organizam a vida na sociedade.

Após essa fase em que foram criadas as frases-predicado, chegou o momento de colocá-las numa sequência. A melhor sequência, a meu ver, é a seguinte: Frase-predicado 3 - Frase-predicado 2 - Frase-predicado 1 - Frase-predicado 4

A frase-predicado 3 apresenta o cidadão educado numa situação genérica, tomando uma atitude pouco específica que gera simpatia e gratidão da parte favorecida, mas que nem sempre as pessoas em volta percebem. A frase-predicado 2 caracteriza o cidadão que, por ter sido educado para a vida social, respeita aos demais porque entende que, ao se atrasar para um compromisso, obriga seu parceiro a aguardar e despende um tempo que poderia estar comprometido com outra ação, devendo ele também atrasar para seu compromisso, e assim por diante. A quantidade de pessoas atingidas é maior e, portanto, há um transtorno social mais amplo do que no caso descrito na frase-predicado 3. O espaço social indicado pela frase-predicado 1 é mais amplo que o da frase-predicado 3, que retratou uma situação hipotética do sujeito que atrasa para um compromisso. Aqui a situação tem amplitude mais extensa porque a ação atinge toda a comunidade, visto que o meio ambiente é um espaço de todos e não apenas de um grupo restrito de pessoas. Houve, portanto, um crescendo semântico de uma frase para a seguinte. A frase-predicado 4 faz um retorno às outras, porque fala de leis. Todas as frases anteriores apresentam,

implicitamente, elementos e situações que estão registradas em normas escritas ou que, mesmo não escritas, traduzem hábitos voltados à organização da vida na sociedade. Ela é, portanto, uma frase conclusiva.

O momento seguinte é o da colagem. Vamos trazer a frase-sujeito para cá, juntá-la às frases-predicado e fazer a coesão (a colagem) de umas com as outras, a fim de formarmos um parágrafo completo.

A escola tem uma missão que a torna nobre na sociedade, isto é, ensinar às crianças as principais regras de conduta que as habilitam para o exercício consciente da cidadania. [*Dentre as atitudes que a escola desenvolve na criança avulta a formação para o respeito às pessoas mais velhas ou que apresentam alguma deficiência numa fila, por exemplo, pois*] um cidadão com senso crítico desenvolvido e, portanto, consciente jamais atravessaria na frente de um idoso ou deficiente numa fila, ao contrário, daria preferência às pessoas nessas condições; além disso, procuraria ajudá-los sempre que as circunstâncias pedissem. [*Ao exigir que a criança chegue à aula no horário marcado, a escola desenvolve um hábito que o estudante levará para toda a vida, isto é, o de que*] chegar aos compromissos no horário marcado é uma atitude comum aos cidadãos que valorizam e respeitam seus semelhantes; estes são obrigados a adiar ou cancelar tarefas, quando têm que esperar além do horário marcado. [*Cabe à escola sistematizar, organizar e dar um sentido às atitudes de respeito ao meio ambiente. Afinal, este*] deve ser preservado, por meio de ações conscientes que expressam o respeito pelos animais, pelas árvores e pelo espaço social onde transitamos. [*A escola precisa restaurar uma de suas funções pétreas; a saber: ajudar as crianças a desenvolverem o hábito de respeitar as leis, visto que*] o cidadão que respeita as leis mantém suas ações nos limites estabelecidos pelas normas que regem e organizam a vida na sociedade.

A junção entre as frases, isto é, a colagem entre elas (a coesão) exigiu que se escrevessem outras frases ou expressões entre uma e outra (dentro dos colchetes em itálico) a fim de recuperar e garantir o sentido do parágrafo.

Para a continuação do texto até que a redação fique completa é necessário que o redator retorne ao parágrafo de introdução e busque nas ideias apresentadas nas diversas frases do parágrafo em questão a fonte para alimentar a escrita do desenvolvimento da redação; isto é, cabe ao redator buscar nas frases-predicado do parágrafo de introdução as ideias que servirão de ancoragem para a formulação das frases-sujeito dos parágrafos de desenvolvimento, repetindo-se esse roteiro em cada parágrafo.

A leitura é a mais eficiente *técnica* de redação que existe. A partir dela o estudante

familiariza-se com a linguagem, verificando como ela se comporta no texto e melhora seu aprendizado acerca de estrutura frasal. Coisas que um dia poderá aplicar aos próprios textos.

Quanto à *correção*, deve-se levar em conta a obediência às normas gramaticais da morfologia, da sintaxe, grafia e pontuação. É necessário que os pronomes sejam corretamente colocados, as letras sejam adequadamente empregadas e que se evitem problemas de regência e concordância. Aprendem-se alguns casos estudando uma gramática, quanto à grafia, há uma solução paliativa: o redator pode evitar palavras que apresentam dúvida quanto ao emprego das letras, utilizando em seu lugar um sinônimo de grafia mais simples. Até mesmo no caso da concordância ou da regência pode ser feito um procedimento semelhante. Se o estudante não tiver certeza se deve empregar *haja vista* ou *haja visto*, por exemplo, é possível substituir esta expressão pela palavra *pois* ou *porque*, e assim por diante. Verbos de regência difícil como *assistir*, também podem ser substituídos em caso de dúvida. A frase *Maria assistiu ao jogo*, se o candidato não souber se deve colocar *assistiu ao* ou *assistiu o*, é só trocar *assistiu* por *viu (o jogo)*. Isso, no entanto, não o redime da necessidade de estudar esses fenômenos sintáticos com afinco.

O individualismo não pode prevalecer no momento de redigir, pois ele compromete a boa qualidade do texto; por isso, é necessário *domar* a compulsão interna. As qualidades individuais, embora se liguem mais diretamente às ideias e sentimentos, relacionam-se também com a forma. É necessário que o autor saiba aproveitar os recursos literários disponíveis para a realização de seu texto, cuidando, no entanto, de evitar as licenças poéticas, ou colocando-as entre aspas, visto que o leitor (o examinador) pode interpretá-las como erro de grafia ou de construção de frase e não como recurso estilístico.

A preocupação em prender a atenção do leitor é, também, aspecto de suma importância e aponta a sensibilidade do autor. Não esqueçamos, ainda, de outro aspecto intimamente relacionado à sensibilidade — a *imaginação* —, pois o redator pode fazer uso dela para suscitar sentidos que dão colorido ao texto a partir do emprego de imagens que contribuem para evitar a monotonia.

Podemos considerar, no que diz respeito ao estilo, também as qualidades externas que remetem ao social e são adquiridas, isto é, dependem do estudo e da cultura do autor e as qualidades internas que apontam o individual e formam-se com o indivíduo, dizendo respeito às suas ideias e sentimentos. As principais qualidades externas são: *correção*, *clareza*, *precisão*, *concisão*, *naturalidade*. Qualidades estas que diferenciam um bom texto de um texto ruim.

HABILIDADE PARA ESTABELECEER RELAÇÕES LÓGICAS E SEMÂNTICAS

A capacidade de estabelecer relações lógicas e semânticas diz respeito ao aproveitamento e uso adequado, por parte do redator, das possibilidades relacionais apresentadas pelas frases, períodos e parágrafos. Estas duas capacidades (estabelecer relações lógicas e estabelecer relações semânticas) estão intimamente relacionadas, pois a logicidade depende do sentido apresentado por cada bloco textual, isto é, da camada semântica das frases, períodos e parágrafos.

O redator deve conhecer o tema que desenvolve, apreendendo todo seu sentido e sendo capaz também de relacioná-lo ao contexto; pois qualquer tema, mesmo aquele apresentado em uma só frase ou palavra, apresenta um conteúdo subjacente, um sentido primário, uma ideia geratriz, um significado que varia à medida que se fizer sua inserção num contexto maior, à medida que for inserido num conjunto de relações intertextuais. O redator só poderá inserir o tema no contexto (segundo momento) e desenvolvê-lo se tiver capacidade de assimilar seu significado imanente (primeiro momento). O contexto é o que se encontra margeando o texto, é a realidade em torno dele, a realidade que ele emprega como referência, o significado imanente são os aspectos que constituem o tema.

É necessário que se consiga estabelecer de forma clara os recursos empregados no desenvolvimento do parágrafo. Num parágrafo desenvolvido, por exemplo, a partir de uma relação entre *causa e consequência*, deve haver uma interação semântica entre esses dois aspectos e uma logicidade que parte da primeira para a segunda ou desta para aquela. Para o desenvolvimento de um parágrafo desse tipo, um dos critérios práticos é o emprego da *interrogação*, em que o autor introduz com uma pergunta (causa) na frase-sujeito e ao responder, insere, por meio de frases-predicado, as consequências. Ou o oposto, em que a pergunta remete a uma consequência e as frases-predicado (desenvolvimento) sejam as causas.

Reportemos, mais uma vez, a um trecho de Euclides da Cunha já analisado neste livro:

O comboio chegou ao alto da Favela a 13 de julho; e no dia subsequente convocados os comandantes de brigadas, na tenda do general Savaget enfermo do ferimento recebido em Cocorobó, concertaram sobre o assalto.

Se inseríssemos a expressão **porque estava** entre as palavras *Savaget* e *enfermo*, teríamos a seguinte reconstrução, ilógica do ponto de vista do enredo de Euclides:

o comboio chegou ao alto da Favela a 13 de julho; e no dia subsequente convocados

os comandantes de brigadas, na tenda do general Savaget **porque estava** enfermo do ferimento recebido em Cocorobó, concertaram sobre o assalto.

A reconstrução perder-se-ia no aspecto lógico, porque a expressão inserida altera de forma inconveniente o contexto a partir de um problema de *coesão*, isto é, a conversa sobre o assalto dar-se-ia na casa do general, porque ele estava enfermo e, dessa forma, impedido de sair, mas o texto, da forma como está estruturado nessa releitura, induziria o leitor a *inferir* que o *concerto* se deu porque o general estava ferido, criando uma ambiguidade.

As relações lógicas e semânticas prendem-se, portanto, à **coerência** e à **coesão**, pois a presença ou ausência de uma expressão — *porque estava* — pode causar presença ou ruptura da coerência textual e, por extensão, das relações lógicas e semânticas entre os enunciados, alterando o pensamento (a tese) do autor.

O aspecto de logicidade deve privilegiar o tipo de fluxo de pensamento que se pretenda estabelecer no texto, isto é, se parte do *geral* para o *específico* ou deste para aquele. Trata-se de um aspecto que indica a preocupação do autor para com o processo de recepção; isto é, sua preocupação com o leitor. Sendo assim, *relações lógicas e semânticas* dizem respeito também à hierarquização do assunto em introdução, desenvolvimento e conclusão, perguntando-se: qual ou quais parágrafos privilegiam a abertura, a parte intermediária ou o fechamento do texto?

A partir de uma análise semântica, o autor classifica seu texto em partes significativas, de modo a decidir sobre as partes em que o tema será desenvolvido por comparação entre elementos iguais e as partes em que o desenvolvimento dar-se-á por comparação entre elementos distintos ou oposição.

A logicidade diz respeito também ao aspecto cronológico. Se o tema for tratado em seu desenvolvimento temporal, necessário se faz que o autor tenha o cuidado de expô-lo numa sequência cronológica, respeitando a sequenciação dos eventos no tempo, seja em ordem crescente, seja decrescente.

Os aspectos citados acima foram desenvolvidos ao longo deste livro em capítulos específicos. Espera-se que o estudante proceda a um retorno permanente a cada parte sempre que tiver dúvida.

HABILIDADE PARA INTERPRETAR DADOS E FATOS

O assunto de um texto deve se manter *ancorado* ao tema. Para tanto, o autor precisa estar atento durante a atividade de composição e, ao concluir a redação, verificar

se não ocorreu fuga ao tema proposto; se não houve dispersão de ideias no decorrer do desenvolvimento do assunto; se houve profundidade e coerência na exposição das ideias; em se tratando de um texto-fonte que origine o

trabalho, se houve excessivo apego ao documento básico, determinando uma carência de originalidade e criatividade na composição (FELIZARDO, 1969, p. 18).

Isso significa que o texto, ao mesmo tempo em que não pode fugir do tema, não deve apegar-se excessivamente ao outro texto dado como tema para a redação, isto é, o redator precisa ser original e criativo e pensar em situações com as quais pode relacionar o conteúdo do tema. Em suma, precisa fazer um exercício de intertextualidade, que só poderá ocorrer, se tiver condições de interpretar as informações (dados e fatos) subjacentes ao tema.

A *cultura* geral do estudante, suas leituras anteriores, suas experiências são de grande utilidade para essa prática, visto que se constituem bagagens intelectuais necessárias para a capacidade de interpretar corretamente a palavra, expressão, frase, período ou texto dado como fonte (tema) para o desenvolvimento do texto. A capacidade de interpretá-las remete, portanto, às possibilidades de relação entre esses elementos e o mundo, seu posicionamento nas partes da realidade concreta com as quais interage.

A habilidade para interpretar dados e fatos, como tudo o mais dentro do nosso assunto, depende de treinamento, que inclui a história anterior de leitura por parte do estudante, pois quanto mais leitura tiver, mais abrangente será sua visão de mundo e do mundo. Sem que se consiga entender o que leu, não se pode interpretar. A ausência de uma interpretação adequada conduz à ruptura entre frases, períodos e parágrafos, que, dessa forma, apresentar-se-ão dissociados do tema.

Supomos uma situação em que um professor peça aos seus alunos que componham um texto acerca das *causas da violência na escola*. Após falar sobre o tema, o professor certamente solicitará que elaborem, primeiramente, algumas frases-sujeito. Vejamos algumas frases possíveis:

1. Nós dependemos da escola para que sejamos alguma coisa na vida, por isso a violência cotidiana na escola tem que ser combatida.
2. O triunfo da vida é levar a solidariedade para as escolas.
3. A violência nas escolas infelizmente é uma realidade atual. *Talvez* isso aconteça pela falta de conscientização da sociedade e do governo.
4. O erro está na escola *ou* é consequência do mundo que nos rodeia.
5. A violência na escola está relacionada às dificuldades de diálogo com a família, o que leva ao uso de drogas, bebidas e à utilização da escola como motivo para sair de casa.

Analisando as propostas, verificamos que nem todos entenderam o que foi pedido, pois não há uma coerente abstração do conceito exposto, isto é, não souberam estabelecer

corretas relações semânticas entre o tema e seu desenvolvimento, demonstrando incapacidade de interpretar a frase-tema. Os alunos, em suma, não expuseram as *causas* da violência na escola, como foi pedido. É o que podemos verificar nas frases de número 1 e 2, que apresentam apenas opiniões genéricas sobre o problema, sem focar as causas. Além disso, as expressões grifadas nos exemplos 3 e 4 indicam que seus autores não têm segurança do que vão expor, visto que a palavra *talvez* é advérbio de dúvida e a palavra *ou* é conjunção coordenativa alternativa empregada num contexto que pede a conjunção coordenativa aditiva e.

O parágrafo constitui-se de ideias subordinadas (secundárias) a uma ideia primária com a qual se relacionam semanticamente, pergunta-se: que ideias subordinadas poderiam relacionar-se lógica e semanticamente à ideia geratriz contida na frase-sujeito de número 4? O autor perder-se-ia entre duas possibilidades: ora culpando a escola, ora culpando o mundo, sem tomar uma posição, sem condições de se prender a uma tese, até que, para salvar-se, culparia a ambos, gerando mais uma vez uma ruptura no quesito da coerência, pois o a ideia primária contida na frase-sujeito falou que seria *apenas* um dos dois. O problema não existiria, evidentemente, se o tópico fosse uma pergunta: *o erro está na escola ou é consequência do mundo que nos rodeia?* A conclusão seria simplesmente uma resposta a esta pergunta que optaria por outro aspecto: a escola ou a realidade social.

Enfim, trata-se do emprego de algumas palavras que conduzam a problemas estruturais no texto, indicando que apenas o autor do exemplo 5 apresenta condições de desenvolver o tema proposto, pois apenas ele conseguiu interpretar (entender) corretamente o que foi pedido.

O aluno que desenvolveu a habilidade de interpretar dados e fatos deve ser capaz de interpretar dados estatísticos e caracterizar o elemento irônico subjacente a presumíveis frases dadas como tema, para que não venha a confirmar, em seu texto, um discurso que transcenda seu próprio conteúdo, seja pela crítica sarcástica, seja pelo humor.

ORTOGRAFIA

EMPREGO DE LETRAS

O aprendizado da ortografia vem se tornando mais difícil desde que se aboliram as aulas de Língua Latina na Educação Básica, pois na evolução das palavras do Latim ao Português houve mudanças que o conhecimento daquela língua torna mais inteligíveis. Vocábulo como **jejum**, por exemplo, são escritas com **j** e não com **g** porque no latim eram escritas com **i** (**ie**junum). Da mesma forma, o “g” com que se escreve **gente** foi mantido nas palavras que no latim eram escritas com essa letra (**g**entem). Não adianta lamentar a exclusão do Latim. Cabe apenas parabenizar os países que mantiveram o ensino dessa língua.

Há um padrão culto exigido em certas ocasiões e, por isso, a aprendizagem desse padrão é necessária. O melhor método para a apreensão da ortografia de uma língua é a convivência com ela em sua realização escrita a partir da leitura frequente de textos. Entretanto, algumas regras podem auxiliar. Esperando que o leitor já conheça os casos mais comuns, como o emprego das maiúsculas, da letra “h” e das consoantes mudas entre outros, limitar-me-ei a esboçar resumidamente apenas os casos que considero mais confusos.

EMPREGO DE G, J

As derivadas das palavras escritas com **J** mantêm esta letra. Da mesma forma ocorre com o **G** das palavras primitivas. Assim: **laranja** e **loja** são palavras primitivas escritas com **J** que se mantêm nas derivadas: **laranjeira**, **laranjal**, **laranjada**, **lojinha**, **lojista** etc. Mas as palavras primitivas escritas com **G** mudam esta letra para **J** sempre que motivos fonéticos o exigirem. **Dirigir**, por exemplo, é escrito com **G**, mas **dirijo**, a despeito de ser uma palavra derivada de uma primitiva escrita com **G**, escreve-se com **J** por exigência do *ambiente* fonético em que se encontra.

São escritas com **J** as palavras de origem indígena, africana ou popular (canjica, jequitibá, jeca, jerico, cafajeste).

Algumas palavras escritas com G

aborígene, ágio, algema, algibeira, angina, auge, coagir, compungir, congestão, cõnjuge, coragem, corrigir, efigie, estrangeiro, exegese, exigir, ferrugem, frege, frigar, garagem, gene, gengibre, gerânio, gergelim, geringonça, gerir, gerúndio, gesto, gilete, gim, girafa, gíria, girino, giz, herege, higiene, ingerir, laringe, legítimo, magistério, margear,

megeira, monge, mugir, paisagem, pungir, rabugento, range, relógio, sugestão, vagem, vagido, vagina, vertigem, viagem (substantivo).

Algumas palavras escritas com J

abjeção, abjeto, acarajé, adjetivo, ajeitar, alforje, berinjela, cajueiro, canjica, conjectura, enjeitado, gorjeio, gorjeta, granjear, injeção, interjeição, jegue, jeito, jejum, jenipapo, Jeová, jerico, jerimum, jiboia, jiló, jirau, juriti, laje, majestade, manjedoura, manjeriço, objeto, ojeriza, pajem, pajé, projeção, projétil, projeto, rejeição, sarjeta, sujeito, traje, trajeto, trejeito.

Notamos regularidade no uso da consoante G na sequência fonética *gem*, entretanto, tomemos cuidado com a grafia da palavra *pajem* que se escreve com J.

EMPREGO DO S

Esta consoante é empregada nos seguintes casos, dentre outros:

a) Terminações *-asia*, *-asio*, *-esia*, *-isia*, *-ase*, *-ise*, *-ose*, *-ésimo*, *-psia*, *-sita*, *-ese*: **ginásio, gênese, exegese, epilepsia, catalepsia, paralisia, cortesia, burguesia, pleurisia, marquise, dose (ó), apoteose, parasita, visita, centésimo, amásia, êxtase.**

b) As formas derivadas dos verbos *querer* e *pôr*: **quis, quiseste, puseste, pôs.**

c) Nos adjetivos pátrios: **inglês, japonês, português.**

d) No sufixo *-oso*: **jeitoso, cheiroso, cuidadoso, Cardoso.**

e) Nos verbos terminados em *-isar*, derivados de palavras que têm S no radical, como é o caso de *aviso*, *paralisia* e *pesquisa*, das quais derivam **avisar, paralisar e pesquisar.**

f) Existe uma intimidade entre o S e o D nas terminações de palavras, isto é, os verbos que contêm D na terminação formam substantivos derivados com S: **compreensão** (compreend**er**), **ascensão** (ascend**er**).

g) É também escrito com S (no caso SS) o imperfeito do subjuntivo: **queimasse, amasse, quisesse** e o superlativo em *-íssimo*: **amicíssimo, frigidíssimo.**

h) A nova ortografia da língua portuguesa adotou mais um caso em que o S (no caso SS) deve ser empregado. Quando o primeiro elemento de uma composição terminar por *vogal* e o segundo elemento começar por *s*, no lugar do hífen (antes empregado entre os dois elementos) aparece o S suplicado (SS), como em *antessala*, *antissocial*, *biossatélite*, *contrassenha*, *cosseno*, *eletrossiderurgia*, *infrassom*.

Algumas palavras escritas com S

abrasear, abuso, aceso, acusar, adesão, agasalho, alisar, alusivo, aplauso, ardósia, arrasar, arrevesar, artesão, asa, asilo, atrasar, aviso, concisão, conclusão, confusão, corrosão, cortesão, cortesia, crisálida, decisão, deserção, despesa, difuso, dionisíaco, dissuasão, dose (substantivo), eclosão, empresa, entrosar, infusão, invasão, isenção, lesar, liso, lousa, obséquio, paisagem, paisano, paraíso, paralisia, parmesão, persuasão, pesquisa, pleurisia, presépio, presunto, querosene, quesito, raso, rasura.

EMPREGO DO Z

Emprega-se a consoante Z

- a) Nos derivados cujas palavras primitivas não contêm S no radical e sim outra letra, gerando terminações em -ázio, -zal, -zada, -zeiro, -zinho, -zito e -izar: **copázio** (copo), **cafezal** (café), **pazada** (pá), **homenzinho** (homem), **cruzeiro** (cruz).
- b) Nos verbos terminados em -zír, -zer e -izar (**induzir, fazer, civilizar**) e nas suas formas derivadas.
- c) Nos substantivos derivados de adjetivos (abstratos): **beleza** (belo), **sutileza** (sutil), **gentileza** (gentil), **avidez** (ávido).

Algumas palavras que se escrevem com Z

aduzir, alazão, albatroz, alcatraz, algazarra, algoz, almofariz, amazona, amizade, anzol, apaziguar, aprazar, aprendiz, armazém, arrazoar, arroz, atriz, atroz, audaz, avestruz, avezar, avizinhar, azáfama, azarado, azeite, azeviche, azia, azougue, azulejo, balázio, baliza, balzaquiana, banzé, cafuzo, capuz, cartaz, catequizar, catorze, cerzir, chafariz, chamariz, chimpanzé, cicatriz, cinza, coalizão, comezaina, cozinhar, cruz, cruzar, cuscuz, deduzir, deslizar, desmazelo, desprezo, dezembro, dizimar, doze (numeral), envernizar, enzima, esfuziante, esparzir, espezinhar, esvaziar, feroz, franzino, franzir, fuzarca, fuzil, luzidio, magazine, matiz, matriz, mazurca, menosprezo, natureza, nazismo, ojeriza, perdiz, perspicaz, prazer, prazo, preconizar, predizer, prezado, primaz, primazia, proeza, quartzo, raiz, ranzinza, reduzir, regozijo, revezar, rezar, rodízio, senzala, talvez, topázio, trazer, urze, várzea, vazio.

EMPREGO DO C (Ç)

Escrevem-se com C ou Ç, dentre outros casos, os derivados de *ter*: **contenção** (conter), **detenção** (deter), **obtenção** (obter).

Observe a seguinte regularidade: feroz (*feroc*íssimo), veloz (*veloc*íssimo). Conclui-se

que os adjetivos terminados em *Z* formam o grau superlativo absoluto sintético colocando-se *C* no lugar em que ocorre *Z* na palavra primitiva.

Algumas palavras que se escrevem com *C* ou *Ç*

abraço, absorção, abstração, açafraão, açai, aceitar, acender, acepção, acerbo, aceso, acesso, acessório, acetona, açodar, açougue, açúcar, açucena, açude, açular, adaptação, adição, adoção, alçapão, almaço, asserção, assunção, aticar, babaçu, cacique, caçoar, caçula, calça, calção, camurça, canção, caniço, carcaça, carniça, cebola, ceder, cedilha, cedro, ceia, ceifar, celta, cem (numeral), cemitério, cenografia, centavo, centeio, cepa, cera, cereal, cerimônia, certame, cesto, cetim, cevar, choça, chouriço, cílio, cinismo, cinta, cio, cipó, cirrose, cismar, citar, cítara, ciúme, coçar, coerção, coleção, comoção, compleição, contorção, contrição, convenção, correção, corrupção.

EMPREGO DO *X*

A letra *X* representa distintos sons, tais como *CH* (xícara), *CS* (tóxico), *Z* (exercício), *SS* (próximo), *S* (texto). Por isso, é uma letra de uso complexo, apesar de haver alguma regularidade, como o som *Z* depois de *E* inicial que deve ser grafado sempre com *X* (*exercício*). Além disso, emprega-se *CH* e não *X* na maioria das sílabas que seguem *ma-*, *mi-*, *mo-*, *um-*. Convém, entretanto, atentar para as exceções como *máximo*.

O *X* é comumente empregado

- a) Depois de ditongo: **deixar**.
- b) Depois de *me* (México), exceto *mecha* (e seus derivados).
- c) Depois de *en* no começo de sílaba, também verificando exceções: *encher* (e derivados), *enchova*.

Algumas palavras escritas com *X*

abacaxi, bexiga, bruxa, capixaba, caxixe, caxumba, coaxar, coxa, debuxo, elixir, engraxar, esdrúxulo, excetuar, excipiente, excitar, faxina, fuxicar, graxa, laxante, lixa, luxo, luxúria, macaxeira, maxixe, mexer, mexerico, mixórdia, muxirão, muxoxo, orixá, oxalá, pexote, praxe, puxar, relaxar, rixa, tarraxo, taxa, vexar, xadrez, xale, xampu, xarope, xepa, xerife, xícara, xingar.

TERMINAÇÕES *ESA*, *EZA*, *EZ*

A terminação *ESA* é empregada, dentre outros casos, nos femininos de nomes terminados em ês: japonesa (*japonês*), francesa (*francês*), inglesa (*inglês*), portuguesa

(português).

As terminações *EZ* e *EZA* são empregadas, dentre outros casos, nos substantivos femininos derivados de adjetivos: **beleza** (belo), **tristeza**, (triste) **leveza** (leve).

TERMINAÇÕES *ISAR, IZAR*

Ocorre a terminação *-isar* em verbos derivados de palavras que apresentam *S* na sílaba final: **analisar** (análise), **avisar** (aviso), **alisar** (liso).

A terminação *-izar* ocorre em verbos que não derivam de palavras que apresentam *S* na sílaba final: **climatizar** (climático), **narcotizar** (narcótico), **cicatrizar** (cicatriz), **envernizar** (verniz), **finalizar** (final), **particularizar** (particular), **suavizar** (suave).

TERMINAÇÕES *ISA, IZA*

A terminação *-iza* é empregada nos femininos de nomes terminados em *-iz*: juíza (juiz) e a terminação *-isa* ocorre nos femininos de nomes terminados em outros contextos: **papisa** (papa), **pitonisa** (píton), **profetisa** (profeta).

TERMINAÇÕES *ZINHO, SINHO*

A terminação *-sinho* ocorre em nomes cujos primitivos terminam em *S*: **paisinho** (país). Sendo assim, podemos formar vocábulos como **caisinho** (cais) etc.

Fiquemos atentos para não confundir as formas *paisinho* (singular), *paisinhos* (plural), que derivam de *país* (lugar) com as formas *paizinho* (singular), *paizinhos* (plural), que derivam de *pai* (genitores).

A terminação *-zinho* é corrente no final de nomes cujos primitivos terminam em *Z* ou que não terminem em *S*: **narizinho** (nariz) **rapazinho** (rapaz), **cafezinho** (café), **homenzinho** (homem).

TERMINAÇÕES *ÍSSIMO, ÍSSIMO*

Forma-se a terminação *-íssimo* em palavras cujos primitivos terminem em *eio*: **feíssimo** (feito), **cheíssimo** (cheio) e a terminação *-íssimo* ocorre em palavra derivada de outra que termine em *-io*: **frííssimo** (frio) [frigidíssimo é melhor], **propriíssimo** (próprio).

EMPREGO DO HÍFEN (-)

O hífen, além de seu uso corriqueiro para separar palavras na passagem de uma linha para outra, ligar pronomes a verbos e separar palavras compostas, deve ser utilizado nos seguintes casos:

a) Vejamos as seguintes palavras: *corre-corre* (palavras repetidas), *tico-tico* (palavras repetidas), *guarda-sol* (primeiro termo: verbo) *quebra-nozes* (primeiro termo: verbo), *arco-íris* (primeiro termo: substantivo), *verbo-nominal* (primeiro termo: substantivo), *primeira-dama* (primeiro termo: numeral), *norte-americano* (primeiro termo: substantivo), *decreto-lei* (primeiro termo: substantivo), *azul-escuro* (primeiro termo: adjetivo), *boa-fé* (primeiro termo: adjetivo). Há três aspectos que devem ser observados nos elementos compostos acima. Ambos mantêm sua autonomia fonética e o primeiro termo classifica-se como substantivo, adjetivo, numeral ou verbo, sendo que, juntos, formam outra unidade semântica, e há casos em que as palavras são repetidas. O hífen deve ser empregado, de acordo com a ABL, sempre que houver essa caracterização; entretanto, as seguintes ocorrências são exceções a essa regra: *girassol*, *madressilva*, *mandachuva*, *pontapé*, *paraquedas* e *passatempo*.

Substantivo, adjetivo, numeral, verbo + outra palavra → separados por hífen

b) Podemos formar palavras compostas em que o primeiro elemento é *afro*, *euro*, *luso*, *indo* etc. Vejamos a diferença entre os compostos nos itens 1 e 2 a seguir.

1) *afrodescendente*, *eurocêntrico*, *lusofonia*, *anglomania*;

2) *euro-americano*, *indo-arábico*, *afro-brasileiro*, *anglo-latino*, *sino-japonês*, *greco-romano*, *luso-brasileiro*.

Os compostos de 1 remetem a uma só etnia e foram grafados juntos sem hífen, já os compostos de 2 apontam para duas etnias e foram grafados com hífen. Essa construção deve ser mantida sempre que se repetir a caracterização acima. Explicando: em *afro-brasileiro*, ocorre referência à África e ao Brasil, portanto, duas etnias; já *afrodescendente* se refere àquele ou àquilo que descende da África, portanto, há apenas uma etnia.

Afro, *euro*, *luso*, *indo* etc. + outro vocábulo = uma etnia → juntos sem hífen.
Afro, *euro*, *luso*, *indo* etc. + outro vocábulo = duas etnias → separados por hífen.

c) Emprega-se o hífen em compostos, cujo primeiro elemento for uma das formas *além*, *aquém*, *recém*, *bem* e *sem*, e estiver diretamente ligado ao segundo elemento sem partícula de ligação: *além-mar*, *aquém-mar*, *recém-casados*, *sem-cerimônia*, *bem-criado*, *bem-ditoso*, *bem-visto*.

Atentemos para as seguintes ocorrências:

- 1) *bem-estar* (estar bem), *bem-humorado* (estar de bom humor), *mal-agradecido* (não tem o dom da gratidão);
- 2) *bendito* (abençoado), *benfeito* (benefício), *benfeitor* (aquele que ajuda).

As ocorrências acima conduzem a algumas conclusões sobre o emprego do hífen entre o advérbio *bem* e outros elementos.

Nas ocorrências demarcadas pelo número 1 a palavra *bem*, juntamente com a palavra a que está ligada mantém seu sentido original, como na seguinte frase: *A presença de Mário é muito agradável, porque ele está sempre bem-humorado*.

Nas ocorrências demarcadas pelo número 2 a palavra *bem*, juntamente com a palavra a que está ligada constitui um vocábulo cujo significado é estranho ao sentido original, como na frase: *Mário é benquisto na comunidade, porque se destaca como benfeitor*. Podemos reler a frase assim: *Mário é amado pela comunidade, porque ajuda quando necessário*.

Concluimos que o advérbio *bem* é ligado sem hífen ao seu elemento sucessor, sempre que o sentido da forma composta é diverso do sentido original.

<p><i>Bem</i> + outra palavra = sentido original → separados por hífen <i>Bem</i> + outra palavra = sentido alterado → juntos sem hífen</p>

d) Vejamos as formas compostas seguintes:

- 1) *mal-agradecido*, *mal-humorado*, *mal-limpo*.
- 2) *malditoso*, *malvisto*, *malpesado*.
- 3) *mal de umbigo*, *mal do sangue*, *mal de Alzheimer*.
- 4) *mal-francês*.

Nos exemplos de número 1, ao contrário dos exemplos de número 2, a palavra que se liga ao advérbio *mal* começa com *vogal*, *h* ou *l*; por isso, foram ligadas com hífen. Nos

exemplos de número 3 há um elemento de ligação (*de*) entre o advérbio e a palavra a que se liga. Neste caso o emprego do hífen é proibido. O emprego do hífen se torna obrigatório se o composto significar doença, como no exemplo 4, em *mal-francês* aparece com o significado de sífilis. Se o sentido de *mal-francês* for outro, deve-se separar sem hífen. Cuidado com palavras como *malsão* que, a despeito de significar mal curado, doentio, não deve ser separado por hífen, haja vista que não especifica o nome de uma doença em particular.

Mal + palavra iniciada por *vogal, h* ou *l* → ligados por hífen.
Mal colado à palavra seguinte (sem elemento de ligação: *de* etc.) → juntos sem hífen.
Mal + elemento de ligação (*de* etc.) + outra palavra → separados sem hífen
Mal colado à palavra seguinte (sem elemento de ligação: *de* etc.) = doença → separados por hífen

e) A língua se transforma pelo uso. Em alguns casos, devido ao emprego repetido durante muitos anos, os elementos compostos perdem a noção de composição e passam a ser grafados sem hífen, com o aval da gramática normativa, como é o caso de *girassol*, *pontapé*, *paraquedas*. Entretanto, a tradição também é fator determinante na ortografia. É em respeito à tradição que certas palavras mantêm o hífen, como é o caso de *para-brisa*, *para-lama*.

f) Porquanto o hífen raramente seja usado quando os vocábulos são ligados com elementos de ligação, deve-se colocar hífen em compostos, quando entre eles ocorrer o apóstrofo: *cobra-d'água*, *olho-d'água*.

Vocábulo + d' + vocábulo → ligados com hífen

g) Emprega-se o hífen em topônimos formados dos prefixos de natureza adjetiva *grão* e *grã*, ou se entre os dois elementos da composição aparecer um artigo. Exemplos: *grão-ducado*, *Grã-Bretanha*, *Baía de Todos-os-Santos*. Se o primeiro elemento do topônimo for um verbo, a construção deve atender à regra “a”, acima. Exemplo: *Passa-Quatro* (nome de um lugar).

Grão ou grã + vocábulo = topônimo → ligados com hífen
Nome + artigo + nome = topônimo → ligados com hífen

Devemos ficar atentos para situações como as seguintes.

1) *América Latina*, *Belo Horizonte*, *Cabo Verde*, *Bom Jardim*.

2) *Latino-americano*, *belo-horizontino*, *mato-grossense*, *rio-grandense*, *bom-*

jardinense.

Topônimos compostos, tradicionalmente grafados sem o hífen, continuam com a mesma grafia, como nos exemplos de número 1, já os adjetivos gentílicos derivados devem ser grafados com hífen, como nos exemplos de número 2.

h) O hífen aparece como elemento obrigatório em vocábulos formados pelos sufixos *-açu*, *-guaçu*, *-mirim*, se o elemento anterior terminar em vogal acentuada graficamente: *cipó-açu*, *amoré-guaçu*, *anajá-mirim*. Atentemos para a seguinte palavra: *capim-mirim*. A última sílaba do primeiro elemento não tem acento gráfico, mas sua pronúncia é enfática ao ponto de gerar duas sequências fônicas muito nítidas. Também neste caso, o hífen é obrigatório.

Nome cuja última vogal for acentuada + <i>-açu</i> , <i>-guaçu</i> , <i>-mirim</i> → ligados com hífen
--

i) O hífen deve ser empregado entre palavras que se juntam com ou sem elemento de ligação, desde que o resultado seja a denominação de uma espécie animal ou vegetal: *bem-te-vi*, *andorinha-do-mar*, *bem-me-quer*, *couve-flor*, *erva-doce*.

Certas palavras mudam o sentido dependendo do contexto, assim ocorre, por exemplo, com a palavra *bola-de-neve*, que aparece com hífen, quando designa um arbusto europeu, e sem hífen (*bola de neve*) quando indica uma situação que aumenta de intensidade.

Nome + presença ou ausência de elemento de ligação + nome = espécie animal ou vegetal → ligados com hífen
--

j) Vejamos a diferença entre os elementos de 1 e de 2, a seguir:

1) *antiaéreo*, *aeroespacial*, *agroindustrial*, *autoajuda*, *autoestrada*, *hidroelétrico*, *extraoficial*, *intraocular*, *semiestruturadas*.

2) *anti-infeccioso*, *contra-almirante*, *micro-onda*, *auto-ônibus*, *anti-histórico*, *infra-hepático*.

Os compostos de 1 e de 2 são iniciados por prefixos terminados por vogal. Em 1, os exemplos apresentam prefixos cuja vogal final é diferente da vogal que inicia o segundo

elemento. Por isso, foram ligados sem hífen, já os prefixos dos exemplos de número 2 terminam pela mesma vogal que inicia o segundo elemento ou pela letra *h*. Neste caso, o hífen é obrigatório.

Prefixos terminados por vogal + palavra iniciada por vogal diferente → unidos sem hífen
Prefixos terminados por vogal + palavra iniciada pela mesma vogal ou por *h* → unidos com hífen

k) Os prefixos *co-*, *pro-*, *pre-* e *re-* unem-se sem hífen ao segundo elemento, quer este se inicie por vogal ou por consoante, mesmo que a vogal que inicia o segundo elemento seja a mesma vogal com que o prefixo termina. Exemplos: *coabitar*, *coautor*, *coedição*, *coerdeiro*, *coocupante*, *cooperação*, *proembrião*, *preenchido*, *preestabelecer*, *reeducação*, *reeleição*, *proembrião*, *cofator*, *cogestão*.

co-, *pro-*, *pre-* e *re-* + qualquer palavra → unidos sem hífen

l) O hífen é obrigatório na ligação entre prefixos terminados por consoante e o segundo elemento, se este se iniciar por consoante igual à que termina o prefixo. Exemplos: *ad-digital*, *inter-racial*, *sub-base*, *super-revista*, *hiper-requisitado*.

Prefixo terminado pela mesma consoante que inicia o segundo elemento da composição → unidos com hífen

m) Se a vogal dos prefixos *pré-*, *pró-* e *pós-* for graficamente acentuada, o hífen é obrigatório em qualquer situação. Exemplos: *pós-graduação*, *pós-tônico*, *pré-escolar*, *pré-história*, *pré-natal*, *pró-africano*, *pré-primário*, *pró-infância*, *pró-europeu*.

pré-, *pró-* e *pós-* (prefixos acentuados graficamente) + qualquer palavra → ligados com hífen

n) O hífen é obrigatório, quando o prefixo (geralmente *pan-* e *circum-*) termina por *m* ou *n* e o elemento que o segue inicia-se por *vogal*, *h*, *m*, *n*, *b*, *p*, como nos exemplos a seguir: *pan-americano*, *pan-helênico*, *pan-eslavismo*, *circum-adjacente*, *circum-navegação*, *circum-escolar*.

Prefixos *pan-* e *circum-* + palavra começada por vogal, *h*, *m*, *n*, *b*, *p* → ligados com hífen

o) O hífen é de emprego obrigatório quando o prefixo for *ex-*, *sota-*, *soto-*, *vice-*, *vizo-*, como nos exemplos: *ex-governador*, *vice-governador*, *sota-vento*, *soto-almirante*. Regra, portanto, igual à regra demarcada pela letra “m”, acima.

Prefixos *ex-*, *sota-*, *soto-*, *vice-* e *vizo-* + qualquer palavra → ligados com hífen

p) O hífen é obrigatório sempre que o primeiro elemento terminar por vogal, *r*, ou *b* e o segundo elemento se iniciar por *h*, como nos exemplos a seguir: *anti-herói*, *anti-hemorrágico*, *super-homem*, *contra-haste*, *infra-hepático*, *proto-história*, *geo-história*, *sub-hepático*, *sub-humano*, *ante-histórico*, *anti-higiênico*.

1º elemento termina por vogal, *r*, ou *b* + palavra começada por *h* → ligados por hífen

Porquanto os prefixos *an-* e *in-* recusam o hífen se o elemento que os segue tiver perdido o *h* inicial, como em *inábil* e *inumano*, deve-se manter o hífen entre o *an-* e o elemento que o segue se este elemento mantiver o *h* inicial e se o prefixo aparecer na forma reduzida (sem o *n*), como é o caso das seguintes palavras: *a-histórico* e *a-historicidade*.

Primeiro elemento é *a* + palavra iniciada por *h* → ligadas por hífen

Vejamos, a propósito, os seguintes casos: *desumano*, *inábil* e *inumano*. Os prefixos são *des-* e *in-* e a segunda palavra perdeu o *h* inicial. Neste caso, o hífen é proibido.

q) Emprega-se o hífen se o primeiro elemento terminar por *b* ou *d* (*ab-*, *ob-*, *sob-*, *sub-*, *ad-*) e o segundo elemento começar por *b*, *h*, *r*: *ab-rupto*, *ad-renal*, *sob-roda*, *sub-bloco*, *sub-humano*, *sub-reitor*, *sub-rogar*, *sub-hepático*. Em alguns casos, admitem-se as duas construções, quando uma delas estiver consagrada pelo uso, como é o caso de *abrupto* ao lado de *ab-rupto*.

ab-, *ob-*, *sob-*, *sub-*, *ad-* + palavra começada por *b*, *h*, *r* → ligados com hífen

r) Quando o primeiro elemento terminar por *vogal* e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, não se usa hífen. Nestes casos, o *r* e o *s* iniciais devem duplicar-se: *antessala*, *antirreligioso*, *antissocial*, *biorritmo*, *biossatélite*, *contrarregra*, *contrassenha*, *cosseno*, *eletrossiderurgia*, *infrassom*.

Palavra terminada por *vogal* + palavra começada por *r* ou *s* → o *r* e o *s* iniciais do 2º elemento duplica-se

s) O hífen é obrigatório na ênclise e na mesóclise: *amá-lo*, *dá-se*, *partir-lhe*, *amá-lo-ei*, *dir-lhe-ia*, *entregar-lhe-ia*.

t) Emprega-se o hífen nos prefixos *inter-*, *hiper-*, *super-*, *ciber-*, *nuper-* antes de *r* ou *h*: *inter-resistente*, *hiper-humano*, *super-homem*.

Inter-, *hiper-*, *super-*, *ciber-*, *nuper-* + nome começado por *r* ou *h* → unidos com hífen

u) O prefixo não deve mais ser empregado entre a palavra *não* e o elemento que a segue, como nos exemplos: *não agressão*, *não periódico*.

EMPREGO DO ACENTO GRAVE: CRASE

Crase é a fusão da preposição **a** com o artigo **a**. Ocorre crase também quando se dá a fusão da preposição **a** com o **a** de **a**quele, **a**quela, **a**quilo. Ela é marcada pelo acento grave (´) e deve ser empregada sempre que o termo regente exigir preposição. Seu emprego é obrigatório nos seguintes casos:

a) Antes de substantivos femininos.

Obedeça **a a** decisão da justiça (à decisão).

b) Nos pronomes demonstrativos *aquele*, *aquela*, *aqueles*, *aquelas* e *aquilo*, desde que se possa substituí-los pelas expressões **a este** ou **a isto**, pois se a substituição possível for por *este* ou *isto*, o emprego do acento grave indicador de crase fica proibido.

Refiro-me **a aquilo** (àquilo).

c) Nos pronomes *a*, *as* (demonstrativos) desde que estejam substituindo *aquela* ou *aquelas*.

Aquelas represas são iguais às da minha terra.

d) No *a* antes de qual ou *as* antes de quais.

Estas são a atas às quais me reporte.

e) Antes de numerais que se referem a horas.

Sáimos (chegamos, a missa será etc.) às oito horas.

f) Nas locuções adverbiais femininas: à noite, à vontade, à direita, às pressas.

À noite todos os gatos são pardos. / Fique à vontade. / Vire à direita.

g) Nas locuções prepositivas formadas de palavras femininas; à beira de, à custa de, à força, à sombra de, à moda de (implícito ou explícito).

Ele andava à beira de um colapso.

O filho preguiçoso pretende viver sempre à custa do pai.

Ele não tem um estilo próprio, escreve à moda de Machado de Assis.

h) Nas locuções conjuntivas: à medida que, à proporção que.

O cansaço aumentava à medida que corria.

Sua preocupação diminuía à proporção que o doente melhorava.

Proibição do acento grave indicativo de crase

a) A crase é proibida antes

1) de palavra masculina

João preferia andar *a pé*.

2) de verbo

Apesar de todos os problemas, o homem prefere sorrir *a chorar*.

Ficou muito séria, *a passar* as mãos no rosto.

3) de pronomes possessivos que não sejam femininos

A despeito das críticas, ele procurava escrever *a seu* modo.

4) da palavra **a** no singular precedendo palavra no plural

Discutiram o assunto *a portas* fechadas.

b) A tradição pede para não usar a crase antes da palavra *casa*, quando esta não apresentar um determinante (adjetivo ou expressão de valor correspondente), nas *locuções adverbiais* formadas de elementos repetidos e na expressão *a distância* (também de valor adverbial).

Foram *a casa*. / Foram à casa verde.

Eles são vizinhos de *porta a porta*.

Ela olhava a cidade *a distância*. **Atenção:** Ela olhava a cidade *a distância* (ou *a uma* distância ou à distância) de dois quilômetros.

Um modo prático para identificar a presença da crase e do consequente emprego do acento grave consiste no atendimento aos seguintes *macetes*:

a) Em se tratando de lugares (topônimos), substituir a direção de ida pela de retorno.

Assim:

Fui (vou etc.) à Espanha. / Voltei (volto etc.) *da* Espanha.

Fui a São Paulo. / Voltei *de* São Paulo.

Se na volta, em vez da forma *de*, ocorrer a forma *da*, deve-se colocar crase no **a**.

b) Em outros casos, trocar o nome feminino depois do **a** por outro no masculino.

Assim:

Danificaram *a* escola. / danificaram *o* viaduto.

A represa é igual à lagoa desta cidade. / A represa é igual *ao* lago.

Se na substituição ocorrer *o* antes do nome masculino, a crase é proibida, ocorrendo *ao*, é obrigatória.

Nos seguintes casos a crase é facultativa, isto é, sua presença ou ausência é indiferente.

a) Antes de nomes próprios femininos de pessoas.

Refiro-me a (à) Joana.

b) Antes de pronomes possessivos femininos

Elas foram às (as) nossas plantações.

c) Depois da preposição *até*.

Elas foram até as (às) plantações.

EMPREGO DE CERTAS PALAVRAS

Porque, porquê, por que, por quê

Os dois elementos que formam esta palavra, isto é, o elemento *por* e o elemento *que* podem assumir as seguintes configurações:

a) Juntos sem acento, em frases declarativas, exercendo a função de conjunção explicativa ou causal.

Estudes mais um pouco, *porque* este assunto é complicado.

Não saí ontem *porque* choveu muito.

b) Juntos com acento circunflexo, quando for substantivo, vindo, neste caso, precedido de algum determinante (artigo, pronome, numeral).

Ele me explicou o *porquê* de sua decisão.

Ele quer saber o *porquê*, mas não lhe darei a explicação.

É preciso oferecer explicações que esclareçam o *porquê* do encadeamento dos

fenômenos.

c) Separados sem acento quando se puder segui-los das palavras *razão* ou *motivo*, em perguntas diretas (terminadas com ponto de interrogação) ou indiretas, ou ainda quando se puder substituí-los pelas formas *pelo qual* (e suas flexões).

Estas são as causas *por que* decidimos permanecer aqui.

Por que não me dissestes antes?

Não sei *por que* depois do almoço senti um ligeiro formigamento nas pernas.

d) Separados com acento sempre que se posicionarem no final da frase, por causa da tonicidade adquirida pelo *que*.

Eles saíram cedo *por quê?*

Maria anda muito cansada, agora eu entendo o *por quê*.

Maria anda muito cansada, agora eu entendo *por quê*.

Se Não, Senão

Senão pode ser substituído por *do contrário*, *a não ser* ou *mas sim*. A expressão *se não* tem o mesmo sentido de *caso não*.

Estude, *senão* (do contrário) vai reprovar.

Nada lhe interessava, *senão* (a não ser) palavras cruzadas.

Tudo estaria perdido, *se não* (caso não) fosse a perícia do piloto.

Emília teria dormido até tarde *se não* (caso não) a tivessem chamado.

Há, a

Há é verbo e deve ser empregado sempre que se referir a uma ação ocorrida no passado. *A* é preposição que se emprega quando se referir ao futuro ou a distâncias.

Vivo aqui *há* dois anos.

Faço parte desta instituição *há* muito tempo.

São muitos quilômetros daqui *a* Anápolis.

As férias terão início daqui *a* seis meses.

Mal, mau

Uma regra prática para o uso destas palavras determina que nos contextos onde a palavra em questão puder ser substituída no antônimo por “bem”, escreve-se *mal* e naqueles em que se puder substituí-la por “bom” no antônimo, escreve-se *mau*. Sendo assim, *mal* tem natureza adverbial, podendo, no entanto, vir precedida de artigo ou outro determinante realizando-se como substantivo. *Mau* tem natureza adjetiva.

A professora está de *mal* humor.

Era um *mau* comerciante, tanto que abriu falência.

Meu vizinho ficou *mal* depois do acidente.

As meninas se saíram *mal* na prova.

Más, mas, mais

A forma *más* é plural de *má* (pessoa, coisa ou situação perversa), *mas* é conjunção coordenativa adversativa (indica oposição, contraste) e *mais* é advérbio de intensidade, indicando, portanto, adição, quantidade.

As *más* línguas conseguem, às vezes, fazer estragos.

Até que ela estudou, *mas* não conseguiu boa nota.

Se ela tivesse estudado *mais* um pouco, teria passado.

Onde, aonde, donde

Santos e Carvalho (s/d, p. 215) explicam que o vocábulo *onde* “deve ser usado ‘em que lugar’, ‘no lugar em que’”, como nos exemplos a seguir:

Veja **onde** pôs o lápis.

Onde está?

Onde está o homem, está o perigo.

Aonde deve ser usado com os verbos de movimento ou que indicam direção.

Aonde vai, meu amigo?

Igualmente, usa-se *donde* (de onde), quando há ideia de movimento, de procedência:

Donde vem você?

Uma regra prática para identificar o emprego destas três palavras consiste em substituir o *a* que precede a palavra *onde* (aonde) pela preposição *para* — *para onde* —. Nas frases em que a substituição for possível, deve-se empregar *aonde*, do contrário, emprega-se *onde*. *Donde* ocupará os lugares em que se puder utilizar a preposição *de* antes da palavra *onde*. Exemplos:

Esta é a cidade *onde* vamos passar as férias. (\emptyset *onde* — símbolo do conjunto vazio no lugar do *para*)

Aonde vais nas férias? (*para onde*)

Donde é este livro? (*de onde*)

Verbo haver

O verbo *haver* é impessoal nas frases em que aparece com o sentido de *existir*. Por isso, nessas frases, deve ser empregado sempre no singular. Exemplos:

Houve momentos difíceis.

Há duas meninas na janela.

No campo *havia* várias árvores.

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Todas as palavras com mais de uma sílaba apresentam, na língua portuguesa, uma sílaba mais forte que a outra ou outras. É a sílaba tônica, aquela que recebe o acento tônico. Nem todas, entretanto, são graficamente acentuadas. As que recebem o acento gráfico devem atender às seguintes regras:

Monossílabos tônicos

1) Os monossílabos tônicos são acentuados se terminarem por *a*, *as*; *e*, *es*; *o*, *os*.

à, às (contrações); ás sé, ré, rés, cós, fé, mó, nó, nós, quê (substantivos); é, és, sê, dê, dês, dás, há, hás, vê, vês (verbos); *má*, *más* (adjetivos); ó (vocativo); *nós*, *vós* (pronomes pessoais retos); *sê-lo*, *fá-lo*, *sê-lo-á*, *fá-lo-á* (verbos com pronomes em posição enclítica ou mesoclítica).

Precisamos tomar cuidado com formas verbais com uma só sílaba e que são acentuadas para diferenciar sua utilização no plural, como é o caso de *tem*, *vem* (singular)

e *têm*, *vêm* (plural). Exemplos:

Pedro *vem* hoje à tarde.

Pedro e Marcela *vêm* hoje à tarde.

Mariana *tem* o hábito de dormir tarde.

Mariana e Manoel *têm* o hábito de dormir tarde.

Proparoxítonos

2) Os proparoxítonos são acentuados indistintamente na vogal da sílaba tônica, com *agudo* (sílabas abertas) ou *circunflexo* (sílaba nasal ou fechada):

retórica, trôpego, pêssego, lâmpada, pêndulo, péssimo.

Paroxítonos

3) Os paroxítonos serão acentuados quando terminarem

a) Em *ditongo crescente*.

silêncio, sábio, planície, trêgua, água, ânsia, cerimônia, mobílias, sítio, eloquência

b) Nos ditongos *-ei*, *-eis*: *jóquei, jóqueis, fósseis, úteis*.

c) em *i, is, us, um, uns, -on, -ons*:

júri, júris, bônus, vírus, húmus, álbum, álbuns, fórum, elétron, prótons.

d) Em *-l, -n, -r, -x, -ps*:

difícil, cônsul, pólen, hífen, revólver, látex, fênix, bíceps, fórceps fêmur.

Convém atentar para os prefixos paroxítonos terminados em *-r* e em *-i*. Estes não são acentuados, como é o caso de *inter-*, *super-*, *-anti*, *-semi*, que podem aparecer em exemplos como *inter-hemisférico*, *super-homem*, *anti-herói*. Precisamos tomar cuidado também com as formas vocabulares paroxítonas que, ao passar para o plural, geram outra forma incompatível com a acentuação gráfica. É o caso, por exemplo, da palavra *éden*, que é acentuada por ser paroxítona terminada em *n*. Seu plural, no entanto — *edens* — não

é acentuado por ser paroxítona terminada em *ns*, é o que ocorre também com a palavra *hífen*, cujo plural (*hifens*) não é acentuado pela mesma razão. Não confundamos essa situação com as formas vocabulares terminadas em *uns*.

e) Em *-ã, -ãs, -ão, -ãos*

ímã, ímãs, órgão, órgãos, bênção, bênçãos.

Oxítonos

4) Acentuam-se os oxítonos quando terminarem em

a) *a, e, o*, seguidos ou não de *s*:

será, vatapás, pajé, avô, avós.

Incluem-se nesta regra as flexões verbais que, por terminarem em **r, s** ou **z**, e ligam-se encliticamente ao pronome *o* ou suas flexões. Neste caso as letras **r, s** ou **z** são assimiladas ao *l* do pronome: *-lo, -la, -los, -las*.

cortá-los, esquecê-los, compô-lo, habitá-la-iam.

b) *em, ens.*

armazém, armazéns, porém, também, intervêm, contêm, convêm, provêm, detêm, convém, contém, provém e detém. (as formas com circunflexo estão no plural, as formas com agudo estão no singular)

5) Ditongos abertos *ei, eu* e *oi* em posição oxítona.

réis, sóis, léu, troféu, constrói.

Acentuação especial

6) O acento circunflexo era empregado no *e* e *o* tônicos para diferenciar palavras homógrafas de outras que tivessem esses mesmos fonemas abertos, como *côrte* (substantivo) / *corte* (verbo). Antes do Novo Acordo Ortográfico os acentos diferenciais

nesses casos não eram mais utilizados. Tal acento, no entanto, permanece diferenciando homógrafos nos seguintes casos:

a) Acentua-se o pretérito perfeito do indicativo do verbo *poder* (*pôde*) de modo a diferenciá-lo do presente (*pode*).

b) A forma verbal *pôr* permanece acentuada, para diferenciar seu emprego em outras ocorrências. Vejamos os exemplos:

Peça ao aluno para *pôr* o lápis na mochila.

Foi *por* esse motivo que o lápis se quebrou.

Perguntei ao menino *por* que não trouxe lanche para a escola.

c) O acento pode ser opcionalmente empregado na palavra *fôrma* (substantivo), para diferenciá-la do seu emprego como verbo. Vejamos os exemplos:

Maria untou a *fôrma* antes de colocar a massa do bolo.

A pedra tem uma *forma* arredondada.

O mesmo acento pode ser empregado, opcionalmente, na forma verbal *dêmos* (subjuntivo, 1ª pessoa plural), para diferenciá-lo de *demos* (pretérito perfeito do indicativo, 1ª pessoa).

b) Acentua-se o *em* de formas verbais no plural, cujo singular não é acentuado: **têm**, **vêm** (plural), *tem*, *vem* (singular).

Hiatos

7) **I, U** acentuam-se

a) Quando formam hiato com a vogal anterior.

possuía, caí, saí, baú, caída, saúde, egoísta, raízes, caíres, reúne

b) Quando aparecerem precedidos de ditongo, em posição oxítônica, seguidos ou não de **s**.

Piauí, teiú.

c) As flexões verbais que, por terminarem em **-air**, **-uir**, perdem o **r** final, quando seguidas de **-lo** ou **-la** e suas flexões no plural, estas se ligam mesoclítica ou encliticamente ao verbo. Neste caso, o **i** deve ser acentuado.

Reconstruí-lo, possui-lo.

d) Quando constituem sílaba com a consoante **s** que, eventualmente, os segue, desde que não precedidas de ditongo.

Baús, saíste.

8) **I, U** não se acentuam

a) Se forem hiatos, mas constituírem sílaba com a consoante que, eventualmente, os segue (**nh, l, n, m, r, z**), exceto — conforme especificado na letra “d” acima — se essa consoante for **s**.

rainha, ventoinha, contribuinte, juiz, paul, retribuídes, ruim.

b) Em posição paroxítona precedidas de ditongo.

Feiura, baiuca, boiuno.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Casimiro de. **Poesias Completas**. São Paulo: Saraiva, 1961.
- ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias: TCC, dissertações, teses**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Martins, 1978. p. 121
- ANDRADE, Oswald de. **Poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Martins, 1970.
- Bandeira, Manuel. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974. p. 425
- BOOTH, Wayne C.; Colomb, Gregory G.; Williams, Josepha M. **A arte da pesquisa**. 3.ed. Trad. de Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- BOSI, Alfredo (debatedor). In: CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). **Literatura e História na América Hispânica: Seminário Internacional**, 9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 135-141.
- CRESWELL, John W; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5.ed. Trad. de Sandra Maria Mallmann da Rosa. 2021.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 37.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco M. de. **Para gostar de escrever**. 11.ed. São Paulo: Ática. 1997.
- FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. **Ler, entender, redigir**. Brasília: UnB, 1985.
- FELIZARDO, Zoleva Carvalho. **A composição no vestibular**. Porto Alegre: Sulina. 1969.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 13.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Trad. de Izidoro Blinkstein e José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, s/d.
- JOZEF, Bella. **Romance hispano-americano**. São Paulo: Ática, 1986. p. 37-47.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. De Beatriz Vianna Boeria e Nelson Boeira. São Paulo: perspectiva, 2009.

LANDIM, Teoberto. Acabado, mas imperfeito: uma leitura da ficção contemporânea. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. Brasília, nº 22, p 185-194, jul./dez. 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, José Alfredo. **Metodologia de elaboração de teses**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

LIMA, Rocha; BARBADINHO NETO, Raimundo. **Manual de redação**. 2.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo, Cultrix, 1979.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 44-45 - Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000054.pdf>>. Acesso em 09/06/2014.

QUEIROZ, Eça de. **Os Maias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SANTOS, Volnyr & CARVALHO, Adão E. **Língua nacional**: teoria, textos, testes. Porto Alegre: SAGRA, s/d.

SARDUY, Severo. O barroco e o neobarroco. In: César Fernández Moreno (Org.). **América Latina em sua literatura**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 161 - 178.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Magda Becker; CAMPOS, Edson Nascimento. **Técnica de redação**: as articulações linguísticas como técnicas de pensamento. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

SPECTOR, Nelson. **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

JOÃO B. CARDOSO - tem licenciatura em Pedagogia e Letras (ambas na Universidade de Brasília – UnB); é bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA), sob tutoria e chancela da Universidade Estadual de Londrina (UEL). É mestre e doutor em Teoria Literária e Literatura Brasileira pela UnB. Tem dois pós-doutorados: o primeiro pela UFMG e o segundo pela UnB. Atua como pesquisador colaborador da Marie Curie-Sklodowska University (UMCS), de Lublin, na Polônia e professor Titular da Universidade Federal de Catalão, onde desenvolve atividades de ensino na graduação e na pós-graduação, exercendo docência, pesquisa, extensão e orientação em todos os níveis, com destaque para a produção intelectual, comprovada em artigos e livros publicados em quantidade que ultrapassa trinta títulos. A atuação do professor Cardoso, na docência, abrange Literatura Brasileira e Portuguesa, Teoria Literária e estudos da interface entre história e ficção. É membro dos Grupos de Pesquisa: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, da Faculdade de Letras (UFG), Educação e Leitura (UFCAT) e Estudos Judaicos (UFU).

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



UMA EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO:

Da metodologia da ciência à redação acadêmica

 **Atena**
Editora
Ano 2023

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



UMA EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO:

Da metodologia da ciência à redação acadêmica